



# Anais da Assembléia

Nºs 162/163

CURITIBA, 06 e 09 DE DEZEMBRO DE 1975.

ANO I

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 1975

(S Á B A D O)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Luiz Carlos Zuk e Maurício Fruet.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Netto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Lósso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Ruppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO:

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos, declarando instalada a Primeira Sessão Legislativa Extraordinária da Oitava Legislatura, convocada pelo Sr. Governador do Estado para o período de 6 a 30 do corrente mês.

Não há ata a ser lida e nem Expediente. Declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para o dia 09, à hora regimental, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 130/75, 131/75 e 132/75.

2ª DISCUSSÃO — dos projetos de Resolução nºs 164/75, 173/75 e de Lei 151/75

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 177/75 e de Resolução nºs 134/75 a 140/75.

Levanta-se a Sessão.

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 243ª SESSÃO ORDINÁRIA (CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 1975

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Lúcio Machado e Maurício Fruet.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio

Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Ruppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (46), achando-se ausentes os Srs. Deputados Aragão de Mattos Leão, Accioly Neto, Egon Pudell, Lineu Turra, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Trajano Bastos e Valter Pietrângelo. (08).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO:

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

### MENSAGEM:

### MENSAGEM 150/75

Curitiba, 04 de dezembro de 1975

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre a organização Básica da Polícia Militar do Estado do Paraná.

A medida ora submetida a essa augusta Casa de Leis consulta aos superiores interesses de Administração, eis que virá dotar a Corporação Policial Militar do Estado de estrutura básica inteiramente capaz de ensejar condições de pleno desempenho de suas finalidades, diminuindo, grandemente, o volume de órgãos que dependem diretamente de decisão do Comandante-geral, de vinte e seis, atualmente para oito, compatível com os princípios de organização e métodos.

Vale ressaltar que a decorrente descentralização atinge, sobremaneira, as unidades operacionais que ficarão subordinadas a três comandos intermediários, sendo, um para a Capital, um para o Interior do Estado e um ao Corpo de Bombeiros.

Por outro lado, os órgãos de direção setorial estão rigorosamente alinhados na filosofia da Lei 6636/74 (Modernização Administrativa do Poder Executivo) correspondendo às Secretarias instrumentais os seguintes órgãos na Polícia Militar:

- a) Planejamento - O Estado Maior;
- b) Finanças - a Diretoria de Finanças;
- c) Administração - a Diretoria do Apoio Logístico;
- d) Recursos Humanos - A Diretoria de Pessoal.

Merece ainda, destacar o fato de que a Inspeção Geral das Polícias Militares, do Estado Maior do Exército, foi ouvida sobre a matéria, conforme prevê a Legislação Federal específica, tendo, aquele órgão, se manifestado favoravelmente ao anteprojeto de lei que acompanha a presente Mensagem.

Certo de que o Plano de Lei proposto merecerá dessa

Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitere a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR – Governador do Estado

## **LEI DE ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR**

### **TÍTULO I**

#### **GENERALIDADES**

#### **CAPÍTULO ÚNICO**

#### **DESTINAÇÃO, MISSÕES E SUBORDINAÇÃO**

Art. 1º – A Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR), considerada força auxiliar, reserva do Exército, organizada com base na hierarquia e na disciplina, em conformidade com as disposições do Decreto-Lei 667, de 02 de julho de 1969, destina-se à manutenção da ordem pública na área do Estado do Paraná.

Art. 2º – Compete à Polícia Militar:

I – Executar, com exclusividade, ressalvadas as missões peculiares às Forças Armadas, o policiamento ostensivo, fardado planejado pelas autoridades policiais competentes, conceituadas na legislação federal pertinente, a fim de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos;

II – Atuar de maneira preventiva, como força de dissuasão em locais ou áreas específicas, onde se presume ser possível a perturbação da ordem;

III – atuar de maneira repressiva, em caso de perturbação da ordem, precedendo o eventual emprego das Forças Armadas;

IV – Atender à Convocação do Governo Federal em caso de guerra externa, ou para prevenir ou reprimir grava subversão da ordem, ou ameaça de sua irrupção, subordinando-se ao Comando da 5ª Região Militar, para emprego em suas atribuições específicas de Polícia Militar e como participante da Defesa Territorial;

V – Realizar serviços de prevenção e de extinção de incêndios, simultaneamente com o de proteção e salvamento de vidas e material nos locais de sinistro, bem como o de busca e salvamento, prestando socorros em caso de afogamentos, inundações, desabamentos, acidentes em geral, catástrofes e calamidades públicas.

Art. 3º – A Polícia Militar, nos termos da legislação federal pertinente, subordina-se operacionalmente ao Secretário de Estado da Segurança Pública do Estado do Paraná.

a Art. 4º – A administração, o comando e o emprego da Corporação são da competência e responsabilidade do Comandante-Geral, assessorado e auxiliado pelos órgãos de direção.

### **TÍTULO II**

## **ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR**

### **CAPÍTULO I**

#### **ESTRUTURA GERAL**

Art. 5º – A Polícia Militar é estruturada em órgãos de direção, órgãos de apoio e órgãos de execução.

Art. 6º – Os órgãos de direção realizam o comando e a administração da Corporação, competindo-lhes:

I – Incumbir-se do planejamento em geral, visando à organização da Corporação, às necessidades em pessoal e em material e ao emprego da Polícia Militar para o cumprimento de suas missões;

II – acionar, por meio de diretrizes e ordens, os órgãos de apoio e os de execução;

III – coordenar, controlar e fiscalizar a atuação dos órgãos de apoio e dos de execução.

Art. 7º – Os órgãos de apoio realizam as atividades-meio da Corporação, atendendo às necessidades de pessoal, de

animais e de material de toda a Polícia Militar. Atuam em cumprimento das diretrizes e ordens dos órgãos de direção.

Art. 8º – Os órgãos de execução são constituídos pelas unidades operacionais da Corporação e realizam as atividades-fim da Polícia Militar, cumprem as missões ou a destinação da Corporação. Para isso executam as diretrizes e ordens emanadas dos órgãos de direção e são apoiados, em suas necessidades de pessoal, de animais, de material e de serviços, pelos órgãos de apoio.

### **CAPÍTULO II**

#### **DOS ÓRGÃOS DE DIREÇÃO**

Art. 9º – Os órgãos de direção compõem o Comando-Geral da Corporação, que compreende:

- a) Comandante-Geral;
- b) o Estado-Maior, como órgão de direção geral;
- c) as Diretorias, como órgãos de direção setorial;
- d) a Ajudância-Geral, como órgão que atende às necessidades de material e de pessoal do Comando-Geral;
- e) Comissões;
- f) Assessoramento
- g) Consultoria-Jurídica.

Art. 10 – O Comandante-Geral é o responsável superior pelo Comando e pela administração da Corporação. Será um oficial superior combatente, do serviço ativo do Exército, preferentemente do posto de Coronel ou Tenente-Coronel, proposto ao Ministro do Exército pelo Governador do Estado.

§ 1º – Excepcionalmente o cargo de Comandante-Geral poderá ser atribuído a um Coronel do Quadro de Oficiais Policiais Militares, da ativa da Polícia Militar, ouvido o Ministro do Exército.

§ 2º – O provimento do cargo de Comandante-Geral será feito por ato do Governador do Estado.

§ 3º – Quando se tratar de oficial do Exército, o ato referido no parágrafo anterior, dar-se-á após ser o indicado posto à disposição do Governo do Estado, para esse fim, por decreto federal.

§ 4º – Os atos de nomeação do Comandante-Geral e de exoneração do substituído devem ser simultâneos.

§ 5º – O Oficial do Exército nomeado para o cargo de Comandante-Geral será comissionado no mais alto posto da Corporação, se sua patente for inferior a esse posto.

§ 6º – O Comandante-Geral tem precedência hierárquica sobre os oficiais do último posto da Corporação.

§ 7º – O Comandante-Geral disporá de:

- a) um Assistente, oficial superior da Corporação;
- b) um Ajudante-de-Ordens, capitão ou oficial subalterno da Corporação.

Art. 11 – O Estado-Maior é o órgão de direção-geral-responsável perante o Comandante-Geral, pelo estudo, planejamento, coordenação, fiscalização e controle de todas as atividades da Polícia Militar, cabendo-lhe a elaboração de diretrizes e ordens do Comando-Geral no acionamento dos órgãos de direção setorial e de execução no cumprimento de suas missões.

§ 1º – O Estado-maior é assim organizado:

- a) Chefe do Estado-Maior;
- b) Subchefe do Estado-Maior;
- c) Seções do Estado-Maior;
  - 1ª Seção (PM/1): assuntos relativos ao pessoal e à legislação;
  - 2ª Seção (PM/2): assuntos relativos a informações;
  - 3ª Seção (PM/3): assuntos relativos a operações, ensino e instrução;
  - 4ª Seção (PM/4): assuntos relativos à logística e à estatística;
  - 5ª Seção (PM/5): assuntos cívicos;

– 6ª Seção (PM/6): assuntos relativos ao planejamento administrativo e orçamentação.

§ 2º – O Chefe do Estado-Maior é o principal assessor do Comandante-Geral, dirige, orienta, coordena e fiscaliza os trabalhos do Estado-Maior e acumula as funções de Sub-Comandante da Polícia Militar, substituindo o Comandante-Geral em seus impedimentos.

§ 3º – O Chefe do Estado-Maior será escolhido pelo Comandante-Geral entre os coronéis do Quadro de Oficiais Policiais Militares, do serviço ativo da Corporação e terá precedência funcional e hierárquica sobre os demais.

§ 4º – O sub-Chefe do Estado-Maior, oficial superior da Polícia Militar, auxiliará diretamente o Chefe do Estado-Maior, principalmente no controle de resultados e na gerência de projetos especiais.

§ 5º – O substituto eventual do Chefe do Estado-Maior é o Coronel do Quadro de Oficiais Policiais Militares mais antigo, em função.

Art. 12 – As Diretorias, órgãos de direção setorial, são organizadas sob a forma de sistemas para as atividades de ensino, de pessoal, de administração financeira, contabilidade e auditoria, de logística e de saúde.

§ 1º – As Diretorias de que trata este artigo são:

- a) Diretoria de Ensino;
- b) Diretoria de Pessoal;
- c) Diretoria de Finanças;
- d) Diretoria de Apoio Logístico; e
- e) Diretoria de Saúde.

§ 2º – As Diretorias são chefiadas por Coronéis do Quadro de Oficiais Policiais Militares, com exceção da Diretoria de Saúde, que será chefiada por um Coronel médico, do Quadro de Saúde.

Art. 13 – Com o desenvolvimento da PMPR poderá ser organizado e mantido um centro de processamento de dados e de microfilmagem.

Art. 14 – A Diretoria de Ensino é o órgão de direção setorial do Sistema de Ensino. Incumbe-se do planejamento, coordenação, fiscalização e controle das atividades de formação, aperfeiçoamento e especialização de Oficiais e Praças de Polícia Militar.

Art. 15 – A Diretoria de Pessoal é o órgão de direção setorial do Sistema de Pessoal que se incumbe do planejamento, execução, controle e fiscalização das atividades relacionadas com pessoal policial-militar e civil, englobando:

- I – Classificação e movimentação de pessoal;
- II – promoções, assessoramento das respectivas comissões;
- III – inativos e pensionistas;
- IV – cadastro e avaliação;
- V – deveres, direitos e incentivos;
- VI – justiça e disciplina;
- VII – recrutamento e seleção;
- VIII – mobilização de pessoal;
- IX – assistência social;
- X – assistência jurídica;
- XI – Assistência religiosa;
- XII – identificação; e
- XIII – psicoprognóstico e orientação.

Art. 16 – A Diretoria de Finanças é o órgão de direção setorial do Sistema de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria. Supervisiona as atividades financeiras de todos os órgãos da Corporação e faz a distribuição de recursos aos responsáveis pelas despesas, de acordo com o planejamento estabelecido.

Art. 17 – A Diretoria de Apoio Logístico é o órgão de direção setorial do Sistema Logístico que se incumbe do

planejamento, coordenação, fiscalização e controle das atividades de suprimento e manutenção de material, de obras e de patrimônio.

Art. 18 – A Diretoria de Saúde é o órgão de direção setorial do Sistema de Saúde, que se incumbe do planejamento, coordenação, fiscalização e controle das atividades de saúde, bem como do trato de questões referentes ao estado sanitário do pessoal da Corporação e de seus dependentes, bem como dos animais do seu efetivo.

Art. 19 – A Ajudância-Geral tem a seu cargo as funções administrativas do Quartel do Comando-Geral, considerando como organização policial militar (OPM), bem como algumas atividades de pessoal para a Corporação, cabendo-lhes:

I – Trabalhos de secretaria, incluindo correspondência, correio, protocolo-geral, arquivo-geral e boletim;

II – serviço de embarque da Corporação;

III – apoio ao pessoal auxiliar aos órgãos do Comando-Geral;

IV – segurança do Quartel do Comando-Geral;

V – serviços gerais do Quartel do Comando-Geral;

VI – administração financeira, contabilidade, tesouraria, almoxarifado e aprovisionamento do Quartel do Comando-Geral.

Parágrafo único – O Ajudante-Geral é um Coronel do Quadro de Oficiais Policiais Militares e terá a atribuição de Comandante do Quartel do Comando-Geral.

Art. 20 – Existirão, normalmente, as seguintes comissões, todas regidas por legislação própria:

I – Comissão de Promoção de Oficiais;

II – Comissão de Promoção de Praças;

III – Comissão de Concessão de Medalhas e Diplomas.

Parágrafo único – A critério do Comandante-Geral poderão ser nomeadas outras comissões, de caráter temporário e destinadas a determinados estudos.

Art. 21 – A Consultoria Jurídica é o órgão que presta assessoramento direto ao Comando-Geral, competindo-lhe o estudo de questões de direito compreendidas na política de administração geral da Corporação, exames de aspectos de legalidade dos atos e normas que lhe forem submetidos à apreciação e demais atribuições que venham a ser previstas em regulamentos.

Art. 22 – As assessorias, constituídas, eventualmente, para determinados estudos que escapem às atribuições normais e específicas dos órgãos de direção, destinam-se a dar flexibilidade à estrutura do Comando da Corporação.

Parágrafo único – As assessorias de que trata este artigo, poderão ser constituídas por civis.

## CAPÍTULO III

### DOS ÓRGÃOS DE APOIO

Art. 23 – Os órgãos de apoio compreendem:

I – Órgãos de apoio do ensino:

a) Academia Policial Militar do Guatupê (APMG)

b) Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP);

c) Colégio da Polícia Militar;

II – Órgãos de apoio do pessoal:

– Centro de Recrutamento e Seleção.

III – Órgão de apoio financeiro:

– Centro de Finanças.

IV – Órgãos de apoio logístico:

a) Centro de Suprimento e Manutenção de Material Bélico (CSM/MB);

b) Centro de Suprimento e Manutenção de Intendência (CSM/Int);

c) Centro de Suprimento e Manutenção de Obras (CSM/O)

V – Órgãos de apoio de saúde:

a) Hospital da Polícia Militar (HPM);

- b) Centro Odontológico (COPM);
- c) Centro Veterinário (CVPM);
- d) Juntas Médicas.

Art. 24 — Os órgãos de apoio de ensino são subordinados à Diretoria de Ensino e destinam-se à formação, aperfeiçoamento e especialização de oficiais e praças, bem como ao desenvolvimento de estudos e pesquisas técnicas.

Art. 25 — O órgão de apoio de pessoal subordina-se à Diretoria de Pessoal.

Art. 26 — O órgão de apoio financeiro subordina-se à Diretoria de Finanças.

Art. 27 — Os órgãos de apoio logístico subordinam-se à Diretoria de Apoio Logístico, e destinam-se ao recebimento, estocagem e distribuição de suprimentos, à execução de obras, à manutenção de todo o material, ao transporte de pessoal, de animais e de material, em proveito de toda a Corporação.

Art. 28 — Os órgãos de apoio de saúde subordinam-se à Diretoria de Saúde e destinam-se à execução das atividades de Saúde em proveito do pessoal da Corporação e de seus dependentes, bem como dos animais de seu efetivo.

Art. 29 — Para os serviços de apoio deve ser utilizado, sempre que possível, mão-de-obra civil.

#### CAPÍTULO IV DOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO

Art. 30 — Os órgãos de execução da Polícia Militar constituem as unidades operacionais da Corporação e são de suas naturezas:

I — Unidades de Polícia Militar, assim denominadas as unidades operacionais que têm a seu encargo as missões policiais-militares definidas nos itens I, II, III e IV do artigo 2º desta Lei;

II — Unidades de Bombeiros, assim denominadas as unidades operacionais que têm a seu encargo as missões específicas de sua designação, definidos nos itens IV e V do artigo 2º, desta Lei.

Art. 31 — As Unidades de Polícia Militar sediadas na área metropolitana de Curitiba são operacionalmente subordinadas ao Comando do Policiamento da Capital (CPC), que é o responsável, perante o Comandante-Geral, pelo cumprimento das missões policiais-militares nessa área.

Art. 32 — As Unidades de Polícia Militar que tenham seus efetivos predominantemente destacados no interior do Estado, são operacionalmente subordinados ao Comando do Policiamento do Interior (CPI) que é o responsável, perante o Comandante-Geral, pelo cumprimento das missões policiais-militares naquela área do Estado.

Art. 33 — As Unidades de Bombeiros são operacional e administrativamente subordinados ao Comando do Corpo de Bombeiros, que é o responsável, perante o Comandante-Geral, pelo cumprimento das missões de bombeiros em todo o Estado do Paraná.

Art. 34 — Os Comandos do Policiamento da Capital, do Interior e o do Corpo de Bombeiros são escalões intermediários de Comando.

Art. 35 — As unidades e subunidades operacionais de Polícia Militar terão supridas suas necessidades de pessoal, de animais e de material pelos órgãos de apoio da Corporação, devendo, quando for o caso, serem ouvidos os comandos a que estiverem, operacionalmente, subordinados, particularmente quanto à prioridade.

Art. 36 — As unidades e subunidades operacionais de bombeiros terão supridas as suas necessidades de material, quer diretamente pelo órgão do Corpo de Bombeiros, quer pelos órgãos de apoio da Corporação e suas necessidades de pessoal pelo órgão próprio da Polícia Militar.

#### SEÇÃO I

##### DAS UNIDADES DE POLÍCIA MILITAR

Art. 37 — Em razão dos diferentes objetivos da missão policial-militar, da diversidade de processos a serem empregados para o cumprimento dessa missão e em razão de características fisiográficas do Estado, as unidades operacionais da Polícia Militar são dos seguintes tipos:

I — BATALHÃO (COMPANHIA, PELOTÃO, GRUPO) DE POLÍCIA MILITAR (BPM — Cia. PM — Pel PM — Gp PM): encarregado do policiamento ostensivo normal de uma determinada área, traduzido pela ação de patrulheiros-a-pé, montados ou motorizados;

II — COMPANHIA INDEPENDENTE DE POLÍCIA MILITAR (Cia. Ind. PM): encarregada das mesmas atribuições do Batalhão de Polícia Militar, em áreas de menores dimensões que, por suas condições peculiares, não estejam incluídas na área jurisdicional de um BPM;

III — BATALHÃO (COMPANHIA, PELOTÃO) DE POLÍCIA PORTUÁRIA (BP Port. Cia. P Port - Pel P Port): encarregado das mesmas atribuições do Batalhão de Polícia Militar, em instalações portuárias e nas localidades do litoral do Estado.

IV — BATALHÃO (COMPANHIA, PELOTÃO, GRUPO) DE POLÍCIA DE TRÂNSITO (BP Tran - Cia P Tran - Pel P Tran - Gp P Tran): encarregado do policiamento especializado de trânsito em áreas urbanas, com vistas ao cumprimento das regras e normas estabelecidas pelo Departamento Estadual de Trânsito ou órgão municipal congênere e de acordo com o Código Nacional de Trânsito.

V — BATALHÃO (COMPANHIA, PELOTÃO) DE POLÍCIA DE RADIOPATRULHA (BP RP - Cia P RP - Pel P RP): encarregado do policiamento ostensivo normal, em determinada área, caracterizando-se pelo emprego de viaturas em ligação radiofônica permanente com um centro de operações de localidade.

VI — BATALHÃO (COMPANHIA, PELOTÃO) DE POLÍCIA DE GUARDA (BG Gd - Cia Gd - Pel P Gd): encarregado do policiamento ostensivo normal, visando à guarda e segurança de estabelecimentos públicos. Em particular, a sede dos poderes públicos estaduais, a residência dos Chefes desses poderes e a de personalidades nacionais e estrangeiras, presídios e outros estabelecimentos penais, bem como apoio à fiscalização fazendária.

VII — BATALHÃO (COMPANHIA, PELOTÃO) DE POLÍCIA DE CHOQUE (BP Chq - Cia P Chq - Pel P Chq): encarregado do policiamento ostensivo visando ao restabelecimento da ordem já perturbada, com o emprego de força. Sua ação será exercida nos eventos que requeiram atuação pronta e enérgica de tropa especialmente instruída e treinada para missões de contraguerrilha urbana e rural; sempre que as necessidades exigirem, pode ser empregado em outros tipos de policiamento, a critério do Comandante-Geral.

VIII — BATALHÃO (COMPANHIA, PELOTÃO, GRUPO) DE POLÍCIA FLORESTAL (BP Flo - Cia P Flo - Pel P Flo - Gp P Flo): encarregado do policiamento ostensivo, visando ao cumprimento dos dispositivos legais na proteção da fauna, da flora e do meio ambiente.

IX — BATALHÃO (COMPANHIA, PELOTÃO, GRUPO) DE POLÍCIA RODOVIÁRIA (BP Rv - Cia P Rv - Pel P Rv - Gp P Rv): encarregado do policiamento ostensivo visando ao cumprimento das regras e normas de tráfego rodoviário, estabelecidas pelo Departamento Estadual de Estradas de Rodagem ou pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e de acordo com o Código Nacional de Trânsito.

X — REGIMENTO (ESQUADRÃO, PELOTÃO) DE POLÍCIA MONTADA (Reg P Mot Esq P Mot - Pel P Mot):

encarregado do policiamento ostensivo normal em locais de difícil acesso ou onde sua presença possa facilitar as ações. A critério do Comandante-Geral poderá o ser empregado para apoiar ações de polícia de choque.

Parágrafo único – Com o desenvolvimento do Estado e consequente aumento das necessidades de segurança, poderão ser criadas unidades para emprego em outros tipos de policiamento específico preconizados pela Inspetoria Geral das Polícias Militares.

Art. 38 – Os Batalhões (Regimentos) são constituídos de um Comandante, um Subcomandante, um Estado-Maior, elementos de Comando (Companhia ou Pelotão de Comando e Serviços, e de frações subordinadas (Companhias - Esquadrões) em número variável, de acordo com as necessidades indicadas pela missão. Sua organização pormenorizada constará dos Quadros de Organização da Polícia Militar.

Art. 39 – Os Batalhões e as Companhias Independentes de Polícia Militar, em princípio, integram as missões de policiamento ostensivo normal, de trânsito, de guarda, de radiopatrulha, de choque ou de outros tipos, de acordo com as necessidades das áreas por eles jurisdicionadas, a critério do Comandante-Geral.

## SEÇÃO II

### DO CORPO DE BOMBEIROS

Art. 40 – O Corpo de Bombeiros é estruturado em órgãos de direção, órgãos de apoio e órgãos de execução.

Parágrafo único – Os órgãos mencionados neste artigo têm as mesmas atribuições previstas para os órgãos correspondentes da Corporação, indicadas nos artigos 6º, 7º e 8º desta lei, respectivamente, no que for aplicável ao Corpo de Bombeiros.

Art. 41 – Os órgãos de direção do Corpo de Bombeiros compõem o Comando do Corpo de bombeiros, que compreende:

- I – Comandante;
- II – Estado-Maior;
- III – Ajudância;
- IV – Divisão de Administração e Finanças;
- V – Centro de Operações de Bombeiros (COBOM);
- VI – Comissão Especial para o trato dos assuntos de prevenção e combate a incêndios florestais.

§ 1º – O Comandante do Corpo de bombeiros será um coronel da ativa do Quadro de Oficiais Bombeiros Militares, em princípio o mais antigo, caso o escolhido não seja o mais antigo, terá ele precedência funcional sobre os demais.

§ 2º – Excepcionalmente, a critério do Comandante-Geral, o Comandante do Corpo de bombeiros poderá ser um coronel da ativa do Quadro de Oficiais Policiais Militares.

§ 3º – O Estado-Maior do Corpo de Bombeiros é assim organizado:

- a) Chefe do Estado-Maior;
- b) 1ª Seção (BM/1): assuntos relativos ao pessoal e legislação;
- c) 2ª Seção (BM/2): assuntos relativos a informações;
- d) 3ª Seção (BM/3): assuntos relativos a operações, ensino e instrução;
- e) 4ª Seção (BM/4): assuntos relativos à logística e à estatística;
- f) 5ª Seção (BM/5): assuntos civis;
- g) 6ª Seção (BM/5): assuntos civis;
- g) 6ª Seção (BM/6): assuntos relativos ao planejamento administrativo e orçamentação;
- h) 7ª Seção (BM/7): assuntos de segurança contra incêndios e de explosões e suas consequências.

§ 4º – O Chefe do Estado-Maior, com atribuições de Subcomandante, é o substituto eventual do Comandante do Corpo de Bombeiros nos impedimentos deste.

§ 5º – A ajudância é encarregada de trabalhos relativos a correspondência, correio, protocolo, boletim e arquivo, bem como do apoio de pessoal auxiliar necessário nos trabalhos burocráticos do comando, nos serviços gerais e na segurança do Quartel Central do Corpo de Bombeiros.

§ 6º – A Divisão de Administração e Finanças incumbem-se do trato dos assuntos ligados à administração do pessoal, do material e financeira do Corpo de Bombeiros.

§ 7º – Ao Centro de Operações de Bombeiros, como órgão central de integração operacional, compete a direção, controle e coordenação:

- a) do emprego do pessoal e material, no cumprimento das missões de bombeiros, bem como das unidades que estiverem em reforço ou em apoio ao Corpo de Bombeiros;
- b) das atividades de comunicações do Corpo de Bombeiros.

Art. 42 – Os órgãos de apoio do Corpo de Bombeiros compreendem:

I – Centro de Suprimento e Manutenção de Material Operacional (CSM/MOP);

II – Centro de Ensino e Instrução (CEI).

Parágrafo único – O apoio de saúde ao pessoal do Corpo de Bombeiros será prestado pelos órgãos de saúde da Corporação.

Art. 43 – O Centro de Suprimento e Manutenção de Material Operacional (CSM/MOP) é o órgão incumbido do recebimento, da estocagem e da distribuição dos suprimentos e da execução da manutenção no que concerne ao armamento e munição, ao material de comunicações, ao material de motomecanização e ao material especializado de bombeiros.

Art. 44 – O Centro de Ensino e Instrução é o órgão incumbido da formação técnica, da instrução de manutenção e atualização da tropa, bem como do atendimento da formação de pessoal civil para atuação na área preventiva contra incêndios.

Parágrafo único – O ensino de formação e aperfeiçoamento de oficiais e praças será ministrado pela Academia Militar do Guatupê e pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, que manterão os respectivos cursos, bem como por outras organizações militares, policiais-militares e, mediante convênio, por organizações civis.

Art. 45 – Os órgãos de execução do Corpo de Bombeiros são constituídos pelas unidades operacionais que serão organizadas em:

I – Grupamento (Subgrupamento) de Incêndio (GI - S/GI): incumbido da missão de extinção de incêndios. Tem condições de realizar missões de busca e salvamento e é subordinado ao Comando do Corpo de Bombeiros.

II – Seção de Combate a Incêndio (SCI): organização subordinada a um Grupamento (Subgrupamento) de Incêndio (GI - S/GI) e com as mesmas missões e características deste;

III – Grupamento (Subgrupamento) de busca e Salvamento (GBS - S/GBS): organização diretamente subordinada ao Comando do Corpo de Bombeiros, incumbido das missões de busca e salvamento.

Art. 46 – Os grupamentos (subgrupamentos) de incêndio são assim organizados:

- I – Comandante;
- II – Subcomandante;
- III – Estado-Maior (somente no GI);
- IV – Seção de Comando e Serviços;
- V – Seção de Combate a Incêndios.

§ 1º – A seção de Combate a Incêndios contará com número variável de subseções de combate a incêndios, de salvamento e proteção e outras, em função de sua aplicação.

§ 2º — Quando um elemento de extinção de incêndio integrar missões de busca e salvamento deverá ser dotado de elemento de busca e salvamento.

Art. 47 — Os grupamentos (subgrupamentos) de busca e salvamento são assim organizados:

- I — Comandante;
- II — Subcomandante;
- III — Estado-Maior (somente no GBS);
- IV — Seção de Comando e Serviços;
- V — Seção de Busca e Salvamento.

Parágrafo único — A seção de busca e salvamento poderá contar com elemento de busca e salvamento terrestre e de busca e salvamento aquático.

Art. 48 — As unidades de Bombeiros que, como órgãos de execução, compõem o Corpo de Bombeiros, bem como a sua organização pormenorizada e efetivo, constarão do Quadro de Organização da Polícia Militar do Estado do Paraná.

### TÍTULO III

## RESPONSABILIDADES DAS UNIDADES OPERACIONAIS

### CAPÍTULO ÚNICO

#### ÁREAS DE RESPONSABILIDADE E DESDOBRAMENTO

Art. 49 — O Estado será dividido em áreas, em função das necessidades decorrentes das missões normais de Polícia Militar e das características regionais; essas áreas serão atribuídas à responsabilidade total dos batalhões ou companhias independentes de Polícia Militar.

§ 1º — Cada área de batalhão de Polícia Militar será dividida em subáreas atribuídas às companhias de Polícia Militar subordinadas; as subáreas, por sua vez, serão divididas em setores de responsabilidade de pelotões de Polícia Militar.

§ 2º — Na Capital e nas grandes cidades do interior, as áreas de responsabilidade dos batalhões de Polícia Militar poderão deixar de ser divididas.

§ 3º — Os comandos de batalhões, em todo o Estado, e os comandos de companhia e pelotão de Polícia Militar, no interior, deverão ser sediados na área, subárea ou setor de sua responsabilidade.

Art. 50 — A organização e o efetivo de cada OPM operacional será função das necessidades, das características fisiográficas, psicossociais, políticas e econômicas das áreas, subáreas ou setores de responsabilidade.

§ 1º — Um batalhão (regimento) de Polícia Militar terá de 2 (duas) a 6 (seis) companhias (esquadrões) e elementos de comando e serviços; uma companhia terá de dois a seis pelotões e elementos de comando e serviços; um pelotão terá de dois a seis grupos; um grupo será constituído de um sargento e três soldados, no mínimo.

§ 2º — Quando o número de companhias de Polícia Militar necessário e determinada área ultrapassar a seis subunidades, a mesma deverá dar origem a duas novas áreas de batalhão.

Art. 51 — A cada município que não seja sede de BPM, Cia PM ou Pel PM, corresponderá um Destacamento Policial-Militar (Dst PM), constituído de, pelo menos, um Grupo de Polícia Militar.

§ 1º — Os distritos municipais, cujas necessidades assim o exijam, terão um subdestacamento policial-militar (S Dst PM) ou, até mesmo, um destacamento PM.

§ 2º — O efetivo dos Dst PM e S Dst PM, respeitados os limites dispostos nesta lei, serão fixados levando-se em conta as exigências de segurança do município.

§ 3º — O Subdestacamento PM terá o efetivo mínimo de dois soldados PM e será comandado por um cabo PM.

Art. 52 — Na Capital e no interior do Estado, sempre que o estudo da situação indicar, poderão ser criados, a critério do Comandante-Geral, mediante aprovação do

Estado-Maior do Exército, Comandos de Policiamento de Área (CPA), escalões intermediários, subordinados, respectivamente, ao Comando do Policiamento da Capital e ao Comando do Policiamento do Interior.

Parágrafo único — Os comandos de Policiamento de Área em suas respectivas jurisdições, terão atribuições semelhantes aos comandos de policiamento, da capital e do interior.

### TÍTULO IV

## PESSOAL

### CAPÍTULO I

#### DO PESSOAL

Art. 53 — O pessoal da Polícia Militar compõem-se de:

I — Pessoal da ativa:

a) Oficiais, constituindo os seguintes quadros:

- 1) Quadro de Oficiais Policiais Militares (QOPM);
- 2) Quadro de Oficiais Bombeiros Militares (QOBM);
- 3) Quadro de Saúde, compreendendo:
  - Oficiais Médicos;
  - Oficiais Dentistas;
  - Oficiais Veterinários; e
  - Oficiais Bioquímicos.
- 4) Quadro de Oficiais Especialistas (QUOE), compreendendo:

— Oficiais Músicos; e

— Oficiais de Comunicações.

5) Quadro de Capelães Policiais-Militares (QCPM);

6) Quadro de Oficiais de Administração (QOA);

b) Praças Especiais de Polícia Militar, compreendendo:

1) Aspirantes a Oficial PM;

2) Alunos Oficiais PM.

c) Praças, compreendendo:

1) Praças Policiais-Militares (Praças PM);

2) Praças Bombeiros-Militares (Praças BM).

II — Pessoal inativo:

a) Pessoal da reserva remunerada: Oficiais e Praças transferidos para a reserva remunerada;

b) Pessoal reformado: Oficiais e Praças reformados.

III — Pessoal civil;

Art. 54 — As Praças Policiais-Militares e Bombeiros-Militares serão agrupados em qualificações policiais-militares gerais e particulares (QPMG e QPMP).

§ 1º — A diversificação das qualificações previstas neste artigo será a mínima indispensável, de modo a possibilitar uma ampla utilização das Praças nelas incluídas.

§ 2º — O Governador do Estado baixará, em decreto, as normas para a qualificação policial-militar das Praças, mediante proposta do Comandante-Geral, ouvida a Inspetoria Geral das Polícias Militares.

### CAPÍTULO II

#### DO EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR

Art. 55 — O efetivo da Polícia Militar será fixado na Lei de fixação dos Efetivos da Polícia Militar do Estado do Paraná que, será proposta pelo Governador do Estado à Assembléia Legislativa, com observância da legislação específica.

Art. 56 — Respeitado o efetivo fixado em lei, cabe ao Chefe do Poder Executivo do Estado aprovar mediante decreto, os Quadros de Organização (QO), elaborados pelo Comandante-Geral da Corporação e com observância da legislação específica.

### TÍTULO V

## DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

### CAPÍTULO I

#### DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 57 — A organização básica prevista nesta lei deverá ser efetivada progressivamente, na dependência de disponibilidade de instalações, de material e de pessoal, a critério do Governador do Estado, ouvido o Estado-Maior do Exército.



Art. 58 — É mantido como órgão de direção da Polícia Militar enquanto não se estruturar completamente a Diretoria de Finanças, o Conselho Econômico e Financeiro (CEF), atualmente com a designação de Conselho Econômico e Administrativo, presidido pelo Comandante-Geral, e composto por seis oficiais da Polícia Militar do posto de coronel e em função prevista no QO, em vigor, da Corporação.

§ 1º — Nas reuniões do Conselho Econômico e Financeiro, ao Comandante-Geral cabe o voto de desempate.

§ 2º — O Conselho Econômico e Financeiro tem a seu cargo a aplicação das verbas provenientes da retenção de cinquenta por cento da indenização para aquisição e conservação de fardamento dos integrantes da Corporação, bem como de todos os fundos de interesse da Polícia Militar.

§ 3º — Mediante delegação do Comandante-Geral, o Conselho Econômico e Financeiro poderá exercer a fiscalização de toda a receita e despesa da Corporação.

Art. 59 — O preenchimento dos quadros de oficiais e de praças Bombeiros-Militares, por opção, será regulado por decreto do Chefe do Poder Executivo, mediante proposta do Comandante Geral da Corporação, que estabelecerá as normas para o aproveitamento dos atuais oficiais e praças combatentes da PMPR, nos quadros de Bombeiros-Militares.

Art. 60 — A exceção dos oficiais médicos, dentistas, veterinários, farmacêuticos e químico-laboratoristas, são considerados em extinção os atuais quadros de oficiais especialistas e extintos os de praças especialistas e artífices previstos na Lei Estadual nº 5797, de 24 de junho de 1968.

Art. 61 — Passa a integrar o Quadro de Saúde o pessoal dos quadros de especialistas de saúde referidos no artigo anterior.

Art. 62 — Os oficiais pertencentes aos quadros em extinção, continuarão no exercício de suas funções, de acordo com as normas regulamentares e o interesse da Corporação, assegurando-se-lhes o direito de acesso aos postos hierárquicos, previstos e existentes, em seus respectivos quadros até a data da extinção.

Art. 63 — O aproveitamento das Praças que integram o quadro de Praças Especialistas e o Quadro de Praças Artífices, extintos por esta lei, será regulado por ato do Comandante-Geral da Corporação, após aprovação das normas para o preenchimento das QPMG e QPMP.

Art. 64 — Passam a integrar o Quadro de Oficiais Policiais-Militares, os oficiais oriundos do Quadro de Oficiais Combatentes, bem como os que, após concluírem o Curso de Formação de Oficiais da Corporação, foram promovidos ao Posto de segundo-tenente.

Art. 65 — Passam a integrar o Quadro de Oficiais Bombeiros-Militares os oficiais que forem aproveitados na forma da legislação peculiar e os que concluírem o Curso de Formação de Oficiais Bombeiros-Militares, na Corporação ou em curso congênere de outra Corporação, e forem promovidos ao posto de segundo-tenente.

Art. 66 — São praças da qualificação policial-militar geral Policiais Militares (QPMG — PM) os atuais praças não optantes pela qualificação policial-Militar geral Bombeiros-Militares (QPMG — BM).

## CAPÍTULO II

### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 67 — O Comandante-Geral da Polícia Militar, na forma da legislação em vigor, utilizará pessoal civil para prestar serviços de natureza técnica ou especializada e para serviços gerais.

Art. 68 — Compete ao Governador do Estado, mediante decreto, a criação, transformação, extinção, denominação, localização e a estruturação dos órgãos de direção, dos órgãos de apoio e dos órgãos de execução da Polícia Militar,

de acordo com a organização básica prevista nesta lei e dentro dos limites fixados na lei de fixação de efetivos, por proposta do Comandante-Geral, observada a legislação específica.

Art. 69 — A organização da Casa Militar do Gabinete do Governador do Estado e da Assessoria Policial Militar da Secretaria da Segurança Pública, será regulada por decreto do Chefe do Poder Executivo do Estado, observada a legislação específica.

Parágrafo único — O pessoal policial-militar integrante dos órgãos de que trata este artigo, constará da lei de Fixação dos Efetivos da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Art. 70 — O pessoal da Polícia Militar, na execução do policiamento, é funcionalmente subordinado à autoridade policial-militar competente.

Parágrafo único — As solicitações de apoio policial-militar oriundos de autoridades policiais civis ou as requisições de autoridades judiciárias serão atendidas, consoante o efetivo disponível, por intermédio da autoridade policial-militar competente.

Art. 71 — O julgamento das faltas disciplinares cometidas por policial-militar, durante a execução de policiamento, far-se-á na forma do Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado do Paraná, em vigor.

Art. 72 — A criação de organização policial-militar feminina será feita pelo Governador do Estado, ouvidos os órgãos federais competentes.

Art. 73 — O conjunto de Companhias, Pelotões e Grupos de Polícia Rodoviária, independentes ou orgânicos dos Batalhões e Companhias de Polícia Militar, constitui o Corpo de Policiamento Rodoviário.

Art. 74 — A Polícia Militar do Estado do Paraná, através do seu Corpo de Bombeiros, tem competência para:

I — emitir pareceres técnicos sobre incêndios e suas consequências;

II — supervisionar o disposto na legislação quanto às medidas de segurança contra incêndios, inclusive instalação de equipamentos;

III — orientar tecnicamente a elaboração da legislação sobre a prevenção contra incêndios, na forma do artigo 117 da Constituição Estadual (Emenda Constitucional nº 3, de 3, de 29 de maio de 1971).

Art. 75 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

### OFÍCIOS:

Sob o nº 288/75, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver em data de 24 do mês próximo passado, VETADO o Projeto de Lei nº:

71/75: Do Senhor Deputado Lineu Turra, que dispõe sobre liquidação de débitos Fiscais de Empresas. — À CCJ.

### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, que esta Presidência, com a devida aprovação do Plenário, consigne na ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Ricardo Borel Du Vernay, ocorrido em Ponta Grossa, em data de 8 do corrente mês.

O extinto, titular da 6ª Inspetoria de Ensino, era pessoa do mais alto conceito nos meios culturais e políticos pontagrossenses.

Requer igualmente, que deste ato se dê conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09 de dezembro de 1975.

a) DAVID FEDERMANN.

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Faleceu em São Paulo, na manhã de ontem, um grande brasileiro, Plínio Salgado, escritor, com mais de oitenta obras sobre sociologia, política, histórica e literatura. Seu último romance "Trepandé", posto à venda no ano passado teve a sua edição esgotada em quinze dias. Escreveu a "Vida de Jesus", considerada obra prima, com várias edições, inclusive em Portugal na Espanha e na Inglaterra.

Fundou a Ação Integralista Brasileira, movimento filosófico-político, inspirado na trilogia Deus-Pátria-Família, ao qual se filiaram grandes pensadores brasileiros.

Foi fundador também, dos centros culturais da juventude e do Partido de Representação Popular.

Foi deputado federal várias vezes, inclusive pelo Paraná, pelo Partido de Representação Popular e depois, pela Arena.

Candidato à Presidência da República obteve perto de um milhão de votos.

Homem culto e simples, teve a sua vida dedicada à Pátria e às letras.

Pelas suas qualidades de homem público e coerente, pedimos o registro em ata de pêsames desta Casa e que do fato se telegrafe à família enlutada, em São Paulo.

Sala das Sessões, em 09 de dezembro de 1975.

a) IVO THOMAZONI

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, regimentalmente, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, cujo documento foi firmado em 10 de dezembro de 1948, por Resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas, e que, portanto, completa amanhã, seu 28º aniversário.

Sala das Sessões, em 09 de dezembro de 1975.

a) MAURÍCIO FRUET

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Está Finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Recebemos em data de ontem um comunicado dos municípios de Barbosa Ferraz e de São João do Ivaí, os quais passaram pelas maiores dificuldades em virtude do vendaval ocorrido no sábado passado e de uma tromba d'água que fez com que aquele município e o outro ficassem quase que incomunicáveis com o resto do Estado. A tromba d'água destelhou todo o ginásio e várias casas.

Ontem mesmo pela manhã procuramos S. Exa. o Sr. Secretário de Administração que, prontamente, nos atendeu e, em seguida comunicou-se com os engenheiros residentes de Campo Mourão e Maringá, para que atendessem, de imediato, o município de Barbosa Ferraz, socorrendo as pessoas necessitadas e que se encontram em dificuldade, assim como aquele estabelecimento de ensino.

Em seguida, entrando em contacto com o DER por

intermédio de S. Exa. o Diretor Técnico Tancredo Benghi, tivemos a felicidade de receber pronto atendimento no sentido de que aquele município fosse socorrido e hoje lá se encontra o Engenheiro Chefe do Distrito Rodoviário de Campo Mourão dando atendimento a Barbosa Ferraz.

Hoje recebemos a visita do Prefeito de São João do Ivaí, que traz notícias das necessidades por que passa aquele município.

Não poderíamos, nesta oportunidade, deixar de apresentar nossos agradecimentos a S. Exa. o Sr. Governador depois de encaminharmos o telegrama recebido da Câmara Municipal de Barbosa Ferraz vazado nos seguintes termos:

"Município de Barbosa Ferraz, foi atingido por violenta tromba d'água na manhã de sábado, dia 6 de 12 a maior e pior enchente já vista em toda região. No domingo novamente fomos atingidos por vendaval que descobriu casas inclusive o ginásio estadual. Os prejuízos materiais são incalculáveis. Inúmeras pontes e boeiros foram destruídos e carregados pelas águas e supomos que pela irregularidade de tal situação o município necessita de atendimento urgente e de apoio do Governo do Estado. Solicitamos prezado amigo interceder junto ao Governo a fim de auxiliar o município com urgência para que a população não sofra maiores consequências pela falta de meios de transporte".

Estamos encaminhando à Mesa e pedimos apoio dos nobres companheiros desta Casa o seguinte requerimento: (lê):

"Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja encaminhado a Sua Excelência o Senhor Governador do Estado o agradecimento pelo imediato atendimento que foi prestado pelos órgãos da Administração do Estado, através da Secretaria de Administração e Departamento de Estrada de Rodagem, aos municípios de Barbosa Ferraz e São João do Ivaí, os quais recentemente foram atingidos por violento vendaval seguido de tromba d'água, causando o destelhamento do Ginásio Estadual de Barbosa Ferraz, e a queda de várias pontes existentes em estradas daqueles progressistas municípios paranaenses.

Sala das Sessões, em 09 de dezembro de 1975".

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): "Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros, com espírito de fraternidade.

Todo homem tem capacidade de gozar os direitos e as liberdades estabelecidas, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição.

Não será, também, feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do País ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.

Todo homem tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a servidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.

Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.



Todo homem tem direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei.

Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente declaração e contra qualquer incitação a tal discriminação”.

Sr. Presidente, são os sete primeiros artigos de um total de 29, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, cujo documento foi firmado em 10 de dezembro de 1948, pela Assembléia Geral das Nações Unidas.

Comemora-se, amanhã, em todos os lugares o seu 28º aniversário.

Em requerimento que acompanha a inclusa declaração, solicitamos a inserção da mesma, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje.

Sr. Presidente, quantas vezes foi violada a Declaração Universal de Direitos Humanos. Quantos Países que assinaram esse documento deixaram de cumprir e de seguir aquilo que aqui está deliberado.

Quantas e quantas vezes pessoas em todo o mundo foram injustiçadas em países que em 10 de dezembro de 1948, dentro do melhor espírito cristão e humano, assinaram a declaração e que, infelizmente não souberam honrar os seus compromissos.

É preciso, Sr. Presidente, que a Declaração Universal dos Direitos Humanos seja conhecida por todos nós para que, com base neste conhecimento, haja uma salutar e permanente prática de suas inteligentes manifestações.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Sampaio, terceiro orador inscrito.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A propósito do pronunciamento feito na última quinta-feira, pelo Deputado Valter Pietrângelo, daremos aqui, hoje, a resposta oficial do Presidente Municipal da Arena em Maringá, Dr. Waldyr de Oliveira Coutinho. (Lê):

“O Diretório da Arena de Maringá esteve reunido nesta quarta-feira, quando, analisando as críticas que o Deputado Pietrângelo fez à direção do Partido, divulgou a seguinte nota oficial:

Com relação ao pronunciamento do Deputado Estadual Valter Pietrângelo, da Assembléia Legislativa do Estado, criticando nosso pronunciamento como Presidente Municipal da Arena, a fim de esclarecer a opinião pública e não em resposta ao Deputado da oposição, esclarecemos:

Aceitamos a crítica do referido Deputado, por reconhecermos que o nosso pronunciamento iria ferir o interesse pessoal do mesmo nas próximas eleições municipais.

Perdoamos ainda o Deputado opositor, pela sua pouca experiência e vivência política, quando mal informado, se precipitou em fazer pronunciamento não condizente com a verdade.

Quando afirmou que o Sr. Presidente está fazendo política supra-partidária, é uma afirmativa ingênua ou por demais esperta, pois os Vereadores da bancada da Arena há mais ou menos 5 ou 6 meses, não conseguem que seja aprovado um pedido de informação ao Sr. Prefeito, a fim de esclarecer a opinião pública.

O referido Deputado nos acusou de criticar o BNH por ter feito vultosos financiamentos ao nosso município. Ou o Deputado foi mal informado ou interpretou maldosamente o nosso pronunciamento feito em recinto fechado com a presença do Sr. Governador e vários Secretários.

É absurda a acusação, pois sabe o Deputado que se este dinheiro tem vindo para Maringá, tem sido graças a interferência dos homens da Arena cujos administradores têm como

metas, o bem estar do homem, e o desenvolvimento do País. Criticamos sim, foi a maneira como a direção municipal vinha fazendo a divulgação do fato, tirando proveito em causa própria e tentando se beneficiar nas eleições de 1976 (fazer figura com o chapéu alheio) e acredito que a revolta deste Deputado esteja nisso, pois ele seria um dos beneficiados. A minha crítica foi que se é para divulgar que se diga quem realmente está patrocinando.

Dentro de poucos dias um novo convênio será assinado entre o BNH e a Prefeitura Municipal de Maringá. Este convênio mais uma vez foi conseguido por interferência de homens de nossa Arena, razão pela qual foi solicitada a nossa presença em Curitiba para prestigiar o convênio e o povo saber que o Governo Estadual e Federal está fazendo por ele.

O referido Deputado nos chamou de “petulante” por fazermos tais críticas. Ora estamos na Presidência do partido político que é o traço de união entre o Governo e o povo. Esta é a nossa função de esclarecer o povo o que o governo realiza. A Arena é realmente o órgão destinado a informar os anseios do povo ao Governo. Assim é, que todo e qualquer cargo de confiança do governo, é e será por indicação do seu partido, e então diremos, será que este deputado queria que fosse ele, ou o Prefeito Municipal quem indicasse essas nomeações ou será que a petulância é dele.

Esclarecendo ainda que o comando político é realmente da Arena que é o partido do povo e do governo.

A reivindicação do Deputado é absurda, pois jamais seria atendida, pois relembramos o mesmo que o Diretório do seu partido em Maringá até hoje não conseguiu eleger a sua executiva, quando mais constituir a política de Alto Padrão citada no final do seu pronunciamento.

Maringá, 03 de dezembro de 1975.

a) Dr. Waldyr de Oliveira — Presidente”

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “A menos de uma semana que esta Casa recebeu a mensagem governamental para discussão do Estatuto do Magistério e, quando ainda a grande maioria dos Senhores Deputados não tem conhecimento do texto proposto, vozes discordantes já se mobilizam. É possível que tais vozes tenham autoridade para falar e até argumentar, bem como para condenar o Estatuto proposto. Não cabe agora e não é nossa intenção averiguar isso, muito menos, por enquanto, a sua motivação.

Levamos à consideração desta Assembléia a realidade que nos aguarda. — Estudar uma Lei cujo projeto já está sendo contrariado e contestado. Ora, o Poder Legislativo para ser autêntico, e atingir sua finalidade política não poderá ficar insensível aos anseios e reclamos do magistério, adequando-os todavia, dentro das possibilidades do Estado, para evitar que o novo Estatuto do Magistério não seja unilateral, quer da preponderância de interesses do Estado, quer de absurdas reivindicações da nossa sofrida classe de professores. Esta será a tarefa difícil e complexa que a Assembléia Legislativa terá pela frente nos próximos meses proque daqui partiram os mais veementes e reiterados pedidos para que o Executivo desse iniciativa ao processo legislativo. A polêmica surgirá e para isso deveremos estar preparados.

Todos sabem, dos diversos anteprojetos que o Governo do Estado do Paraná elaborou, podendo-se afirmar conscientemente de que a mensagem agora enviada traduz o esquema Governamental alicerçado no estudo daqueles anteprojetos, o qual deverá ser definido nesta Casa intransigentemente pela sua Liderança; nada obstando, porém, de que a mesma assimile

algumas modificações, se o debate democrático se estabelecer. Como disse inicialmente, ainda desconheço a íntegra da Mensagem Governamental, tendo em vista ela não ter sido distribuída aos Srs. Deputados, muito embora possa afirmar já ter em mãos cópia do projeto que tramita na Assembléia Catarinense, para efeitos comparativos. Todavia, para a discussão da Lei, uma dificuldade quase intransponível se nos apresenta, a qual seja de levar ao conhecimento de cada professor paranaense a íntegra da Mensagem Governamental, a fim de que todos os professores, então, com conhecimento de causa, possam nos enviar sugestões. Natural seria que o órgão de classe, nessas condições, falasse pelo Magistério, porém nos deparamos com duas entidades, e ambas, pretendendo representar o professorado, com o gravame de que uma tenta excluir a outra, o que vale dizer: para opinar sobre o Estatuto, data vênha, ambas são passíveis de serem contrariadas pelos próprios representantes. Ora, se todos os professores tivessem a oportunidade de informarem-se adequadamente, com um exemplar do projeto, teríamos, nós Legisladores, a possibilidade de diretamente recebermos e sentirmos a inclinação da classe pró ou contra o pretendido Estatuto.

A grande dificuldade que vejo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é a de levarmos uma cópia deste projeto a cada professor paranaense, pois esta Assembléia não dispõe dos recursos necessários a empresa de tal envergadura.

Já se disse, com propriedade, que a Imprensa é o Quarto Poder da Democracia, — estágio em que o povo deve se fazer ouvir tanto quanto possível na elaboração das leis — e se os poderes constituídos não dispõem de meios de levar a informação documental aos nossos milhares de professores, voltamo-nos ao Quarto Poder da Democracia, para que realize esta importante missão.

Acredito que a Imprensa escrita, precipuamente a Jornalística, poderá dar esta valiosa contribuição ao professorado e Poder Legislativo do Paraná, fazendo publicar a íntegra do Projeto do Estatuto do Magistério e possibilitando assim, de maneira rápida e eficiente que não apenas os professores, mas todos aqueles que direta ou indiretamente se sintam ligados à Educação, e pretendem até no anonimato, contribuirem com subsídios ao Poder Legislativo e ao Governo do Estado do Paraná, enviando emendas ou sugestões.

Acreditamos que não faltarão inclusive empresários que se prontifiquem, através de investimento publicitário, a promover a publicação do projeto, no nosso entender, relevante serviço de utilidade pública. Fica o apelo formulado à nossa Imprensa Jornalística, que sempre teve a maior condescendência e empenho para divulgar as boas coisas deste Poder, e que temos certeza atenderá ao presente requerimento que endereçamos à Presidência desta augusta Assembléia do Povo Paranaense, para ser apreciado em Plenário, mediante esta justificação.

Finalizando, queremos ratificar que não deixamos de ver legitimidade nas entidades que se dizem representantes do Magistério Paranaense eis que ambas foram declarantes de utilidade pública por esta Assembléia, mas nos preocupa, no momento, que o Professor Paranaense — o GRANDE INTERESSADO NO ESTATUTO DO MAGISTÉRIO, fale por si, a fim de que não parem dúvidas de sua participação no processo legislativo e possamos aferir as reais necessidades da brava classe de paranaenses que lutam diuturnamente para nos elevar no saber e na cultura — os nossos professores estaduais.

Optar por uma ou outra entidade, será sempre relegar parte dos nossos professores, o que não é objetivo desta Casa, que pelo contrário, a todos quer ouvir e na medida do possível anteder ?.

Encaminho, Sr. Presidente, o seguinte requerimento para ser submetido à decisão do plenário: (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer consulta ao plenário, para que seja determinado, de imediato, remessa de cópia autêntica do Projeto do Estatuto do Magistério, a todos os jornais credenciados e que efetivamente prestam cobertura nesta Assembléia Legislativa, a fim de que aquelas empresas jornalísticas, estudando a viabilidade, publiquem-no para conhecimento do Magistério Paranaense, possibilitando assim, o mais amplo e democrático debate, sobre tão importante e complexo diploma legal.

Se aprovado o presente requerimento, envie-se também, a JUSTIFICATIVA inclusa.

Sala das Sessões, em 09 de dezembro de 1975”.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa tem a honra de comunicar a presença no plenário do Sr. Prefeito de Rio Negro.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “Face ao requerimento de autoria dos Deputados Aguinaldo Pereira Lima e Adalberto Daros, proposto e votado nesta Casa no dia dezessete do corrente mês, isto é, do mês de novembro, o qual propunha constituição de uma Comissão de cinco Deputados com a finalidade de visitar a Companhia Fotográfica Euclides S/A., sediada em Lins, Estado de São Paulo, especializada na confecção de cédulas de identidade civil, assim, tão logo constituída essa Comissão e nela termos a honra de pertencer, nos dirigimos à referida Empresa no dia 19 do corrente, com a incumbência de trazeremos o relato fiel e completo do que lá foi visto, analisado, comparado e deduzido, capacitando-nos a fazer o relatório e apresentar considerações.

Antes, porém, solicitamos dos ilustres Senhores Deputados a obsequiosa atenção para o que em seguida expendemos:

1.1.1. — A exemplo de todo o país, somos uma unidade da Federação, que experimenta singular desenvolvimento em todas as áreas da atividade criadora, mercê a filosofia administrativa imprimida e o espírito pioneiro e empreendedor de nossa gente.

1.1.2. — Essa dinâmica processual de nosso crescimento, se notabiliza, máxime no aparelhamento dos serviços públicos do Estado, objetivando oferecer ao universo humano por ele atingido, condições de atendimento desburocratizado e adequação aos tempos modernos.

1.1.3. — Nesse sentido é que o Estado do Paraná tem alcançado vários sucessos e, imbatível, deseja, por suas autoridades e representantes, colimar outros fins, a curto e médio prazo, que, somados aos demais esforços, atingirão o desiderato comum do Brasil Grande de nossos dias.

1.1.4. — Para corroborar ainda mais o legítimo interesse desta Comissão em visitar a Empresa, tomamos ciência da tramitação nesta Casa de um pedido referente a identificação dos Senhores Deputados e Funcionários pelo sistema Euclides de Identificação, preconizado pela Cia. Fotográfica Euclides, bem como, de outras propostas dessa Empresa à Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Recursos Humanos, Secretaria de Educação e Juizado de Menores da Capital, no sentido de confeccionar a esses órgãos a identidade civil, funcional, estudantil e de menores.

#### 2.1.1. - RELATÓRIO

A Comissão constatou, com grande surpresa a satisfação, que a Companhia é totalmente nacional, integrada por sócios idôneos, todos brasileiros natos e sem qualquer vinculação com capital ou companhia estrangeira.

2.1.2. — A Companhia, além da sede, possui mais sete filiais em outros Estados, a exemplo do Paraná, onde é represen-

tada pela firma A. M. Araújo e Cia. Ltda., instalada à Praça Senador Correia, 921, nesta Capital.

2.1.3. — A Sede da Empresa situa-se no perímetro urbano, numa área de 15 alqueires, na cidade de Lins, com cerca de 10.000 m<sup>2</sup> de área coberta, constituindo-se no maior conjunto laboratorial da América do Sul.

2.1.4. — A empresa, única no ramo, tornou-se exclusiva na instalação do sistema “Sistema Euclides de Identificação” cujo complexo industrial destinou-se para confecção de documentos destinados a fins da identificação civil, carteiras de habilitação de motoristas, títulos de eleitor e outros mais, não somente por deterem a exclusividade do uso dos filmes especiais e equipamentos específicos, mas, pelo “know how” adquirido dentro e fora do Brasil, já com larga experiência no trato da coisa pública.

Da visita àquela empresa.

A Comissão durante a parte da manhã e a tarde, vistoriou todas as instalações da Empresa, tendo a oportunidade de arguir todos os assuntos e obter explicações funcionais e técnicas do Sr. Eudorides Aguiar, presidente da Cia., que, com mais diretores e funcionários, responderam as perguntas formuladas pelos Senhores Deputados. Na oportunidade, quando solicitamos para demonstrarem o processamento e funcionamento das máquinas altamente especializadas no ramo fotográfico e, especialmente, no que diz respeito a identidade civil.

3.1.2. — O dia tornou-se curto diante da disposição dos Senhores Deputados em verificar o complexo industrial dentro do ramo fotográfico, jamais imaginável e concebido. Diante de dezenas de máquinas eletrônicas e o seu complexo funcionamento, a Comissão, limitada ao tempo que se escoava, deteu-se tão somente nas análises e demonstrações das máquinas específicas a identificação civil.

3.1.3. — Através dos diversos setores e variados tipos de máquinas em funcionamento, e diante de dezenas de operadores altamente especializados, deu-nos a impressão viva de que o milagre brasileiro ali se fazia presente. Diante de laboratórios fotográficos, cientificamente especializados, tudo sintetizado naquele complexo industrial, podemos afirmar que sentimos a certeza de que o Brasil está realmente vivo e presente ao avanço de outras potências.

Na Indústria víamos a imagem real do Brasil perfilado frente ao desafio tecnológico no mundo da cibernética atual, fato esse que justifica uma visita do próprio Governo da República e dos Estados, como ato de reconhecimento e estímulo à uma empresa genuinamente nacional.

3.1.4. — A Comissão, em diversos departamentos de indústria, examinando máquina por máquina, e dado a complexidade de seu funcionamento, teve-se numa pesquisa prática, somente quanto a produção, constatando a rapidez em massa de produção de cédulas de identidade.

3.1.5. — Constatou que centenas de identidades civis do Estado do Espírito Santo, notadamente de cidades do interior, já estavam prontas para a remessa.

A data da emissão dessas identidades era o “dia dezessete” deste mês, dois dias anteriores a nossa visita.

3.1.6. — Constatou, nessas identidades, a nitidez da fotografia que representava a autenticidade do rosto e da assinatura do identificado e da autoridade expedidora, numa forma impossível de relatar, provando que a ciência da “micro-filmagem” ali se fazia presente em toda a sua técnica.

O mesmo fenômeno se repetia com exatidão da fotográfica impressão digital, dados fiéis e planilha.

3.1.7. — Constatou ainda nessas identidades a exposição nítida, já em outra dimensão, do Brasão da República, nome do documento, nome do Estado e órgão expedidor.

Verificou as máquinas eletrônicas, que detinham em seu interior os Dados-Segurança contidos em uma “máscara” especial

sob absoluto controle. Desse tipo de máquina, constatou existir um número de quatro unidades.

3.1.9. — Nessa peça denominada “Máscara”, que contém as assinaturas das autoridades, selos oficiais, é que reside um dos pontos mais importantes do sistema de identificação, o que torna a cédula de identidade livre de fraudes e falsificações.

3.1.10. — A Comissão presenciou a sequência de todo o processo de uma identificação.

Os Senhores Deputados assinaram o prontuário e ali imprimiram suas impressões digitais e foram fotografados, num tempo aproximado de vinte segundos.

No mesmo dia, suas identidades ficaram prontas, comprovando a exatidão e rapidez do sistema.

3.1.13. — ... Cumpro ressaltar, o tipo de laminação das carteiras, processo incomum de trabalho no qual se fundem as películas de poliéster e de poliestileno ao papel fotográfico especial, tornando as cédulas Peça Única e de impossível separação.

3.1.12. — Assim, além da cédula não conter fotografia colada, prensada ou grampeada, ainda há a grande vantagem de laminação inviolável, durável e de grande resistência ao manuseio mesmo em condições anormais.

Solicitamos especial atenção ao laudo técnico do Instituto Tecnológico de São Paulo, que, transcrito, passamos a ler:

3.1.13. — “INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS”

Cidade Universitária “Armando de Salles Oliveira”  
São Paulo — BRASIL

CERTIFICADO Nº 339.339

Material: Modelo de Cédulas de Identidade a Cores

Natureza do Trabalho: Diversas Determinações

Interessado: Companhia Fotográfica Euclides

Amostras: fornecida pelo interessado representada por 19 unidades de modelo de cédula de identidade, contando fotografia a cores, e, entre outros, os seguintes dizeres: em azul: “Cédula de Identidade”, “República Federativa do Brasil”, “Secretaria de Segurança”, “Departamento de Polícia Técnica”; em vermelho: “Estado do Rio de Janeiro, Diretor do Instituto Pereira Faustino”; em pardo: elementos de identificação e impressão digital; em verde-claro: emblema do Estado do Rio de Janeiro.

RESULTADOS:

Ensaio de imersão em acetona (24 h, temperatura ambiente):  
variação de peso — % — + 0,16.

alteração de cor — não houve.

alteração de integridade — não houve.

Ensaio de imersão em solução aquosa a 1 por cento de sabão em pó, comercial, lh a 50°C:

variação de peso — % — + 0,03

alteração de cor — não houve

alteração de integridade — não houve.

Ensaio de imersão em tricloroetileno, lh à temperatura ambiente:

variação de peso — % — + 0,23

alteração de cor — não houve

alteração de integridade — não houve.

Ensaio de imersão em suor sintético ácido, 24 h, temperatura ambiente:

variação de peso — % — + 0,02

alteração de cor — não houve

alteração de integridade — não houve.

Ensaio de imersão em suor sintético, 24 h, temperatura ambiente:

variação de peso — % — + 0,02

alteração de cor — não houve.

alteração de integridade — não houve.

Ensaio de exposição e lâmpada solar, 24 h. segundo ASTM D 1148-70, (Lâmpada GE. RS, 275W.:

alteração de cor — não houve  
alteração de integridade — não houve.

Ensaio de exposição à luz ultra-violeta. 24 h. (lâmpada de onda curta, 253, 7 um, type C-81, Ultra-Violeta Products Inc.):

alteração de cor — não houve  
alteração de integridade — não houve.

São Paulo, 28 de setembro de 1973.

Secção de Borrachas e Plásticos  
Ass. MASSAKAZU OUTA — Chefe

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS

Ass. Adalberto Pereira de Castro - Superintendente

DIVISÃO DE QUÍMICA E ENGENHARIA QUÍMICA

Agrupamento de Tecnologia Orgânica

Ass. MASSAKAZU OUTA — Chefe

4.1.1. — “Análise comparativa entre fotografias em preto-e-branco e fotografias coloridas.

A fotografia branco-e-preto inexistente no sistema de identificação nos Estados Unidos da América, e, muito raramente, na Europa.

4.1.2. — Eis as razões:

“Fotografia branco-e-preto” características:

Papel fotográfico monocromático, formado por cristais de prata, que, após revelação química, transforma-se em prata metálica (preta).

4.2.1. — “Vantagens”:

Quando bem reveladas e fixadas apresentam durabilidade muito grande.

4.2.2. — Podem ser obtidas facilmente, em qualquer recanto do País (desvantagem na identificação civil).

4.2.3. — Seu aprendizado é rápido e fácil.

Qualquer amador ou curioso, com alguma orientação, pode fazer cópias ou ampliações com bastante rapidez e aceitável qualidade (desvantagem na Identificação Civil).

4.2.4. — Baixo custo do equipamento e do material de laboratório (desvantagem na Identificação Civil).

4.3.1. — DESVANTAGENS:

Reproduzem apenas as diferentes densidades do cinza até ao preto, não permitindo a definição clara das cores do assunto ou rosto.

4.3.2. — Não registram as cores e tonalidades da pele, dos olhos, dos cabelos, de manchas e imperfeições de pigmentação (resultado de pouca ou nenhuma sensibilidade à cor verde).

4.3.3. — São suscetíveis de fáceis adulterações em laboratório.

#### EXEMPLO:

toma-se uma fotografia com imagem e selo de segurança. Elimina-se quimicamente a imagem e aplica-se na emulsão fotográfica em seu lugar. A imagem nova surgirá e o resultado será uma cédula de identidade FALSIFICADA, e ainda autenticada pelo selo de segurança.

4.3.4. — As fotos, na identificação pelo sistema comum e vulgar, podem ser removidos de uma cédula e coladas sobre outra, com grande facilidade, permitindo falsificações rápida e de baixo custo.

4.4.1. — COLORIDAS:

Papel fotográfico pancromático (absorve todas as cores) que, após a revelação química, apresenta corantes obtidos a partir dos cristais de prata.

4.5.2. — VANTAGENS:

Reproduzem com fidelidade as cores e tonalidades da pele, dos olhos, dos cabelos e outros detalhes, permitindo uma

rápida e eficiente identificação do rosto ou assunto e de todos os seus detalhes cromáticos.

4.5.3. — Garantem qualidade e segurança, pelas próprias características do material (composição da emulsão) e em função do sofisticado processo de produção.

Poucos laboratórios no Brasil estão aptos para a sua execução, face equipamentos avançados e caros, exigindo a contratação de pessoal técnico e altamente especializado e qualificado.

4.5.4. — Não são suscetíveis de adulterações em laboratório

A remoção do corante é possível, mas não existe fórmula de emulsão fotográfica colorida que possa ser aplicada.

4.5.5. — Em condições normais de uso, a estabilidade dos corantes é praticamente infinita.

4.5.6. — Quando aplicadas na Identificação Civil, permitem, sempre, o uso de brasões, dísticos ou filigramas,

normalmente em diversas cores.

4.5.7. — São utilizadas em todos os trabalhos de grande avanço tecnológico, nos países mais adiantados do mundo.

Muito breve, as fotografias em branco-e-preto serão velhacarias do passado.

4.6.1. — DESVANTAGENS:

São mais caras que as fotos em branco-e-preto.

No caso específico de identificação civil, o custo do papel e do filme não é o principal fator, diluindo-se na equação econômica de todo o sistema implantado.

4.6.2. — O papel não era fabricado no Brasil. Desde o ano passado o papel já está sendo fabricado pela Kodak, no seu novo complexo industrial de São José dos Campos, que suprirá todo o mercado latino-americano.

5.1.1. — VANTAGENS DO SISTEMA:

A Empresa, com eficiência e seriedade, vem prestando serviços de identificação a órgãos públicos oficiais, tais como:

5.2.1. — Estado do Espírito Santo — identidade civil;

5.2.2. — Ministério de Minas e Energia - identidade funcional.

5.2.3. — Rede Ferroviária Federal S/A. - identidade funcional.

5.2.4. — Ministério das Comunicações - identidade funcional.

5.2.5. — Estado de Minas Gerais - identidade estudantil.

5.2.6. — Estado de Goiás - identidade estudantil.

5.2.7. — Estado de São Paulo - identidade estudantil.

5.2.8. - Estado do Rio de Janeiro - identidade estudantil.

5.3.1. — Com larga bagagem de serviços prestados ao Estado do Rio de Janeiro e Estado do Espírito Santo, no sistema de identificação civil, e isso presenciamos, podemos dizer e sem medo de errar que a Empresa está capacitada para a grande e necessária arrancada, de trabalho tecnológico atualizado que o próprio Governo se propôs.

5.3.2. — O novo sistema permitirá corrigir distorções visiosas próprias de serviços carentes de atualização, com a consequente melhoria geral.

5.3.3. — O povo e o Governo somente lucrarão com a implantação do novo sistema, o que já está mais que provado e evidente.

Não vemos razões para que a não implantação ou se impeça o mesmo, que tardiamente, de vez, que, “ainda não apareceu outro melhor,”

5.4.1. — Transcrevemos, abaixo, as palavras do Sr. Secretário de Segurança do Rio de Janeiro:

“Ademais, o novo sistema de identificação em si, produzirá outros resultados práticos, quais sejam:

a) menor custo em cruzeiros para os contribuintes, isto é, com preço inferior às fotografias comuns;

b) rapidez na confecção do documento;

c) rapidez no preenchimento dos impressos pela própria

Empresa, sob fiscalização do Estado, que a tudo assistirá;

d) fornecimento das cédulas de identidade civil em cores, com perfeita definição cromática do identificado;

e) "prazo da entrega de 48 horas", uma vez autorizada a tomada das fotos do candidato e do seu prontuário;

f) fornecimento de uma cópia, autêntica e em cores, das cédulas de identidade, sem as marcas de segurança, destinadas aos arquivos do Estado;

g) fornecimento dos prontuários compatíveis com o sistema e conforme às dimensões e determinações governamentais;

h) fornecimento dos protocolos;

i) fornecimento das guias de recolhimento das taxas que serão efetuadas, tão somente na rede bancária autorizada, sem a participação de pessoal da Empresa ou da Secretaria de Segurança no manuseio de valores;

j) fornecimento de fitas e máquinas de escrever de modelo único (Olivetti Línea 88), como fator de segurança, para todos os postos, padronizando assim, inclusive, os tipos de letras com as quais se preencherão os prontuários, as cédulas e cópias para arquivo, serão reproduzidas fotograficamente no prontuário, inexistindo, portanto, a possibilidade de erros datilográficos, atualmente comuns, com sérias consequências para os serviços e para o identificado, portador da cédula.

k) fornecimento dos datilógrafos;

l) fornecimento dos veículos padronizados;

m) fornecimento dos motoristas;

n) fornecimento dos laboratórios;

o) fornecimento das Câmaras de uso exclusivo;

p) fornecimento de filmes exclusivos e específicos para fins de identificação;

q) fornecimento de negativos em cores;

r) Etc.

5.5.1. — Indispensável será acrescentar que, o que acima está relacionado, atualmente aplica-se com êxito no Estado do Espírito Santo, para cujo assunto pedimos especial atenção às palavras do Dr. Lizio Carvalho de Araujo, Chefe da Divisão da Polícia Técnica, Departamento esse subordinado ao Estado do Espírito Santo e da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Espírito Santo, que passaremos a transcrever na íntegra:

#### 5.5.2. — ESTADO DO ESPÍRITO SANTO SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL DIVISÃO DE POLÍCIA TÉCNICA

Sr. Superintendente de Polícia Civil:

1 — Os Serviços de confecção de Cédulas de Identidade Civil pela Contratada Companhia Fotográfica Euclides, a partir do início do respectivo contrato, em 15 de março de 1974, até à presente data, vêm sendo realizados dentro das cláusulas contratuais estabelecidas, apresentando alto índice de produção, aliada a um serviço que podemos considerar primoroso.

2 — A título de ilustração, demonstramos abaixo, num pequeno quadro comparativo, o que no setor foi feito pela Polícia Civil, no período de 2 (dois) anos e o que foi feito pela Contratada, no período de 1 (um) ano: conf. doc. abaixo.

CONFECCIONADAS	PERÍODO	Cédulas de Identidade confeccionadas
POLÍCIA CIVIL	1973 e 1974	26.590
CIA. EUCLIDES	15/3/74 a 15/3/75	38.978

3 — Não se entrando em detalhes quanto às vantagens financeiras advindas para os cofres públicos com os referidos

serviços entregues à Contratada em apreço (num levantamento aproximado no valor de Cr\$ 460.000,00 obteve a Secretaria de Segurança Pública considerável aumento no arquivo das pessoas identificadas, nosso objetivo maior.

4 — Como para a Administração pública significou um grande avanço a celebração do citado contrato com a Companhia Fotográfica Euclides, da mesma forma também para os identificandos as vantagens foram as melhores possíveis, as quais passaram a receber uma Cédula de Identidade Civil, no prazo máximo de 96 horas, para os requerentes da Capital e municípios próximos, quando, anteriormente ao referido contrato, nossos prazos se arrastavam entre 30 e 60 dias.

5 — Visando facilitar as partes na aquisição da Cédula de Identidade requeridas, estabeleceu a contratada:

a) Dois Postos fixos de atendimento, em VITÓRIA e outro em VILA VELHA;

b) Três Postos de atendimento, com funcionamento semanal (dois dias pro semana), nos municípios de Cachoeiro do Itapemirim, Colatina e Linhares.

c) Postos de atendimento em cidades do interior do Estado por meio de Campanhas, que obedecem a uma programação pré-estabelecida, conforme anexo (Doc. n. 1,2,3), de que recebem comunicação antecipada os Senhores Prefeitos e Delegados de Polícia, conforme modelo anexo (DDC. n.4).

6 — Para a execução de seus serviços, vem a contratada utilizando 3 veículos de sua propriedade, com despesas de combustível e manutenção por sua conta, como também executa os referidos serviços com 17 funcionários seus, cabendo à Polícia Civil tão somente registrar e efetuar a busca, no Onomástico, para que se "evite Registro Duplo" e conferir o serviço executado pela Contratada, no que, relativamente, é bem pouca a nossa mão-de-obra.

7 — O material empregado nesse novo tipo de identificação é o que de melhor se pode desejar;

a) cartões Onomásticos funcionais, econômicos, de apresentação até mesmo elegante;

b) prontuários também as mesmas características dos Cartões Onomásticos acima referidos;

c) farto material publicitário, estampado nas cidades do interior, para onde se deslocam as Campanhas, conforme modelo anexo (DOC. n.5).

Face ao exposto, nenhuma restrição temos a fazer aos serviços até aqui executados pela Contratada, que vem satisfazendo plenamente à expectativa.

Vitória, ES, 07 de maio de 1975.

Ass. Bel. Lizio Carvalho de Araujo

Chefe da Divisão de Polícia Técnica.

#### 6.1.1. — ECONOMIA DO CONTRIBUINTE:

Quando o país inteiro luta para livrar-se dos intermediários, não é justo que, numa forma arcaica de identificação, o povo ainda tenha que pagar caro pelos maus serviços dos atravessadores fotográficos-despachantes, onerando o custo final e exaurindo ainda mais os poucos recursos do contribuinte.

6.1.2. — Hoje, o contribuinte tem que esperar vários dias para obter sua identidade civil, ocasionando-lhe imensos prejuízos de ordem financeira a tempo perdido, sem falarmos nos demais dissabores originados pela ineficácia e primarismo do sistema atual.

6.1.3. — Isso sem contarmos com os casos ocorridos no interior do Estado, onde mais elementos chegam a cobrar até Cr\$ 1.900,00 (um mil e novecentos cruzeiros) por uma identidade civil, fato facilmente constataável como o testemunho do Senhor Prefeito Municipal de Nova Aurora, Senhor Advino Luiz de Oliveira, que denunciou casos semelhantes em seu município.

6.1.4. — Mesmo na Capital do Estado, onde tudo é mais fácil, em proporção ao distante e longínquo interior paranaense,

o custo normal de uma 2ª via de Identidade Civil é de Cr\$ 114,00, sendo que o Estado recolhe Cr\$ 49,00 deste monte e a diferença pertence ao "despachante-fotógrafo", como pagamento de intermediação.

6.1.4. — A maioria das fotografias branco-e-preto, tiradas pelos despachantes-fotógrafos, são deformadas, chocantes, pré-históricas e irreconhecíveis, já recebendo a denominação popular de "foto-procura-se".

6.2.1. — ANTEPROJETO DE IMPLANTAÇÃO

6.2.2. — ESTIMATIVA DA ECONOMIA QUE O SISTEMA EUCLYDES DE IDENTIFICAÇÃO OFERECE AOS IDENTIFICANDOS.

6.3.1. — Custo de Cédula no Sistema Atual:

1ª Via — Taxa ao Estado — Cr\$ 24,00  
fotografias — Cr\$ 25,00  
despachantes e afins Cr\$ 40,00

TOTAL: Cr\$ 89,00.

2ª Via — Taxa ao Estado — Cr\$ 49,00  
fotografias — Cr\$ 25,00  
despachantes e afins — Cr\$ 40,00

TOTAL: Cr\$ 114,00

6.3.2. — Custo da Cédula no Sistema Euclides:

1ª Via — Taxa ao Estado — Cr\$ 24,00  
cédula pronta — Cr\$ 25,00

TOTAL: Cr\$ 49,00

2ª Via — Taxa ao Estado — Cr\$ 49,00  
fotografias — Cr\$ 25,00

TOTAL: Cr\$ 74,00

6.3.3. — DIFERENÇAS OU ECONOMIA

1ª Via — preço atual — Cr\$ 89,00  
preço Euclides — Cr\$ 49,00

DIFERENÇA ou ECONOMIA: Cr\$ 40,00 ou 44,9 por cento.

2ª Via — preço atual — Cr\$ 114,00  
preço Euclides — Cr\$ 74,00

DIFERENÇA OU ECONOMIA: Cr\$ 40,00 ou 36 por cento.

6.4.1. — ESTIMATIVA DA ECONOMIA POPULAR OFERECIDA PELO SISTEMA EUCLYDES DE IDENTIFICAÇÃO:

1ªs Vias de Cédulas:

400.000 unidades anuais X Cr\$ 40,00 igual a Cr\$ 16.000.000,00

2ªs Vias de Cédulas:

100.000 unidades anuais X Cr\$ 40,00 igual a Cr\$ 4.000.000,00.  
ECONOMIA POPULAR ANUAL igual a Cr\$ 20.000.000,00.

6.4.2. — ESTIMATIVA DA ECONOMIA QUE O SISTEMA EUCLYDES DE IDENTIFICAÇÃO OFERECE AO ESTADO:

Economia representada pelo fornecimento, pela Empresa, de todos materiais, equipamentos e pessoal necessário aos serviços possíveis de alienação (ou passíveis de execução por pessoal que não contratado pelo Estado), tais como impressos, que são, prontuários, planilhas, espelhos para cédulas, etc., transportes e comunicação, plásticos para laminação, máquinas de escrever, tintas, sabão, malotes, mão-de-obra, etc., ao preço estimado de Cr\$ 12,00 por unidade: Cr\$ 12,00 x 500.000 igual a Cr\$ 6.000.000,00 anuais.

6.5.1. — VANTAGENS ADICIONAIS AO ESTADO:

Por outro lado, como o Sistema Euclides de Identificação oferecerá a mão-de-obra necessária aos serviços possíveis de serem executados por particulares, a Secretaria terá seu quadro de pessoal enormemente desafogado, possibilitando remanejar centenas de funcionários para outros setores.

7.1.1. — ANÁLISE COMPARATIVA:

O Sistema atual de identificação em nosso Estado é o mesmo desde o seu início.

7.1.2. — As cédulas de identidade do sistema atual e

oficial, forçoso é dizer que todas, sem exceção, estão sujeitas a fraudes e falsificações.

7.1.3. — O papel confeccionado na Casa da Moeda, que o Instituto de Identificação do Paraná faz uso, traz o basão da República, nome do documento, nome do Estado etc.

Na sua superfície são datilografados os dados identificando, colhida sua impressão digital, colada a fotografia branco-e-preto e EM CARIMBO a assinatura do titular do órgão expedidor.

7.1.4. — É protegida por plástico facilmente violável.

7.1.5. — É violável e sujeita a fraudes e falsificações, quer pela troca de fotografia ou implantação fotográfica da imagem de outra pessoa na mesma fotografia, o que para este mister, o agente do crime não necessita retirar a fotografia de cédula de identidade.

7.1.6. — Com agentes químicos substitui-se, como se queira, as letras e as palavras constitutivas na cédula de identidade, dificultando o reconhecimento ou suspeita de adulteração por parte dos bancos, cartórios de registros públicos, casas comerciais, etc., não havendo vestígio e prova de fraude, pois no sistema atual, os órgãos expedidores não possuem nem sequer a cópia de identidade.

7.1.7. — Com agentes químicos e até naturais, substitui-se a assinatura do identificando, ou identificado, pela do criminoso como diversos casos já ocorridos em nosso Estado.

7.1.8. — Da mesma forma poderá se substituir qualquer assinatura, desde que exposta e violável, o mesmo acontecendo com a assinatura CARIMBADA do titular do órgão expedidor de identidade.

7.1.9. — Através de identidades falsas, elementos ligados ao mundo do crime causaram irreparáveis danos ao patrimônio e à coletividade paranaense, ocasionando entre os proprietários e compradores de Boa-fé, guerridas lutas judiciais sem pouco resultado prático, visto não ter certeza da falsidade da Carteira de Identidade do pseu vendedor.

Isto aconteceu e continua a acontecer, mais acentuadamente no Norte do Estado, hoje verificando-se em Mato Grosso e outros Estados da Federação, lamentavelmente, o mesmo fenômeno.

7.1.10 — Como é do conhecimento geral hoje, no Brasil, através de "identidades falsas o seu portador, desde simples estelionatário até os mais perigosos terroristas ou foragidos da Justiça, têm livre trânsito no território nacional, acarretando a intranquilidade ao povo e ao Governo, em virtude de facilidade que qualquer pessoa tem em falsificar COM ABSOLUTA PERFEIÇÃO as atuais cédulas de identidade civil.

A Justiça, da nossa terra, é a maior testemunha dessas nossas declarações bastando um simples olhar nos cartórios criminais, nas auditorias militares e nas escriturinhas cíveis para se ter uma visão exata e da gravidade desses fatos.

7.1.11. — Documento de tamanha importância para a vida da população e para a SEGURANÇA NACIONAL, há que ser feito da forma segura, perfeita e inviolável, especialmente em se tratando de documento expedido pelo Estado que tem por dever inalienável a garantia dos direitos de seus concidadãos.

7.1.12. — Tamanha é a gravidade hoje reinante, que até mesmo os estabelecimentos de crédito possuem circulares das suas respectivas diretorias às suas agências e filiais; proibindo o pagamento de cheques a não correntistas que apresentem em outras praças, cheques comprados e tentem recebê-los apenas com a carteira de identidade.

Se faz mister o abono da identificação por um outro correntista do banco.

É a falência do sistema atual. É a falta da necessária fé pública ao documento de identidade, pois, somente o CARTÃO DE CREDITO INVOLÁVEL é que habilita e credencia hoje,



o cidadão a sacar importância em bancos sem o abono de terceiros.

7.2.1. — A cédula de Identidade, através do sistema Euclydes de Identificação, preconizado pela Cia. Fotográfica Euclydes, é comprovadamente infalsificável científica e documentalmente, não estando sujeita, portanto, à fraude e falsificação.

7.2.2. — O sistema adota a fotografia colorida por razões já expostas.

Esta comissão, analisando o Sistema Euclydes de Identificação, tem a afirmar e ratificar neste plenário que, a sua cédula de identidade é infalsificável, inviolável, tendo em vista o processo de revelação da fotografia no próprio papel da cédula e o processo de "FUNDIÇÃO" da mesma única peça ao invés de simples plastificação.

7.2.4. — A segurança da cédula de identidade está sobre a complexidade de sua montagem, impossível semelhança qualquer outro laboratório fotográfico existente no País, pois trata-se de uma montagem que a semelhança do sistema procedido na Casa da Moeda, ou seja:

7.2.5.: As informações escritas no prontuário, o rosto do identificando são fotografadas simultaneamente com câmaras protáteis, nos próprios postos identificadores. Ainda, Srs. Deputados, esses dados são insuficientes para a emissão da cédula.

7.2.6. — Com absoluta segurança e garantia em mera eletrônica especial, que tem acesso a ela somente o diretor técnico da Empresa, e isso a COMISSÃO CONSTATOU, existe a peça denominada MÁSCARA, na qual contém os dados imutáveis, ou seja, assinatura da autoridade do Instituto de Identificação, Brasão da República, nome do Estado, nome do documento, etc.

É importante informar que, por medida de segurança, estes dados imutáveis não são contidos nos negativos.

7.2.7. — Estes dados-segurança ficam contidos na máscara especial, e, então, apenas em laboratório esses dados imutáveis que não constam do negativo, são postos nas carteiras ou cédulas através de processo de FOTO-CÉLULAS.

7.2.8. — Caros Deputados, esse foi o grande engenho humano, dentro do setor humano, dentro do setor científico da identificação, que esta Comissão pode conhecer, oferecendo ao Estado como a seus concidadãos e garantia absoluta de sua identificação.

7.2.9. — A impossibilidade dentro do País de qualquer órgão de direito público ou privado, em usar o filme especial de identificação, a não ser a própria empresa, que é do seu uso exclusivo, é que torna ainda mais seguro o seu sistema.

Além disso, para se fazer uso deste filme especial, se torna imprescindível o seu uso na câmara fotográfica do Sistema Euclydes ou nas máquinas de Eletro Photo Systema Inc. (EUA), únicas no mundo.

7.2.10. — Eis as razões e o porquê do Sistema Euclydes ser a garantia do Governo, ser exclusivo e único no País, não permitindo jamais a hipótese de fraude e falsificação de cédulas de identidade.

7.2.11. — É inegável o desempenho do filme de negativos a cores, no que se refere a segurança e garantia do sistema.

Trata-se de um fato novo e nova técnica, não podendo ser revelado pelos processos comuns, ficando nos cofres de Empresa como depositária fiel ou do Estado, que dele se utilizará para emissões de segundas vias, sem necessidade de re-fotografar ou refotografar o cidadão ou usá-lo para a feitura de cartazes do tipo "procura-se", e demais exames cromáticos criminológicos, caso se faça necessário.

8.1.1. — A PARTE ...

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, estamos acompanhando e queremos confessar que vimos alguma coisa, indiretamente, através de fotografias com relação à exposição de V. Exa. E tenho a impressão que V. Exa. está sendo ao concluir por um projeto, por uma iniciativa de Lei neste sentido, está sendo feliz, porque ele representará, uma vez aprovado e implantado este sistema, será um avanço neste serviço de identificação pessoal.

Não ouvi perfeitamente, se V. Exa. fez alguma referência ao custo da implantação deste serviço. Gostaria que V. Exa. por gentileza nos oferecesse, ou melhor nos esclarecesse, o quanto representaria para o Estado, a implantação desses serviços.

Acredito que o próprio serviço por si já, na minha opinião, justifica-se por si mesmo, os serviços existentes.

De modo que, embora, eu não concorde com os argumentos de V. Exa. de que os bancos se recusam pagar cheques mediante apresentação da cédula de identidade, uma vez que é injustificável esta recusa dos bancos.

Se os gerentes assim procedem por ordem interna do Banco que eu também tenho conhecimento disto, estão ostensivamente, atentando contra a própria exposição da Lei. Porque o cheque representa uma ordem de pagamento, dentro da própria Lei vigente. Mas como disse V. Exa., esta depreciação da cédula de identidade, poderá ser superada também por um sistema altamente seguro, como disse V. Exa. Mas eu gostaria que V. Exa. esclarecesse, e eu acredito que os demais colegas também, sobre este ponto.

Quanto à iniciativa de V. Exa., contará com o apoio integral desta Casa, nós não temos dúvidas sobre isso. Ficaria pois agradecido se V. Exa. nos esclarecesse sobre esse ponto.

O SR. ADALBERTO DAROS — Caro Deputado Muggiati Filho.

líder de nossa bancada, a Companhia Euclydes de Identificação, propõe-se, como já dissemos, a entregar, no Estado do Paraná, a cédula de identidade por somente 25 cruzeiros. Apenas o identificado pagará 25 cruzeiros, o Estado não entrará com um centavo sequer.

Conforme a Comissão constatou lá em São Paulo, identidades de pessoas do Estado do Espírito Santo, feitas no dia 17 de novembro, já no dia 19 estavam prontas para serem entregues no Interior daquele Estado, Cachoeiro do Itapemirim, peço preço de 29 cruzeiros. E esse aumento de preço deve-se à distância de São Paulo àquela cidade.

Razão pela qual, o Governo do Estado do Paraná não gastará nada com a implantação desse sistema.

O SR. MUGGIATI FILHO — Essa identificação seria feita na Capital do Estado?

O SR. ADALBERTO DAROS — Essas identificações serão feitas em todos os pontos do Estado, uma vez que, pela facilidade do Sistema, a empresa se propõe a identificar as pessoas não identificadas, ou a tirar, uma segunda via, em todas as localidades do Interior, instalando pontos de identificação nas mais longínquas cidades do Paraná. Uma vez que a máquina que tira a fotografia é de fácil locomoção, e essas fotografias são reveladas em São Paulo. Sendo que três dias após, essas cédulas estarão prontas. Então, não há necessidade do homem do Interior vir à Capital, evitando-se, dessa forma, despesas aos cidadãos.

Agora, com referência a parte jurídica: Tratando-se de um contrato administrativo de "prestação de serviços técnicos", a exemplo do contrato firmado entre o Estado do Espírito Santo e a Empresa, desnecessária é autorização e ratificação legislativa, e sim somente a autorização e ratificação do melhor, "somente a decisão Governamental para efetivação contratual."

8.1.2.

Contudo, este relatório e exposição, serve como respaldo ao Governo do Estado, de uma atitude que vem tomar em favor da coletividade e do próprio Estado, que se faz necessária, cuja tomada de posição não poderia este Poder omitir-se.

8.2.1.

DECRETO LEI Nº 200 de 25-2-67.

Art. 10.

§ 7º — Para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a Administração procurará dessobrigar-se da realização material de tarefas executivas, “recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa provada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos e execução.”

§ 8 — A aplicação desse critério está condicionada, em qualquer caso, aos ditames de interesse público e às conveniências da segurança nacional.

Art. 126.

§ 2 — É dispensável a licitação:

d) — na aquisição de material(is), equipamentos ou gêneros que só podem ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos, bem como na contratação de serviços com profissionais ou firmas de notória especialização.

Vê-se por aí que esta Empresa que se propõe a implantar esse sistema único no País, é a única que tem condições no Brasil e que tem experiência suficiente para implantar esse novo sistema de identificação.

“O Sr. Fedelcino Tolentino” — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Se mal ouvi, V. Exa. se referiu que Espírito Santo teria mandado fazer isso, ou outro Estado da Federação. Só tenho uma dúvida quanto a esse sistema, não de ordem legal, mas de ordem legal, mas de ordem de segurança, diríamos assim, porque essa questão de identificação e esse sistema de dar aos cidadãos paranaenses a carteira de identificação, me parece que é privativo da Secretaria de Segurança Pública, me parece a priori, sem maiores estudos.

E a infiltração de particular nesse sistema de identificação, não geraria algum problema quanto ao problema de sigilo no Estado?

É a indagação que faço, porque não conheço bem o aspecto, V. Exa. deve ter estudado bem o assunto, mas faço essa indagação, porque o assunto é de economia interna do Estado.

O SR. ADALBERTO DAROS — Gostaria de responder a V. Exa.

lendo o seguinte ofício do Instituto Nacional de Identificação, por seu Diretor Tebúrcio de Oliveira Neto: (Lendo): ‘Em atenção à solicitação, objeto do expediente de V. Exa., datado de 31 do corrente, cumpro-me informar inexistir por parte deste Instituto, impedimento legal que impeça a adoção do ‘Sistema Euclides de Identificação’, preconizado pela Companhia Fotográfica Euclides, pelos órgãos estaduais e territoriais de Identificação’. Assim, esse sistema pode ser adotado pelos órgãos estaduais e o próprio Instituto Nacional de Identificação quem diz.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Quer dizer que não há nenhum impedimento nem de ordem administrativa nem legal?

O SR. ADALBERTO DAROS — Absolutamente, Sr. Presidente, gostaria ainda de discorrer sobre vários aspectos importantes:

#### 9.1.1. — RAZÕES PRÁTICAS DA ACEITAÇÃO

A Comissão constatou na Empresa não só a exatidão das confecções de cédulas de identidade civil do Estado do Espírito Santo, como o aprimoramento das mesmas aos Ministérios de Minas e Energia, das Comunicações e Rede Ferroviária Federal.

9.1.2 - Constatou que, face a fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro, a Empresa teve

suas atividades paralizadas, mantendo a Empresa proposta ao novo Governo para a continuidade do Sistema, que, só teve aplausos e elogios do ex-Estado do Rio de Janeiro, conforme adiante se exporá, através as palavras do Diretor de Polícia Técnica daquele Estado.

9.1.3 - No que concerne às razões práticas da aceitação do Sistema Euclides de Identificação, fazemos nossas as experientes palavras do Dr. Waldir de Abreu Lassance, então Diretor de Polícia Técnica do Estado do Rio, ao dirigir-se pelo ofício 686/73, de 03 de outubro de 1973, como uma prestação de contas de seus atos e do novo sistema ali implantado, ao Diretor do INSTITUTO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO, em Brasília, na pessoa de seu titular de então e de hoje, Dr. Tibúrcio de Oliveira Neto.

9.1.4 - Srs. Deputados, para que não paire dúvida na tomada de posição desta Comissão em favor de que o Sistema de Identificação Euclides seja de imediato adotado em nosso Estado, terra onde nascemos, vivemos, e a Ela amamos e aqui permaneceremos, temos a subida honra em apresentarmos NA ÍNTEGRA, o depoimento daquele Diretor:

#### 9.1.5 - RAZÕES PRÁTICAS DA ACEITAÇÃO

‘Como dissemos acima, uma das maiores preocupações na área do IPF (Instituto de Identidade Pereira Faustino), era a questão do arquivo. Havia, entretanto, outra preocupação ainda maior que aquela, e para a qual nenhuma solução definitiva fora ainda encontrada, relacionadas com a extrema vulnerabilidade do tipo de carteira de identidade em uso, provada com alguns casos de falsificação de carteiras que se tinham verificado, entre eles alguns de extrema gravidade, porque relacionadas com perigosos elementos subversivos’.

Continuando, o ilustre Diretor de Identificação da Polícia Técnica do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Waldir de Abreu Lassance, diz o seguinte:

‘A Exposição apresentada pela Euclides veio não só trazer a solução ao problema de arquivo, como também a esse outro mais grave, além de outras vantagens sobre o sistema antigo, tendi sido, assim, aceito em decorrência das seguintes razões principais:

a) A Cédula de Identificação a ser fornecida seria inviolável e infalsificável, tendo em vista o processo de revelação da fotografia no próprio papel da cédula, e o processo de ‘fundição’ da cédula e o processo, digo, da cédula como uma única peça, ao invés de uma simples plastificação;

b) O prontuário antigo, composto geralmente de uma capa dupla e pelo menos outras três folhas de papel, seria substituído por esta ficha-prontuário, podendo tal ficha ser arquivada nas modernas máquinas eletrônicas de arquivamento em produção no País;

c) O índice onomástico passaria a contar com fichas que seriam, em verdade, uma cópia da cédula de identidade, fornecida, inclusive com fotografia, em tamanho correspondente à metade da ficha antes usada, o que significaria a duplicação da capacidade do arquivamento;

d) os Serviços de identificação civil seriam levados a todos os municípios do Estado ao invés de ficar praticamente limitado ao Município de Niterói, com o interior inteiramente dependente das atividades de despachantes e de identificadores “AD HOC” de todos os matizes.

e) O Novo Sistema significaria um enorme avanço tecnológico no campo da identificação civil, que passaria a ser semelhante ao usado nos países mais desenvolvidos do mundo.

f) O preço da nova cédula de identidade, praticamente não diferiria do correspondente ao sistema em uso;

g) O novo Sistema seria implantado sem qualquer investimento por parte do Estado”.

### 9.1.6 - O SISTEMA, EM LINHAS GERAIS

Fazemos nossas as palavras brilhantes do ilustre titular do Instituto de Identificação do ex-Estado do Rio de Janeiro, que, com profundo conhecimento dos problemas de identificação, e com grande autoridade no assunto, analisa o Novo Sistema, comparando-o com o antigo (em seu) demonstrando ser este último como um sistema arcaico, ultrapassado, oneroso ao Estado e ao Povo, sem condições de continuidade.

Lembramos, ainda, que suas palavras são e foram dirigidas ao Sr. Diretor do Instituto Nacional de Identificação no dia 1º de outubro de 1973, na pessoa do Dr. Tibúrcio de Oliveira Neto, cujo órgão regulamenta e orienta os sistemas de identificação nos Estados, processado pelos órgãos Estaduais e Territoriais de Identificação.

Vejamos:

“Não entrando em detalhes de ordem técnica, para os quais não estamos habilitados e que V. Exa. poderá obter diretamente da Cia. Euclides ou das folhas que anexamos, procuraremos desenvolver aqui as características básicas do Sistema implantado.

a) A Cia. Euclides, com base em alguns poucos dados que possuímos e em muitos outros que buscou por si, nos organizou um cronograma de atendimento a todos os Municípios do Estado do Rio, cronograma este que anexamos para o conhecimento de V. Sa.

b) Com base nesse cronograma adquiriu a Euclides 14 viaturas Volkswagen (Sedan), as quais percorreram todo o Estado do Rio de forma a cumprir religiosamente o cronograma estabelecido, levando aos municípios as câmaras fotográficas especiais, de propriedade da Cia.

c) Em alguns casos em que o movimento de expedição de cédulas justificava, como, por exemplo, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Niterói e Campos, foram fornecidas Câmaras para se manterem permanentemente nesses locais.

d) Ao Departamento de Polícia Técnica coube lotar, em todos os municípios do Estado, identificadores em número suficiente para substituir os antigos “ad-hoc” e assegurar um permanente atendimento ao público. Tudo foi conseguido, obtendo-se do Exmo. Sr. Governador do Estado a permissão para contratar 127 identificadores, já que o número existente não atendia a mais de 1/10 das necessidades. Com esta providências estabeleceram-se no Estado 63 postos de identificação, localizados nas respectivas Delegacias de Polícia.

Posteriormente, esse número evoluiu para 65, em vista de serem instalados mais dois postos em Niterói, para atender às zonas norte e sul da Capital, descentralizando assim o serviço e eliminando a longa fila que antes se formava na porta do Instituto Pereira Faustino;

e) A Cia. Euclides estabeleceu ainda, -as suas expensas, um serviço de malotes que assegura o recebimento do IPF, dentro de 48 horas para os municípios vizinhos e até o máximo de 3 dias aos mais distantes da Capital, das fichas-prontuário preenchidas pelos identificadores em todo o Estado.

f) Enquanto as fichas-prontuário (modelo em anexo) são processados e pesquisados no IPF, os negativos e filmes são enviados a LINS, SP, para revelação e plastificação (fundição), sendo as cédulas correspondentes entregues ao IPF juntamente com as fichas do índice onomástico (modelo anexo) dentro de 72 horas úteis para serem canceladas por máquina especial (que só o IPF possui) e enviadas aos Postos de Identificação para entrega aos interessados, usando ainda o serviço de malotes da Cia. Na prática pode-se considerar o prazo de 7 dias entre o preenchimento de uma ficha-prontuário no interior e a entrega da cédula de identidade pronta no IPF.,

g) Em alguns casos, que não têm ultrapassado a média de 15 dias, o prazo de entrega se dilata em vista dos erros ou imperfeições, do operador ou do fotógrafo, seja na tomada de impressões dactiloscópicas por aquele ou da fotografia por este

último o que obriga o reinício do processo ou a retomada da fotografia.

Comparadas estas dificuldades com a nossa de “exigência” que o sistema acarretava, pode-se assegurar que foi atingida uma melhora de mais de 100 por cento, pois as “exigências” de então suplantavam a casa dos 30 por cento, dos processos entrados no IPF.

h) Vale notar que, para o público, o sistema ora adotado se traduziu em um aumento de facilidades que tem sido objeto das melhores referências.

i) A identificação pode ser feita em qualquer município, não havendo necessidade de deslocamento da parte para a Capital ou outro Município vizinho, como antes.

II) Nenhum documento é retido pelo identificador.

Os dados do documento básico de identidade (certidão de nascimento, de casamento, certificado de alistamento militar etc.), são transcritos para a ficha-prontuário e o documento é restituído em seguida à parte.

Antes se tornava necessário a apresentação de fotografia ou, dizemos fotocópias autenticadas, que permaneciam arquivadas no IPF.

III – O pagamento das taxas e emolumentos é feito nas redes bancárias, mediante uma guia que é fornecida à parte devidamente preenchida.

Antes havia necessidade de compra de um formulário a ser preenchido pela parte, com as naturais consequências de erros decorrentes da falta de prática de muitos, principalmente no Interior, gerando um cem número de exigências e devoluções

IV) Não há necessidade de apresentação de retratos.

O Identificando é fotografado no próprio Posto de Identificação, NÃO DEMORANDO A FOTOGRAFIA MAIS DE 20 MINUTOS, nos casos mais difíceis.

No sistema atual há necessidade de três fotografias, das quais uma era colada na carteira, uma permanecia no prontuário e a outra no índice.

ADEMAIS, O FORNECIMENTO DE 3 FOTOGRAFIAS, OBRIGAVA SEMPRE A TIRADA DE MEIA DÚZIA, NO MÍNIMO.

V – O recebimento da cédula pronta se efetivava no próprio posto de identificação, num tempo médio de 7 a 10 dias, ou no máximo de 30, quando havia necessidade de repetir o processo por erro da parte, do identificador ou do fotógrafo.

Antes esse recimento só se fazia no Instituto Pereira Faustino, o que obrigava o uso de despachantes para todos aqueles que não pudessem se deslocar à Capital. Normalmente esse “leva-e-traz” era feito pelos identificadores “ad hoc” que trabalhavam “SEM ONUS PARA O ESTADO” e que, portanto, COBRAVAM DAS PARTES O QUE LHESS APROUVESSE, a título de passagens, serviço, “emolumentos” e a outros títulos.

TIVEMOS NOTÍCIAS DE CARTEIRAS QUE ERAM ENTREGUES POR ESSE PROCESSO APÓS 90 DIAS E A PREÇOS QUE VARIAVAM DESDE Cr\$ 50,00 ATÉ Cr\$ 80,00.

i) – Ao ser remetida a cédula para entrega já estão nos arquivos correspondentes, a ficha-prontuário e a ficha-índice estando em implantação no IPF, os ARQUIVOS ELETRÔNICOS, em substituição aos antigos;

j) – Todo o arquivo antigo, tanto de prontuários como de fichas - índice, será refeito para o nosso sistema, para o que a CIA. EUCLIDES, fornecerá 2 milhões de fichas-prontuário, 2 milhões de fichas-índice, SEM ÔNUS PARA O ESTADO;

Estima-se que com este serviço de refazer os arquivos, serão dispendidos de 2 a 3 anos, dependendo do pessoal que se dispuser para sua efetivação.

### 10.1.1 – AS CRÍTICAS

A Comissão, face sua tomada de posição em favor do

Novo Sistema de Identificação, precavida quanto aos acontecimentos que de futuro advirão, como assim aconteceu no Estado do Rio de Janeiro, e acontecerá em todos os Estados, que se implantar o Novo Sistema de Identificação e, ainda mais, sabedora que os responsáveis pela identificação civil de nosso Estado não se interessam pelo Sistema Euclides, por razões óbvias que o Povo não desconhece, mais uma vez fez valer a experiência do assunto nas palavras sinceras e autênticas de um funcionário público idealista e não carreirista, na pessoa do Titular do Instituto de Identificação Pereira Faustino, dirigidas com grande coragem e desassombro, que só a homens desinteressados em seus próprios interesses assim pautam suas decisões, ao órgão máximo de identificação, nacional, ou seja, ao Sr. Diretor do Instituto Nacional de Identificação, em Brasília.

10.1.2 - "Como tudo que apresenta inovação, em qualquer terreno, „o NOVO SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO DO ESTADO DO RIO suscitou uma série de críticas e controvérsias na imprensa, críticas essas que cessaram rapidamente, tão logo a imprensa teve oportunidade de verificar o funcionamento do Sistema e sentir sua aceitação por parte do público.

Exclui-se apenas um determinado tipo de imprensa quinzenal, que persiste em afirmativas de todo improcedentes e sem qualquer eco, visando PROPÓSITOS INCONFESSÁVEIS, como tivemos oportunidade de manifestar verbalmente a V. S.

No que tange àquela outra imprensa, as críticas formuladas no início podem ser enumeradas como segue:

I - O PREÇO DA CÉDULA - Criticava a imprensa que a carteira antiga "custava Cr\$ 2,00, enquanto que, a nova, passaria a custar Cr\$ 28,50;

Essa crítica que foi sem dúvida a mais trabalhosa para nosso esclarecimento à imprensa, não procedia pelos seguintes fatos:

- Em 1º de janeiro de 1973, entrou em vigor o Decreto que reestruturou as taxas de serviços policiais. Esse decreto estabelecia para carteiras de identidade as taxas de Cr\$ 13,00 para a primeira via e Cr\$ 20,00 para a segunda via.

É evidente que essas taxas teriam de ser cobradas em todos os casos, independentemente do Novo Sistema de Identificação adotado.

- No sistema anterior havia obrigatoriedade do fornecimento de 3 fotografias 3x4. O preço de meia dúzia de fotos poderia ser considerado de média de Cr\$ 10,00, levando-se em conta as diversas regiões do Estado.

- No sistema antigo, havia quase que obrigatoriedade, da necessidade do uso de DESPACHANTES, dadas as dificuldades envolvidas para a obtenção da carteira, dificuldades essas muitas vezes exigidas pelos interessados em VENDER FACILIDADES.

Levando-se em conta o que acima ficou dito "podemos elaborar duas tabelas como abaixo, para a 1ª Via de uma Carteira, por ocasião da implantação do sistema:

	Sistema Antigo	Serviço Novo
Taxa de Serviço Policial	13,00	13,00
Emolumentos CREPOL	2,00	2,00
Cópia fotostática	1,50	—
Fotografias 3x4	10,00	—
Fotografia, plastificação, etc.	—	13,50
TOTAIS	26,50	28,50

Srs. Deputados, continuando, vejamos as palavras do titular do Órgão Expedir de Identidades do Estado do Rio de Janeiro, que seguem:

"Nota-se que na composição das tabelas acima não foram considerados os gastos com os despachantes, passagens, identificadores "ad hoc" e outras que sempre existiam no

sistema antigo, o QUE HOJE SÃO INEXISTENTES.

Na verdade, uma carteira para o interior jamais custou menos que Cr\$ 50,00, segundo informações de que dispomos, e na Capital ninguém a obtinha por menos de Cr\$ 30,00.

O que se vê, portanto, é que a crítica em relação ao preço da cédula deverá antes de ser um elogio, pois de fato, o que ocorrera foi um BARATEAMENTO DESSE PREÇO

#### 10.1.2 - OS FOTÓGRAFOS

A Comissão, após ter conhecimento completo do novo Sistema de Identificação, preconizado pela CIA. EUCLYDES cujo Sistema defendemos no sentido de bom senso através de seu alto índice técnico e científico, e por essa razão defendemos e advogamos sua imediata instituição em Nosso Estado, em razão disso, esta Comissão não só tomou sobre si o aludido encargo, como também preparou-se quanto aos efeitos dessa inovação necessária, porém, conscientizada está em que assim procedendo estará defendendo mais do que nunca o Direito da Maioria, ou melhor, de toda uma população prejudicada e cansada pelo sistema reinante, coroado com velhacarias do passado onde se deteve e não evoluiu à marcha do tempo e o avanço da tecnologia do mundo moderno, representando um atentado contra a economia do Povo e a insegurança não dó dele, mas do próprio Estado.

Tudo o que é fácil é falso, e, as consequências das facilidades do atual sistema de Identificação tornaram-se graves e insuportáveis o que podemos considerá-lo claudicamente, ignominioso e sem mais considerações.

10.1.3 - Está conscientizada que, reações e críticas virão por parte dos Srs. Despachantes-Fotógrafos, inclusive de seu Sindicato, no qual vários interessados na causa vencida, dele fazem parte em sua diretoria. Contudo, confirmamos, que o nosso dever, livre de ameaças de quem quer que seja, está bem alto e somente para atender os interesses e direitos do Povo e jamais de privilegiados que pretendem enriquecer-se da noite para o dia, humilhando sua própria classe.

10.1.4 - Srs. Deputados, continuemos, novamente, com as palavras do titular do Instituto de Identificação do Estado do Rio de Janeiro:

10.1.5 - II - OS FOTÓGRAFOS - "Outra crítica muito em voga nos primeiros 30 dias do novo sistema foi a que se referia estar o IPF tirando o "GANHA-PÃO" dos fotógrafos que forneciam as fotografias três por quatro . . . . ."

E continua:

RACIONANDO, POR ABSURDO, QUE ALGUNS FOTÓGRAFOS TIRASSEM FOTOGRAFIAS 3x4 SOMENTE PARA CARTEIRAS DE IDENTIDADE, NÃO PADECE DÚVIDA DE QUE ESSE FATO OBSTASSE A IMPLANTAÇÃO DE UM AVANÇO TECNOLÓGICO NO SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO, SERIA O MESMO QUE ELIMINAR-SE A INVENÇÃO DO AUTOMÓVEL PELO PREJUÍZO QUE TRAZ AOS COCHEIROS DOS TILBURIS"

Senhores Deputados, notem o que conclui o titular do Instituto Pereira Faustino:

"É de resto, a esses fotógrafos, será solicito reunirem-se em uma Companhia que possa, no futuro, vir a competir com a Euclides, ao findar-se o prazo contratual, desde que capaz em oferecer serviço similar".

10.1.6. - Dando continuidade, por necessidade de esclarecimento, transcrevemos, novamente, as palavras do Diretor do Instituto de Identificação, Instituto Pereira Faustino:

III - O MONOPÓLIO - Alegou-se, também que o contrato firmado com a Companhia Paulista implicava num monopólio, em prejuízo dos estúdios de fotografias a cores do Estado.

A Afirmação era inteiramente falsa e refletia apenas um completo desconhecimento da técnica desenvolvida. Não se

tratava, evidentemente, de substituir tão somente a Fotografia preto-e-branco por outra colorida. Tratava-se, isto sim, da implantação de um "novo sistema" completo de identificação e de arquivamento, com vantagens sem contra sobre o anterior.

Supondo-se que o sistema proposto o fosse fotografia preto-e-branco, ainda assim teria aceito, uma vez que o mais importante não era a fotografia colorida e sim todas as demais características e vantagens do sistema como um todo.

Vale notar, ainda, que a Companhia contratada era a única no Brasil — e, parece, ainda é — estruturada e pronta para atender e prestar o serviço desejado, além de possuir exclusividade para a obtenção de filme especialmente desenvolvido para identificação".

10.1.7 — Continuemos com aquele Diretor:

#### "IV — O CAPITAL ESTRANGEIRO"

O fato de possuir a EUCLYDES a exclusividade para a compra de filmes KODAK de identificação, levou alguns desavisados a confundir esse fato com uma "ligação com aquela firma estrangeira".

Nada mais falso.

A Cia. é totalmente nacional, integrado por sócios todos brasileiros e sem qualquer vinculação de capital com qualquer companhia estrangeira.

#### V — E A EVASÃO DE IMPOSTOS:

Outro ponto visado foi o que, sendo a sede em São Paulo, todos os impostos seriam recolhidos naquela Unidade da Federação, com prejuízo, portanto, pra o Estado do Rio. Ainda que fosse verdade, aquele recolhimento só poderíamos entender o prejuízo alegado como sinônimo de deixar de ganhar, e isto porque, no Estado do Rio, ninguém se encontrava, nem se encontra em condições de prestar o serviço gerador do imposto em causa.

Continua a falar o Diretor:

Mas, em verdade, nem isso era concreto. A EUCLYDES instalou, desde logo, uma filial em NITERÓI, a qual recolhe ao Estado o imposto que lhe é devido ou seja o ICM.

Claro que o IPI há de ser recolhido em São Paulo, onde se situa a indústria.

Mas, também isto, em breve, será alterado. Tendo em vista a breve instalação da implantação do Sistema no Estado do Espírito Santo, a Cia. Euclides estabelecerá um laboratório fluminense e capixaba. Será, talvez, a ocasião da imprensa do Espírito Santo levantar-se e por a voz contra o "monopólio" concedido ao Estado do Rio..."

#### VI — O ARQUIVO DOS NEGATIVOS.

Alguns jornais levantaram-se, na hipótese de que a Euclides passaria a ser proprietária do arquivo completo dos identificados no Estado do Rio, podendo emitir as carteiras que quisesse.

Tal crítica não procede, porque:

a) O arquivo dos negativos é propriedade do Estado, que contrata a Euclides como depositária desse arquivo, dada a necessidade de ser ele mantido em condições de temperatura e humidade constantes, o que seria impossível ao Estado prover, salvo grande despesa.

b) o fato de estar esse arquivo depositado na Euclides, não lhe permite emitir qualquer cédula com validade, uma vez que a chancela final da cédula, que a torna válida, só é possível ao I.P.F., onde se encontra a máquina para chancelar e o selo respectivo.

Essas críticas que tinham uma procedência aparente e que, desde logo, procuramos esclarecer a boa imprensa que, em seguida, passou a tecer comentários favoráveis ao novo sistema.

Outras críticas, de menos gabarito ou irônicas, não chegaram a ser objeto de nossas cogitações.

#### 10.2.1. — MERCÊ DE DEUS.

O Diretor do Instituto de Identificação do Estado do Rio de Janeiro, Dr. VALMIR DE ABREU LASSANSE, conclui neste seu relatório ao Diretor do Instituto Nacional de Identificação, finalmente, o seguinte:

Concluindo esta exposição, desejamos renovar a Vossa Senhora os nossos agradecimentos pelo prazer que nos deu sua visita ao Estado do Rio de Janeiro e, ao nosso Departamento, ao mesmo tempo em que apresentamos nossas desculpas por nos termos alongado tanto neste relato, como decorrência de nosso entusiasmo pelo avanço que, MERCÊ DE DEUS, foi possível imprimir-se ao Sistema de Identificação civil em nosso Estado, primeiro no BRASIL a adotar o Sistema que vimos de comentar.

NITERÓI, em 01 de outubro de 1973.

aa) VALMIR DE ABREU LASSANGE - Diretor do DPT

#### 12.1.1. — ASSINATURA E CARIMBO

A assinatura é ação ou efeito de assinar, firmar e subscrever.

12.1.2. — CARIMBO é um aparelho de metal, madeira ou borracha, próprio para gravar marcas ou sinais. Serve, ou aplica-se para expressar marcas, cunho, distintivo etc. A marca por fogo, gravada numa rês, com as iniciais do proprietário, também é isso denominado carimbo. O Rótulo, geralmente, não é colocado por carimbo. Carimbo em si, é carimbo.

Uma assinatura carimbada, por nada representar, não tem validade, aceitação ou reconhecimento em cartório, por não ser assinatura.

Não tem, portanto, fé pública e nem validade pra qualquer fim.

12.1.3. — De uma assinatura, carimbada poderá fazer milhares de carimbos. De uma assinatura poderá fazer, também número infinito de carimbos, porém, jamais terá condições de multiplicar assinaturas a não ser pela falsificação, o que é um crime.

12.1.4. — Por sua vez, assinaturas carimbadas, especialmente em carteiras de identidade ou qualquer outro documento público ou particular, não só são nulas e nada representam, como darão ensejo a produção e reprodução em massa, nas mãos de malfeteiros para consecução de ardis mais diversos.

12.1.5. — O falsificador não terá trabalho algum para falsificar uma assinatura carimbada na cédula de identidade, aproveita-a.

12.1.6. — Se assinatura carimbada tivesse valor, o que seria um absurdo ético, jurídico, social e humano a pessoa identificada poderia, também, usar o carimbo de sua assinatura na cédula de identidade, em manuscritos, cartas, telegramas, emissão e endosso de cheques, notas promissórias, decretos governamentais, nos cartórios civis e criminais, passando, pois, assinaturas carimbadas a ter fé pública.

12.1.7. — Estas são as nossas obrigações em esclarecer a esta Casa, ao povo e ao nosso Governo o que efetivamente ocorre nos inferiores escalões da administração pública, mormente gera quando se trata de um assunto tão sério, não só de interesse geral, mas, porque não dizer, interesse nacional.

12.1.8. — Aliás, estamos conscientizados que este sistema arcaico de identificação civil de nosso estado, que por sinal, parece-nos ser o mais caro do Brasil, tendia-se a perpetuar, pois não havia, como não há, interesse de seus supervisores em modificá-lo ou por em paradeiro em tudo isso que se nos apresenta.

12.1.9. — A exemplo desta Assembléia Legislativa, que por maioria de apóio dos seus Deputados, propôs o projeto em que fica instituído no Estado do Paraná o Sistema Euclides de Identificação, para confecção de cédulas de identidade civil e funcional, o Senhor Governador do Estado, somente com uma enérgica tomada de posição em defesa de seus concidadãos, poderia adotar o sistema proposto em defesa de

seus interesses, adotando o sistema proposto por este Poder.

12.1.10. — A Comissão e a Maioria Absoluta dos Senhores Deputados avocou a si essa responsabilidade, visto tratar-se de um estudo atual e que conflitava com os legítimos interesses de nossos concidadãos e do próprio Estado, e, porque não dizer, ser a tomada de posição de uma das causas mais justas até então registradas em nossa história.

Será o fim do vexame popular, no que dis respeito a sua identificação.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, gostaríamos ainda de nos referirmos a identidade.

14.1.1. — Faremos algumas considerações sobre o tema identidade, para o qual buscamos pareceres de duas maiores autoridades no assunto.

14.1.2. — O imortal Flaminio Fávero, em sua obra por todos nós conhecida — *MEDICINA LEGAL* —, trata técnica, experimental e cientificamente sobre a IDENTIDADE em 118 páginas, destacando-se o capítulo de IMPRESSÃO FOTO-PAPILAR, para cujo tema a obra, pediríamos especial estudo e atenção por parte dos Senhores Deputados.

O Mestre de há muitos já defendia brilhantemente a posição da tecnologia nos processos de identificação, e até de dactiloscopia radiográfica em pesquisas dactiloscópicas.

14.1.3. — Flaminio Fávero, define a identidade, como: “a qualidade de ser a mesma coisa, e não diversa”. (Ob. cit. pág. 49).

14.2.1. — Em se tratando de IDENTIDADE, não poderíamos deixar despercebido o nome de Leonídio Ribeiro, professor emérito de Medicina Legal, ex-vice presidente da Sociedade Internacional de Criminologia, 1957, que, na sua humildade de cientista, recebeu com distinção o “Prêmio Lombroso”, 1933, da Itália e outros mais que o dignificam.

14.2.2. — A este Mestre da Criminologia, internacionalmente aplaudido, não seríamos nós que assumiríamos a responsabilidade de citar todo o seu currículo e diplomas. Contudo, podemos afirmar em boa hora, que se trata da maior autoridade de todos os tempos em dactiloscopia até então conhecido no Brasil.

14.2.3. — Sr. Presidente, Srs. Deputados, este mestre de Medicina, criminólogo internacionalmente aplaudido, foi diretor do Instituto de Identificação do Rio de Janeiro, ex-Distrito Federal por mais de 15 anos, demitindo-se do cargo por desilusão, que passaremos a transcrever suas próprias palavras, a fim de ficarem registradas nos Anais desta Casa, como ato de reconhecimento e gratidão ao grande Mestre:

Alguns anos mais tarde, forçado a encerrar sua carreira na administração pública, demitiu-se da direção do Instituto de Identificação — que exercera por mais de três lustros — por não querer suportar que seus superiores hierárquicos, completamente leigos, quisessem intrometer-se em assuntos em que o autor se fizera especialista.

14.2.4. — Leonídio Ribeiro já pleiteava um novo sistema de identificação, face a precariedade do então em uso:

“... é indispensável cuidar do preparo de um corpo especialista de peritos especializados, a fim de facilitar o conhecimento de técnica tomada de impressões digitais e, principalmente, os segredos de sua classificação e arquivamento, em armários apropriados, de tal modo que seria fácil instalar, imediatamente, nas grandes capitais, postos de emergência, em quantidade suficiente para realizar a identificação de milhares de pessoas, em situações de emergência”. (Ob. Cit. pág. 403).

Continua:

“Essa providência permitiria criar, em todos os países da América, organização idêntica e que existe na Oficina Federal de Investigação, de Washington, Instituição exemplar em seu gênero, no mundo inteiro, “cujos principais departamento-visitei”, por duas vezes, em 1939 e 1952, na

companhia de John Edgar Hoover, seu ilustre Diretor. Esse serviço possui hoje, em seus arquivos dactiloscópicos, cerca de cento e trinta milhões de individuais dactiloscópicos”.

14.2.5. — A morosidade de trabalho do sistema atual também o torna falho, e, neste mesmo sistema, caso haja rapidez em produção de cédulas de identidade, facilitará a pessoa tirar identidade em todos os postos de identificação do Estado, pois não haveria condições de controle. Assim, teria identidades com seu próprio nome e igual fotografia, ou teria, se quisesse, identidades com os mais variados nomes, com a mesma fotografia. Eis o risco do atual sistema de identificação, fato que vem ocorrendo, segundo temos conhecimento, em um de nossos Estados.

Nesse sentido, Leonídio Ribeiro, adverte:

“A consequência dessa multiplicidade de serviços, com fichários autônomos e independentes, é a deficiência técnica da prova de identidade, pois, posso afirmar, “com minha experiência”, que existem muitos documentos expedidos por nossos serviços oficiais de identificação que não correspondem à verdadeira identidade de seus portadores”. (Ob. cit. 403).

14.2.5. — Se a descoberta das impressões digitais, há 84 anos, pelo argentino VUCETICH, revolucionou o sistema de Identificação, na época, e que até hoje o Brasil o adota sem melhoria alguma; o uso do MICRO-FILME e de tecnologia moderna, altamente avançada nos atuais sistemas de identificação adotados nos Estados Unidos e Europa, tem muita diferença entre um e outro, permanecendo no sistema em uso, o passado, e no que esta Comissão se propõe a implantar em nosso Estado, como o sistema mais avançado que temos conhecimento, que, pela ciência e técnica de micro-filmagem, oferecem todas as garantias necessárias e possíveis, pondo em definitivo o ponto final às fraudes e falsificações.

14.2.6. — IDENTIDADE OBRIGATÓRIA DO MENOR

O universo da obrigatoriedade de identificação civil, segundo o renomado autor Leonídio Ribeiro, não só atinge o adulto, mas também deveria atingir o menor, desde que se dê o seu nascimento conjugando a identificação civil do menor com, através de tomadas de suas impressões digitais, com o registro civil de nascimento, em Cartório.

Vejamos suas considerações:

“O problema de identidade seria com facilidade resolvido, de maneira rigorosamente “científica”, quando fosse conjugado o registro civil de nascimento com o serviço de tomada das impressões digitais.

A primeira legislação que se promulgou, nesse sentido, é a do Chile, datada de 30 de dezembro de 1942, realizando a fusão dos serviços de identificação e de registro civil.

Continua o Mestre:

“A meu ver, deveríamos testar, no Brasil, experiência no mesmo sentido, iniciando, porém, a identificação obrigatória, por meio de dactiloscopia, somente a partir da idade escolar e não por ocasião do nascimento, de vez que ainda não possuímos elementos técnicos capazes de fazer funcionar, com eficiência, departamento tão complexo o que exigiria numeroso corpo de peritos ainda escassos, em nosso País. Erra primeira medida seria o passo inicial para a organização do arquivo dactiloscópico da população civil, conjugado com o serviço de registro de nascimento de todos os brasileiros”.

14.2.7. — Atentemos ainda às palavras de Leonídio Ribeiro, que nos traz uma sugestão:

“O Congresso reputa possível a identificação do recém-nascido, por meio das impressões papilares, cuja tomada depende apenas de aperfeiçoamento da técnica atual que só tem visado a identificação do adulto”.

Continua:

“Seria da maior conveniência que, na própria ficha do recém-nascido, figurassem também as impressões digitais de



seus progenitores, quer para os estudos de identidade, quer para os de antropologia". (Ob. Cit. 435).

Ainda notemos as palavras do autor:

"O Congresso, tem em vista a importância cada vez maior do conhecimento das noções gerais sobre dactiloscopia, julga de grande conveniência a vulgarização progressiva desse método, em todos os estabelecimentos de ensino, e particularmente, nas escolas superiores" (Ob. Cit. pág. 435).

14.2.8. — Finalmente, sobre a identificação do menor, cuja medida seria de bom alvitre a participação do Juizado de Menores com mais assiduidade no campo, bem como, subsidiariamente, deveria, como deve, o Governo padronizar a identificação e identidade de todo o universo estudantil. O que só assim teríamos solução de ordem política e social e também de segurança nacional.

Nesse sentido, o mestre de Medicina Legal, insiste:

"O Congresso sugere ao Governo a necessidade de se tomar uma providência obrigatória a identificação de escolares, para admissão à matrícula em cursos primários, nos lugares onde houver serviço de identificação" (Ob. Cit. pág. 433).

14.2.9. — Refere-se até sobre o título de eleitor, à semelhança de uma identidade. Eis suas palavras:

"O Congresso julga não ter sido feliz, do ponto de vista técnico, a dispensa da prova dactiloscópica, no título eleitoral, que sempre deverá, além da impressão digital, conter a fotografia sinalética do eleitor". (Ob. Cit. pág. 434).

14.2.10. — Poderíamos, também, dada a necessidade de uma verdadeira Carteira Nacional de Habilitação, pelo processo científico de identificação, já adotado nos Estados Unidos da América do Norte, pela Electro Photo Systems, adotar no Brasil, por acharmos de extrema urgência e necessidade. Fazemos juntada neste Relatório do Ofício endereçado pelo Sr. Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, João Ignácio Pereira dos Santos, junto ao Diretor do Conselho Nacional de Trânsito, em Brasília, no qual advoga a confecção de Carteiras de Habilitação, pelo processo Euclydes de Identificação, o mesmo já adotado nos EUA, pela Electro Photo, hoje considerado como o melhor sistema de identificação existente.

14.2.11. — Terminando, fazemos nossas as palavras de Leonídio Ribeiro:

"... necessário que os Laboratórios de Polícia Técnica estejam munidos, além de aparelhamento especial fotográfico, de uma máquina cinematográfica de locais. Onde houver serviços de identificação, convenientemente aparelhados, a eles caberão o levantamento e pesquisas de impressões papilares em locais do crime" (Ob. Cit. Pág. 436).

#### 15.1.1. — POSIÇÃO DA COMISSÃO

É necessário ressaltar que não temos ligação alguma com a Empresa Euclydes e, nem dela somos seus representantes ou portavozes, bem como, dela não dependemos para coisa alguma.

Isso vale como advertência, para que não se arrependam futuramente os desavisados atingidos pelas críticas, aliás, necessárias e de ordem pública.

15.1.2. — Não temos interesses inconfessáveis, pois estamos na vida pública e os nossos atos são públicos.

15.1.3. — Contudo, como já dissemos anteriormente, aqui tornamos a ratificar, somos pela urgente modificação do sistema vigente da identificação e, para isso, só temos a opinar em favor do Sistema Euclydes de Identificação, já referendado e aplaudido pelo Povo e Governo do Espírito Santo, não tendo outro similar ou melhor no País, porém, caso surja, receberá o nosso aplauso e defesa, o que não é mais que nossa obrigação.

15.1.4. — Quanto ao tratar-se de uma empresa privada, em terreno da causa pública, como portadora de serviços ao Estado, razões de receios ou dúvidas, ou mesmo críticas, pois esta foi a posição governamental recente em contratos de

risco, dando serviços a Empresas que, para tal mister, reunam condições e respondam pelos seus atos, tanto que venha atender de perto os verdadeiros interesses do Estado e de seus concidadãos.

15.1.5. — Nos Estados Unidos da América do Norte, onde o seu sistema de identificação é o mais avançado do mundo, conforme assim se expressou, neste relatório, Leonídio Ribeiro, lá, o seu Governo adota, nesse caso de identificação, empresas prestadoras de serviços especializados para confecção de identidade civil, de motoristas, etc. A exemplo citamos: Electro Photo Systems.

15.1.6. — Não precisamos nos estender, contudo convém ressaltar, que, nos EUA e, em grande parte dos países europeus, o cidadão recebe sua identidade horas após a sua identificação, ou, por via correio, em sua própria residência ou escritório.

Recebem, sim, carteiras com fotografias coloridas e infalsificáveis e de impossível violação.

15.1.7. — Um dos motivos que, além de a Euclydes ser uma empresa genuinamente brasileira, com capital e mão-de-obra também brasileiros, por si só justifica nossa tomada de posição em favor de seu sistema de identificação. Vale ressaltar também que a câmara fotográfica para os mesmos fins, desta Companhia Nacional, é mais aperfeiçoada que a usada naquele País, ou seja, pela Electro Photo Systems, conforme se deflue pelo convênio em anexo, e da prova, também em anexo da autorização do inventor, que trata do aperfeiçoamento em Câmara Fotográfica para Identificação".

15.1.8. — Acrescentamos, sem medo de errar, que essa tomada de posição é, também um desafio definitivo à insegurança, às fraudes e falsificações de carteiras de identidade, através da implantação do novo sistema, cuja proposição, livre de interesses pessoais, destina-se a esta Casa de Leis e depois ao Governo do Estado, como solução definitiva a esse problema de ordem pública, política e privada, há tanto esperado e desejado.

#### 16.1.1. — CONCLUSÃO

A Comissão, após pesquisar minuciosamente o Sistema Euclydes de Identificação, "in Loco", co respaldo de seus nobres pares, componentes deste Poder, sente-se orgulhosa de levar ao conhecimento desta Casa de Leis, não só o relatório do que viu e constatou mas também, pela tomada, que, a mercê de Deus, possa surtir seus benéficos efeitos a favor da coletividade, do bem comum, do Estado e de nossa Pátria.

16.1.2. — Temos certeza, pelo que vimos e presenciamos, que o Sistema Euclydes de Identificação permitirá corrigir vícios e erros do atual sistema, face condições próprias e naturais de serviços carentes de atualização, pelo que se notou no vigente sistema, bem como aproveitará todo o elemento humano e sua experiência nessa destinação histórica para a conquista determinante do desenvolvimento e segurança não só do Estado, não só da Pátria, mas, pela garantia do bem estar comum e de todos nós.

16.1.3. — Não prevalece e nem poderá prevalecer o frágil argumento de que o Estado estaria fazendo um contrato-convênio com uma empresa particular, sujeita amanhã a paralisar suas atividades e cujas atividades se relacionam com a segurança nacional; seria esse argumento, Srs. Deputados, negar a própria orientação do Governo Federal, que, por decreto, determina que os Estados devem contratar empresas privadas para os serviços especializados que lhes faltem; seria negar o espírito de orientação administrativa do Governo Central que estabeleceu o contrato de risco com empresas estrangeiras para solução do problema de nosso petróleo; seria negar o amparo à indústria nacional, altamente especializada, que investiu, com espírito patriótico, vultosa soma para atender ramo tão nobre e de interesse geral.

16.1.4. — O Governo do Estado do Rio, antes da fusão, e agora o Governo do Estado do Espírito Santo, são testemunhas

irrefutáveis da grandiosidade, eficiência, idoneidade e segurança do Sistema Euclides de Identificação, tecendo os melhores elogios, não só à técnica empregada, o fluxo de trabalho de que a Empresa tem condições.

16.1.5. — Ideais idênticos a esse é que propugnamos ao povo e continuaremos a propugnar em defesa do mais alto interesse e nobre propósito, cuja atitude nos envaldece e nos conforta.

16.1.6. — Reiteramos, Srs. Deputados, nossa disposição nos sentidos de prestar a nossa contribuição à causa de nosso Estado e do Brasil, cômicos de estarmos dando o melhor de nossos esforços a objetivos justificáveis.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fazendo um relato do que vimos, quando designado por esta Assembléia para visitar aquela empresa.

Este relatório está assinado pelo Deputado Lázaro Dumont, pelo Presidente da Comissão, por este Deputado que foi relator, pelo Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, pelo Deputado Rosário Pitelli e pelo Deputado Aguinaldo Pereira Lima.

Sr. Presidente, gostaria de encaminhar este relatório que o mesmo fosse anexado ao projeto de lei já apresentado na última sexta-feira, e que institui o novo sistema de identificação de nosso Estado à pessoa ainda não identificada bem como às necessitadas da segunda via.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

Encontrando-se ausente, a Mesa tem a satisfação de anunciar a presença no plenário do Sr. Deputado Federal Agostinho Rodrigues, e também do Sr. Prefeito de Mamborê, Sr. João Szesz, bem como do Sr. João Maria Rocha, Serventuário de Ivaiporã.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 130/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 271/75, que aprova Convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria da Administração e o município de Realeza, objetivando execução de reparos em prédios estaduais conforme especifica. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 131/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 272/75, que aprova Convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria da Administração e o município de São João do Triunfo, objetivando execução de reparos em prédios estaduais conforme especifica. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 132/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 275/75, que aprova Convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria da Administração e o município de Guairacá, objetivando execução de reparos em prédios estaduais conforme especifica. Parecer favorável da CCJ. — Aprovado.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 164/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 167/75, que aprova Convênio celebrado entre o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN e o município de Marechal Cândido Rondon, objetivando dar cumprimento a dispositivos do Código Nacional de Trânsito, na área do referido município.

Parecer favorável da CCJ., em regime de urgência. - APROVADO. ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 175/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 158/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e a Prefeitura Municipal de Cascavel, objetivando dar cumprimento a dispositivos do Código Nacional de Trânsito, na área daquele município. Parecer favorável da CCJ, em regime de urgência. - APROVADO. ARTIGO POR ARTIGO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 151/75, de autoria do Poder Executivo, mensagem nº 92/75, encaminhando anteprojeto de Lei autorizatório para contrair empréstimos ou obter financiamentos, internos ou externos, dar garantias, prestar fiança ou aval, até o montante de Cr\$ 5.001.000.000,00 (cinco bilhões e um milhão de cruzeiros) ou o equivalente em moeda estrangeira, para utilização no período de 1975/1980. Pareceres favoráveis da CCJ e CF, com Emenda. — Em discussão.

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio). Para discutir, tem a palavra o Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

S. Exa. o Sr. Governador esteve aqui nesta Assembléia expondo as razões que levaram aquele governo a estabelecer este critério de empréstimos, que chega a ser igual à receita orçamentária do exercício do ano passado.

E aqui, nesta fase da 1ª discussão, nem seria propriamente oportuno se fazer uma consideração a respeito desse plano de lei de modo mais específico.

Em todo caso, tenho em mãos uma justificativa de S. Exa. o Sr. Governador do Estado, não me pareceu, aqui, existir nenhum plano objetivo de justificativa dessas verbas, senão apenas as justificativas e esclarecimentos que foram feitos no pequeno auditório desta Casa.

Era só esta observação que tinha a fazer, cobrando, mais uma vez, que haja a juntada de projetos referentes à aplicação dessas verbas, porquanto o seu volume é altamente significativo.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELA — (Pela ordem). Sr. Presidente, requiro verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio). — A Mesa defere.

O Sr. 1º Secretário procederá a chamada dos Srs. Deputados, para verificação de quorum.

— (É feita a chamada dos Srs. Deputados).

Responderam a chamada 33 Srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da sessão e deliberação da matéria constante da Ordem do Dia.

Continua em discussão o Projeto de Lei nº 151/75.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para discutir). Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 151/75, consequência da Mensagem 22/75, solicita desta Casa pronunciamento sobre autorização do Poder Legislativo, para que o Executivo possa obter financiamento e conceder contra garantias prestadas por entidades públicas ou privadas, ao Poder Executivo, até o montante de 5 bilhões e 1 milhão de cruzeiros.

Observa-se que o empréstimo solicitado, é dos menores solicitados pelo Sr. Governador do Estado, porquanto 2 bilhões e 900 milhões, quase 2/3 do total, solicitado nesta Mensagem, destinam-se à cobertura de obrigações a serem assumidas pela COPEL na construção da Usina Hidrelétrica de Foz do Arica. Convém salientar que esse empréstimo aplicado na energia, é um investimento auto-amortizado e que retorna certo. Não se corre o risco de que o Tesouro do Estado tenha, no futuro, de arcar com as responsabilidades de cobrir essas

parcelas para sua amortização. Porquanto, dentro das previsões da COPEL e com convênios já acertados, desde que aproveemos a solicitação e se feche o negócio, a COPEL terá todas as condições de auto amortizar esse empréstimo.

Segundo a própria mensagem destaca, que a Central geradora de Foz de Areia se constitui no maior empreendimento energético do Paraná, representando especificamente dentro do programa da eletrificação, a parcela majoritária de investimento neste setor, como disse o Presidente da COPEL na exposição que fez aqui aos Srs. Deputados, sobre a importância desta obra para a economia paranaense.

Quanto à sua aplicabilidade específica, nesta Usina, quero crer que não hajam vozes discrepantes nesta Casa, mas para argumentar, os outros valores também do montante de 465 milhões de cruzeiros, solicitados pela mensagem, serão garantias a serem dadas em obrigações assumidas pela SANEPAR, dentro do Plano Nacional de Saneamento do PLANASA que irá beneficiar 115 município paranaenses. É um valor que o Estado busca para o Setor de Saneamento e como contrapartida estadual no investimento, já constante da nossa Lei de Meios para o exercício de 76, aprovada por esta Casa.

Neste particular, desejo cumprimentar o Sr. Governador do Estado Jayme Canet Júnior, que colocou à disposição da SANEPAR nos últimos 4 meses, do exercício de 75, valor da ordem de 240 milhões de cruzeiros, ou seja 60 milhões de cruzeiros mensais, para fazer com que a SANEPAR cumpra os convênios assinados com as Prefeituras Municipais.

Observa-se, também, que um montante de 108 milhões de cruzeiros serão destinados ...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Antes de chegarmos aos 108 milhões de cruzeiros gostaria de referir-me aos 465 de que fala o projeto. Esta importância é garantia que o Governo do Estado dará à SANEPAR. Tenho dúvidas quanto à maneira como vai ser aplicada, aonde será aplicada pela SANEPAR, em que municípios. Aí é que faço a minha reclamação. Estou de pleno acordo que se implante um sistema de saneamento compatível com as exigências do crescimento paranaense. O que não se pode permitir, e falo de cátedra, é o que ocorre em Cascavel. Fazem três anos que se fez esse convênio e a SANEPAR nem sequer começou a fazer o plano de infra-estrutura de esgoto. Isto já reclamei aqui deste plenário e do plenário da Câmara de Vereadores de Cascavel, para que se fizesse, pelo menos, o início dessas obras que representa a infra-estrutura de Cascavel. Existem prédios em Cascavel que não conseguem o "habite-se" por falta de atendimento da própria SANEPAR.

Se ela avocou, através de contrato de convênio, obrigações com o município deverá então, naturalmente, cumprir sua parte. Não existe sanção naquele contrato porque o examinei. Quero crer que é de bom alvitre se falar neste momento para que não aconteça o mesmo com outros municípios do Paraná. A minha dúvida está em que município será aplicada esta importância e o quanto será aplicado.

O SR. IVO THOMAZONI — A importância de 465 milhões de cruzeiros será aplicada, se não me engano, em 115 municípios paranaenses.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Acredito em V. Exa., só não acredito é na SANEPAR.

O SR. IVO THOMAZONI — O que V. Exa. deseja, Deputado Fidelcino Tolentino, é que eu traga a V. Exa., que especifique a V. Exa. os 115 municípios para dar a sua concordância?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Aqui não diz quais os municípios, de que forma e quais as proporções. Nós precisamos saber.

O SR. IVO THOMAZONI — Deputado Fidelcino Tolentino, jamais poder-se-ia pretender que num anexo da Mensagem se encaminhasse estas solicitações, mesmo porque poderão alguns municípios talvez não cumprirem as obrigações assumidas no Convênio. Desta maneira estaríamos sujeitando o Governo do Estado a cumprir rigidamente a aplicação dos dinheiros em determinados municípios.

Quero significar a V. Exa. se é a identificação dos municípios que V. Exa. pretende posso trazer ao nobre Deputado...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — É o que estou solicitando.

O SR. IVO THOMAZONI — ... o nome dos 115 municípios.

Não posso assegurar a V. Exa. que possa identificar os valores a serem aplicados dentro do PLANASA em cada município. Não posso garantir isto a V. Exa. porque nem todos estarão com os projetos finais de engenharia prontos, com o orçamento e com os cronogramas de aplicação em condições.

No tocante a Cascavel eu mesmo trouxe a esta Casa dados, e não fui contestado, sobre o que se aplicou, através da SANEPAR, em Cascavel.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Na rede de água não contestei. Refiro-me, agora, com relação a rede de esgoto.

O SR. IVO THOMAZONI — Asseguro ao nobre Deputado que nas condições de Cascavel encontram-se mais de doze municípios do Paraná que, na mesma época firmaram seus convênios.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — É por isto que tenho dúvidas.

O SR. IVO THOMAZONI — Houve, realmente, uma falta de recurso do Estado junto à SANEPAR para provar a contrapartida do Estado no montante do Convênio. Mas, isto, fiz menção agora, está se acrescido apenas das zeladoras, com a mesma administração, se abrigue maior número de alunos em determinado estabelecimento, em determinada unidade escolar, sem que se pulverize recursos e se gaste mais dinheiro na administração destas escolas.

Então, o que se pretende, que o grande volume da grande parcela deste empréstimo, seja aplicado na ampliação dos atuais grupos escolares, ginásios ou unidades de 1º grau.

Quero acreditar, eminente Deputado, que este particular também o Governo do Estado, como tem procedido até o momento, não vai absolutamente ater-se a detalhes de ordem política.

Há a FUNDEPAR que é um organismo bem estruturado e tem feito anualmente um levantamento das carências deste setor, e quero crer que dentro deste levantamento corrigindo com os 240 milhões de cruzeiros que o Governador Jayme Canet pôs à disposição da SANEPAR nos últimos quatro meses deste exercício e, é a pretensão que, a partir de 76, com este valor aqui solicitado em empréstimo para injeção no PLANASA, que, se possa realmente cumprir aqueles convênios; sem que esta importância, dificilmente o Estado teria de buscar recursos para o cumprimento...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

O que nós não podemos, nobre Deputado, e por uma questão até de coerência do exercício do Poder Legislativo, é de se autorizar, sem que se saiba onde vai ser aplicada. Por ouvir dizer, é muito difícil.

O SR. IVO THOMAZONI — Eminente Deputado, fora dos limites do território paranaense não serão aplicados.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Eu imagino que não sejam, mesmo.  
E até esta parte...

O SR. PRESIDENTE — Quería solicitar ao Deputado Ivo Thomazoni e ao Deputado Fidelcino Tolentino, que, para o bom andamento dos trabalhos, que os apertes fossem solicitados, e, concedidos, inclusive também para o bom andamento do trabalho das Sras. Taquígrafas.

O SR. IVO THOMAZONI — Posso assegurar, eminente Deputado Fidelcino Tolentino, que também o Governo do Estado e não tenha V. Exa. este cuidado — não aplicará estes recursos além das fronteiras do Paraná.

Mas, quero posicionar o Governo do Estado, neste episódio, para dizer que a aplicação do dinheiro não será feita de maneira política, porque Maringá, está dentro do plano, Londrina está dentro do plano, como Cascavel está, Pato Branco, Ponta Grossa e outras cidades que têm a chefia-las, nos seus Executivos, homens do MDB e da ARENA também. Posso dizer a V. Exa. a identificação destes municípios, todavia, sem significar que a identificação dos municípios que firmaram os convênios, fique constatada, a rigidez deste cumprimento, porque V. Exa. sabe que o convênio não é unilateral, são duas vontades, desde que haja cumprimento da parte do município, haverá cumprimento na parte do Estado. Se nós, Deputados, com assento nesta Casa...

O SR. FIDELCINTO TOLENTINO — Deputado Ivo Thomazoni, se há empréstimo, claro que este empréstimo visa a cobrir um projeto ou um plano de aplicação, evidentemente; se existe este projeto, este plano de aplicação, não vejo razão para esta Assembléia não conhecer deste projeto. É esta a minha reclamação, é esta a minha posição, para que eu possa inclusive me situar e ter condições de independência, para me situar na votação do projeto. Quero que V. Exa. entenda, é uma questão de coerência pessoal, é até de caráter, isto. Faço esta observação, não como exigência de bancada, mas, uma posição pessoal. Acho que é necessário porque, desde que existe o projeto, é que este projeto tem um cronograma, tem uma literatura e nesta literatura evidentemente há de ter a aplicação específica das verbas, em cada setor. É esta a minha observação, porque, no futuro, quero estar perfeitamente conscientizado de ter exigido a adequação destes objetivos.

O SR. IVO THOMAZONI — Deputado Fidelcino Tolentino, estou solicitando de minha assessoria, que entre em contacto com a SANEPAR, e que, amanhã, V. Exa. tenha em mãos a identificação dos municípios e, se possível, não sei se o será, dos valores para cada um, desde que haja realmente um projeto já concluído, e dos convênios assinados já deve ter o montante. V. Exa. terá estas informações, amanhã.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço a gentileza de V. Exa.

O SR. IVO THOMAZONI — Quanto ao citado montante de 108 milhões de cruzeiros, serão destinados ao melhor atendimento do setor agrícola, garantindo obrigações a serem assumidas pela Café do Paraná, e eu quero crer, confesso, já teriam sido assumidas "ad referendum" deste Poder, na aquisição de ementas para a revenda aos agricultores pela COPASA, pela Café do Paraná, sementes mexicanas, dizem que aclimatadas, vamos crer que estejam, e, pela COPASA, a construção de silos graneleiros.

Neste particular, posso me deter porque da própria fala do Governador do Estado, quando da reunião das duas bancadas no auditório, S. Exa. se referiu a um empréstimo de 60 bilhões de cruzeiros para a COPASA aumentar a sua capacidade armazenadora, mas, em contrapartida, conveniu-se com o Governo Federal de que idêntica importância seria aplicada no Paraná, pela CIBRASEM, aumentando substancialmente sua capacidade armazenadora.

Isto quer significar que além dos 60 bilhões que vamos buscar de recursos para a ampliação de nossa capacidade de

armazenamento, que já é uma das melhores do País, também a CIBRAZEM haverá de aplicar idêntica importância para a ampliação de sua capacidade armazenadora.

Além deste fator, segundo o que conseguimos interpretar da fala governamental é de que seis milhões de cruzeiros seriam concedidos a fundo perdido para a COPASA, não se se através de um plano de emergência par custear a despesa de serviços de fiscalização de um projeto.

Desnecessário ler a justificativa que o próprio Governador faz, da grande importância que significará para o Paraná, no setor de sementes e armazenamento, a obtenção desses recursos.

Desta forma V. Exa. observa que as garantias a serem concedidas pelo Estado em avais, representam os 5 bilhões e um milhão de cruzeiros, nada menos de 3 bilhões 473 milhões de cruzeiros. E os restantes um bilhão 528 mil cruzeiros, ou seja, menos de 50 por cento daquele valor, corresponderão a operações de crédito a serem realizadas proporcionando daí à administração estadual os recursos necessários à execução acelerada de problemas prioritários no setor de transportes, educação e saúde, bem estar social, por meio de investimentos maciços que irão contribuir para o desenvolvimento do Estado.

Quanto ao setor de transportes, V. Exa. eminente Deputado e de resto todos os Deputados nesta Casa, sabem que se há um setor carente de recursos é o setor de transportes.

Um bilhão e 98 milhões de cruzeiros destinados a viabilizar financeiramente a ampliação dos programas prioritários de pavimentação da rede rodoviária paranaense.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Rodo-ferroviária.

O SR. IVO THOMAZONI — Rodoviária. E Deus queira que o Estado do Paraná não se aventure mais a construir ferrovias às próprias custas.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Permita-me dialogar, Deputado, sobre isto.

V. Exa. veja que a gente não sabe onde vai ser aplicado. Qual é a estrada que vai ser aplicado. Porque aqui, na Assembléia, há uma composição de todas as regiões.

O SR. IVO THOMAZONI — Há, Deputado.

O SR. FIDELCINTO TOLENTINO — Evidentemente que precisaria, para se debater a matéria, buscar aquele entendimento do que seja efetivamente prioritário dentro das prioridades regionais.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. me permite, inicialmente, no plano plurianual e também no Orçamento para o exercício do próximo ano, estão eliminadas as rodovias, as obras do setor rodoviário, do setor de transporte constante do plano rodoviário do Estado do Paraná.

O SR. FIDELCINADO TOLENTINO — Mas não faz discriminação, Deputado, faz referência.

O SR. IVO THOMAZONI — Todas as obras. Agora, V. Exa. não desconhece que de posse da lei de meios para o ano que vem haverá, naturalmente, o que nós chamamos de Orçamento Analítico e neste analítico serão, então, destinadas as importâncias para as obras de prioridades para o Governo dentro do seu programa de Governo e neste ... (É interrompido).

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Deputado Ivo Thomazoni, V. Exa. me permite, eu ao que entendo que ao se fixar o valor para construir determinada obra, evidentemente que se tem em mente qual vai ser a obra e o que vai se fazer. É por isso que precisa mais especificação. Entendo até como necessidade até de respeito aos parlamentares, isso.

O SR. IVO THOMAZONI — Deputado Tolentino, um plano existe de obras do setor rodoviário, existe uma malha rodoviária e existe uma previsão de novas rodovias quer de

revestimento asfáltico, quer da rede de alimentadoras ou vicinais nacionais, quer também do Prosafr em convênio, com os municípios mas o que quer significar este volume pretendido pelo Governo é injeção de recursos no Orçamento para crescer a dotação orçamentária à conta da Secretaria de Transportes para viabilizar então, seu maior volume de obras neste setor. Este dinheiro não virá especificamente para determinada obra, ou determinadas obras, virá para injeção de recursos no programa da Secretaria de Transportes e esta dotação orçamentária anual será acrescida deste valor para possibilitar maiores frentes de trabalho. Realmente, eu não poderia dizer a V. Exa. onde seriam aplicados estes recursos, porque eles irão para o todo da Secretaria de Transportes e ali é, então, acrescido da dotação orçamentária.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Espero...

O SR. IVO THOMAZONI – Viabilizar o maior número de obras.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – ... que também aí não se determine a obrigação mediante injeção política. E acredito e espero isto.

O SR. IVO THOMAZONI – V. Exa. terá oportunidade de fiscalizar e terá a tribuna para tanto. Há 15 dias assinamos assistimos a assinatura dos editais de concorrência pública quando licitaram, se licitaram duas rodovias importantíssimas para uma região desassistida, Francisco Beltrão e de primeira categoria. No primeiro trecho, Francisco Beltrão-Ampère, porque era recurso orçamentário e o primeiro trecho de Santa Rita-Pato Branco. No primeiro sub-trecho Santa Rita-Palmas, com estes recursos o Governador possivelmente terá oportunidade de licitar os outros sub-trechos Ampère-Capanema e Palmas-Pato Branco e de resto outros construídos no Paraná que tiverem pequenos, alguns pequenos sub-trechos já garantidos na licitação, mas que pretendem a sua extensão, todos voltam ao Governo do Estado recursos orçamentários para execução de todas as obras. Neste particular, desejo informar a V. Exa. que estes valores realmente não virão pra obras especialmente identificadas e sim para o montante da Secretaria de Transportes para crescer à sua dotação e viabilizar então uma agilização neste setor da administração. Eminentemente Deputado, V. Exa. observa que o próprio Governador faz comentários de quanto contará o DER dos recursos orçamentários e de quanto serão acrescidos. Mais adiante nós temos, no setor de Saúde, e Bem Estar Social, 90 milhões de cruzeiros para viabilizar a construção de hospitais regionais. Se V. Exa. me perguntar agora, quais as cidades que serão contempladas com estas unidades hospitalares de cunho regional, confero a V. Exa. que nem conheço.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Digo a V. Exa., há necessariamente de Ser Foz do Iguaçu e Cascavel.

O SR. IVO THOMAZONI – Ou Foz do Iguaçu ou Cascavel?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Não. As duas. Foz do Iguaçu vai ser uma espécie de atendimento socorro, Cascavel, seria o centro regional. Pelo menos foi o que o Governo anunciou e eu vou cobrar incessantemente aqui. Pelo menos foi o que foi anunciado na imprensa. E eu cobrarei isso, Deputado. Espero que V. Exa. me ajude nesta cobrança.

O SR. IVO THOMAZONI – Perfeitamente, Deputado. Desde que tenhamos em todas as regiões do Estado, capaz de, pelo menos, fazer a triagem dos doentes carentes de recursos, à porta da Capital do Estado para uma simples consulta.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Eu não tenho ilusão que seja Cascavel, eu tenho certeza que é por causa do volume de que Itaipu vai trazer para a região.

O SR. IVO THOMAZONI – Cumprimento e faço votos, acima de tudo, que esta região do sudoeste, seja contemplada

com uma unidade que representa uma área construída, porque Cascavel como eu reconheço, é hoje uma das maiores cidades do Paraná, e com uma maior perspectiva de crescimento e de progresso. Estou com V. Exa. e se V. Exa. permitir eu posso somar minha voz, em defesa deste justo pedido de reivindicação.

Agora nós vamos falar do setor escola. São 300 milhões de cruzeiros que o Governo pretende buscar, para construir mais de duas mil salas de aulas.

Conheço a filosofia do governo neste particular, não posso identificar os municípios que serão beneficiados, porque nem o próprio Governo tem ainda com precisão, este quadro de construção de escolas.

Posso dizer a V. Exa. que se pretende, primeiro:

Atuar, ou melhor, ampliar, as atuais escolas, para possibilitar inclusive ao Governo, a economia na administração destes complexos escolares. Pretende o Governador do Estado, ao invés de facilitar a construção de novas unidades escolares, contemplar com recursos, os municípios, para a ampliação das atuais unidades escolares.

Com isso, dentro dessa filosofia, pretende o Governo do Estado, que a mesma diretoria, a mesma Secretaria, as mesmas zeladoras, dentro deste levantamento, corroboradas, naturalmente, pelas informações da própria Assembléia Legislativa, através dos Srs. Deputados, possa prestar, através dos prefeitos, vereadores, líderes das comunidades que, com o poder de reivindicação, se eles souberem demonstrar, através da ausência de capacidade de salas de aulas, acho que este plano poderá ser flexível.

Porque, quero acreditar que as necessidades são tantas que não poderíamos ter um plano que não fosse flexível. Porque, há cidades que eu conheço que, em três anos, duplicaram as suas populações. Como é o caso de Quedas do Iguaçu, em sua região, que, em três anos duplicou a sua população e com problemas nos setores de saneamento, de ensino, que estão a desesperar não só a administração municipal, mas o próprio Governo do Estado.

Como há outras cidades estacionárias que, por certo, poderão ter seus interesses relegados em favor de outros municípios.

Mas, quero crer, eminente Deputado, que o Estado necessita da compreensão desta Casa na pretensão das autorizações aqui solicitadas. E sem as quais, eu me permitiria até, diante do quadro que se deslumbra: não há café para comercialização; diante da perspectiva de que o suíno continue com o preço aviltado; que as chuvas que estão lavando a fertilidade de nossas terras, levando a semente deitada nela, e que já estão causando prejuízos enormes, quer me parecer que o ano de 76, em termos de receita, não será um bom ano para o Estado, para o Tesouro do Estado do Paraná. Que esses recursos iriam propiciar ao Executivo que mantivesse um ritmo acelerado no desenvolvimento das obras, nos diferentes setores. Sem o quê, o Governo do Estado, fatalmente, se estagnaria, com prejuízos enormes para nossa economia e também para alguns setores que necessitam de recursos com a maior urgência possível.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Quero dizer a V. Exa. que estarei votando com o projeto, evidentemente, em homenagem ao povo do Paraná e também prestando uma confiança nos esclarecimentos que, sempre fiz fé, de V. Exa.

Então, crendo no que V. Exa. afirma, votarei com o projeto e deixarei solicitado a V. Exa. para trazer ao plenário, aqueles esclarecimentos, que efetivamente, V. Exa. tem feito com bastante disposição.

Agradeceria a V. Exa. que mandasse vir a este plenário aquela nonimata de municípios, com todas as importâncias a

serem dispendidas, a fim de termos conhecimento da destinação dessas verbas. E se não vierem agora, cobrarei de V. Exa.

O SR. IVO THOMAZONI — Devo dizer a V. Exa. que no setor da SANEPAR, já a assessoria entrou em contato e trarei a V. Exa.

Nos outros setores, as explicações dadas, devem ter esclarecido V. Exa.

Muito obrigado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Dentro do meu pensamento, aceitando como válidas, até prova em contrário.

O SR. IVO THOMAZONI — Agradeço a V. Exa. a credibilidade que dá às minhas informações.

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio) Continua em discussão o projeto.

O SR. DENI SCHWARTZ — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, para discutir.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, quero esclarecer ao nobre líder Ivo Thomazoni, que se referiu à assinatura dos contratos para execução da estrada de Francisco Beltrão-Ampère, Santa Rita-Palmas, estrada de grande importância para a região do Sudoeste do Paraná.

O assunto veio à tona porque defendeu o líder do Governo a inexistência de critério político para tais estradas. Só queria lembrar ao ilustre líder e esclarecer que a Assessoria de Relações Públicas do Palácio deve estar muito mal informado dos homens da ARENA neste Estado, tanto assim que fez um convite ao Sr. Prefeito Municipal de Francisco Beltrão, para participar dessa solenidade e, quando soube que o Sr. Prefeito pertencia ao MDB, procurou desesperadamente desconvidar, através do Presidente da ARENA daquele município. Portanto, uma obra de suma importância e que não vai beneficiar só os homens da ARENA, mas também os homens do MDB e o Sr. Prefeito Municipal de Francisco Beltrão foi desconvidado para assistir aquela solenidade.

Pediria, então, ao ilustre líder, que esclarecesse aos Srs. que aqui fazem parte da Assessoria de Relações Públicas do Palácio do Governo, que está havendo má interpretação nas diretrizes governamentais.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Realmente, estranhei a ausência não só do Prefeito de Francisco Beltrão na solenidade que se realizou na sede da Secretaria de Transportes, na Avenida Iguazu, em Curitiba, mas estranhei também a ausência do Prefeito de Pato Branco, da ARENA, meu companheiro, que foi convidado e outros prefeitos diretamente beneficiados com a obra.

Esteve presente, quero crer representando todos os prefeitos da micro-região de Francisco Beltrão, o Sr. Presidente da Associação dos municípios do Sudoeste, o Prefeito de Marmeleiro, Assis Gabriel Bandeira. Sempre costumo dar todo crédito às afirmações de V. Exa., como homem sério, homem que jamais prestaria a fazer uma afirmação que não fosse correta e verdadeira, de que tivesse havido uma desconsideração ao Prefeito de Francisco Beltrão, nosso amigo, excelente figura humana, que é o Sr. Antonio de Paiva Rangel, diretamente beneficiado por esse benefício, por essa obra. Com toda sinceridade, não pude identificar quem teria feito o convite e deixado de convidar um prefeito só porque ele não é da ARENA. Confesso que notei não só a ausência de Antonio de Paiva Rangel, mas também do Prefeito de Pato Branco, de Ampère, de Santa Isabel e do Prefeito de Palmas; não vi também a presença do Prefeito de Clevelândia que é um dos interessados pela obra.

Quero mesmo acreditar, faço votos, para que não tenha havido má fé na distribuição dos convites.

O SR. DENI SCHWARTZ — Esclareço a V. Exa. que o convite foi feito telefonicamente, recebido pela Secretaria do Prefeito e que, após essa Assessoria mal informada ter descoberto que ele era do MDB, telefonou ao Presidente da ARENA de Francisco Beltrão, dizendo a seguinte frase: por favor, não convide vereadores que sejam do MDB, porque houve um equívoco e falamos diretamente com a Prefeitura de Francisco Beltrão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Agora pouco eu ouvia e dava crédito às palavras do Líder do Governo nesta Casa e como V. Exa. vem fazer uma afirmação destas, fico em dúvida, não quanto a integridade do que disse o ilustre líder, mas por ser o porta voz, quem sabe, de quem não tenha o desejo prévio de cumprir aquilo que ele está afirmando em nome dessas autoridades.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Deputado, acreditamos que empréstimo de tal vulto venha a ser bem cuidado pelo Exmo. Sr. Governador porque, para mim até o momento, não fez S. Exa. discriminação política. O nosso alerta é válido apenas para a assessoria para que deixe de fazer política idêntica a dos idos de 1910.

A nossa posição sobre este problema é bastante conhecida e já tivemos oportunidade de votar favoravelmente ao projeto durante a discussão na Comissão de Constituição e Justiça por julgarmos o mesmo totalmente constitucional.

Se louvamos o projeto, porque, podemos dizer assim, não louvamos o Sr. Governador do Estado, porque as metas que pretende atingir com este financiamento são, realmente, as prioritárias para o Estado do Paraná.

Por exemplo, não vemos aqui verbas, como já ocorreu anteriormente, para a TELEPAR se vangloriar em ser uma das mais perfeitas do país, mesmo com Discagem Direta a Distância em lugares cujas estradas não constam do plano de asfaltamento; para a TELEPAR se vangloriar ser talvez a primeira empresa no país a ter alguns telefones em automóveis com equipamento caríssimo. Isto não julgo prioritário.

Nós que poderíamos nos congratular com as metas que o Governo pretende atingir com este financiamento, não poderíamos deixar, nesta oportunidade, de fixar a nossa posição.

Desde o início deste ano temos dito nesta Casa que o Paraná é um Estado sem plano, o Paraná não sabe o que quer, o Paraná não sabe aonde vai, os planos e as metas são meramente palavras.

Vejam os Srs. Deputados que apenas quinze ou vinte dias depois de termos aprovado o Orçamento para 1976, no qual consta a autorização para que o Governo faça um empréstimo de 1 bilhão e 400 milhões de cruzeiros, que esta Casa já autorizou, o Sr. Governador nos convoca para a discussão e aprovação de um novo empréstimo de cinco bilhões de cruzeiros.

Isto quer dizer que em setembro quando esta Casa recebeu o Orçamento para 1976, o Sr. Governador não sabia ainda que iria precisar de mais 5 bilhões de cruzeiros. Data vênica, me parece que isto demonstra claramente a falta de total planejamento do Estado.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Deni Schwartz, inicialmente devo corrigir V. Exa. O Governador do Estado não está solicitando autorização para contrair empréstimo no valor de 5 bilhões de cruzeiros. O empréstimo chega a um milhão e meio. O restante são garantias que o Governo presta para importâncias a serem obtidas para Sociedades de Economia Mista e que dentro do seu programa podem, sem sombra de dúvida, fazer face aos



compromissos assumidos. Assim o Tesouro do Estado não estará onerado com estes avais e as garantias que o Estado pretende dar, desde que este Poder conceda autorização. Os empréstimos são para o setor de Saúde e Bem Estar Social, para o Setor de Educação e para o Setor de Transportes.

O que é que o povo quer? Quer estradas, escolas e saúde. O Governador observando nos primeiros meses de seu Governo que não teria dotações orçamentárias capazes de fazer face a implantação de obras e atendendo às necessidades de que o Estado está passando, vem a nós e solicita autorização para contrair um empréstimo de um bilhão ou pouco mais ao setor de transportes, 340 milhões de cruzeiros para a construção de escolas, 90 milhões de cruzeiros para o setor de saúde.

Quero crer, quero acreditar que V. Exa. como bom paranaense, como homem que conhece o interior e suas necessidades não haverá de se opor, em instante algum, de que o Governo tenha seus recursos para realmente atender as prementes necessidades, principalmente destes três setores da administração pública, que estão carentes, nós reconhecemos, que, faltam melhores salas de aula, que faltam melhores estradas, e que faltam hospitais. São estes os empréstimos, outros são avais, auto-amortizáveis pelas próprias empresas da administração indireta que têm e que estão assumindo esta responsabilidade.

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — V. Exa. diz, mas não diz. Porque se não são 5 milhões, parte será destinada apenas a aval, são cerca de 1 bilhão e meio que poderia perfeitamente, dentro de um plano global do Estado — e os dados aqui são o que menos interessa — dentro de um plano global do Estado, e por isso votamos o plano plurianual, já deveria lá estar contido, porque se não, Deputado, é isto que tem nos preocupado. nós já fizemos um pronunciamento nesta Casa a respeito, teremos aquilo que a Constituição de 69 impediu que os Deputados fizessem. Agora, não será o deputado, não é o deputado que emenda o orçamento, mas, é o próprio Governador que, 15 dias após receber um orçamento, já está emendando este orçamento e isto, data vênica, não é planejamento.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte?  
(Assentimento)

V. Exa. me permita mais um aparte, não me demorei.

Verifica V. Exa. que, do montante, 3 bilhões e 473 milhões de cruzeiros não serão para operações de crédito, avais e garantias, contrapartida do Estado, para que a COPEL consiga construir a sua usina, para que o setor agrícola tenha dinheiro para sementes e armazéns e também para que outros organismos possam dispor de condições melhores e de empréstimos propriamente ditos, que são as operações de crédito. Nós vamos para 1 bilhão e 528 milhões de cruzeiros, e, são três setores os mais carentes. Neste particular é que eu pediria a V. Exa., que sei é um homem que tem consciência do que é certo e do que é errado — o Estado não tem recurso orçamentário, a previsão da receita está muito aquém do que o Estado necessita para dotar do essencial, ou, digamos melhor, do razoavelmente necessário para estes setores, razão pela qual, ele vem à Assembléia com a melhor das intenções, como veio pessoalmente pra fazer uma exposição do que pretendia fazer com estas verbas.

Daí o apelo que eu faço à consciência bem formada de V. Exa., de que, permita que este anteprojeto de lei tenha aprovação unânime desta Casa, porque todos nós estaremos nos creditando às obras que serão levadas e colocadas à disposição do Paraná, da sua gente e assim, naturalmente, fazendo com que se minore um pouco o sofrimento do brasileiro que vive no Paraná.

Este apelo que eu faço a V. Exa, e creia V. Exa., não há nenhuma disposição governamental de que se vai fazer política com estas obras. É claro que o Governo se beneficia politicamente, à medida que constrói. Nem V. Exa. vai pretender que

ele não se ajuste, não se jacte de haver construído, de que impeça os seus companheiros, de alardearem os feitos, nem se pode proibir que uma banda de música engalane a festividade de inauguração, que hajam discursos e que até se enobreçam as qualidades dos homens do Partido que dá sustentação política ao Governo, porque, se nós estamos aqui levando bordoadas quando um policial age mal ou achaca, quando um policial visita um comerciante ou multa, nós estamos aqui para pagar por tudo que não anda bem, não é justo que nós não nos creditemos da boa ação governamental e nada melhor do que estradas, escolas e hospitais. Faço um apelo a V. Exa. porque sei que V. Exa. está compreendendo a necessidade que o Paraná tem de obter estes recursos e com eles agilizar a sua administração.

O SR. DENI SCHWARTZ — V. Exa. permite, o nobre líder está prejudgando a minha posição pessoal e que eu não externei. Já tive oportunidade de fazer uma referência com respeito elogiando inclusive o Sr. Governador, porque não encontraremos entre as diversas metas aqui expostas, não encontraremos prioridade como vimos em processos anteriores, prioridades que não eram prioridades, aqui não consta a verba por exemplo, empréstimo à TELEPAR, por alguns aparelhos telefônicos, para automóveis, como se pretendeu e se pretende colocar em Curitiba, para ter as glórias de ser pioneiro.

O SR. IVO THOMAZONI — Isto é auto-financeável.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Deputado, quanto ao fato de poder a Arena e seus elementos, festejarem inaugurações e obras, gostaria de lembrar que num pronunciamento, numa entrevista do Presidente Regional do MDB, no Paraná, o suplente de Senador Euclides Scalco, ele afirmou categoricamente, o MDB não pretende crescer às custas de crises que porventura venham a assolar o nosso país. E por extensão, o MDB do Paraná nem nós deputados do MDB queremos saber, fazer com que nosso Partido suba com a falta de inaugurações ou obras neste Estado. Achamos muito justo que a Arena vença as eleições por fazer obras, mas lembro, também, nobre Deputado, que seria a negação da nossa presença nesta Casa dizer hoje e afirmarmos que méritos totais de qualquer obra são de exclusiva competência do Executivo. Cada um de nós também do MDB temos uma parcela na discussão e isto é que temos procurado afirmar nesta Casa, deveriam os Srs. Deputados participarem do planejamento do Estado, porque uma pequena Prefeitura do Estado, do interior deste Estado, para fazer qualquer empréstimo, tem que dizer o que pretende, se é máquina, qual a máquina e às vezes até a marca, a sua potência, a sua capacidade. Os Srs. Vereadores, o Tribunal de Contas exige isto da Prefeitura, porque nós, deputados, não exigimos isto também do Governo? Tenho a melhor das boas vontades, com o projeto em pauta, mas gostaria de analisá-lo sob o ponto de vista que, talvez, não tenha sido analisado nesta Casa. Eu, infelizmente, por razões que todos os Srs. conhecem, não pude participar dos debates que precederam o envio deste projeto a esta Casa. Antes de analisar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os atos que o Deputado Ivo Thomazoni enumerou

da tribuna, eu concedo, com muito prazer, o aparte ao nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Deputado Deni Schwartz, eu só me permitiria fazer um pequeno reparo, se assim posso chamar. Na questão de prováveis vitórias da Arena ou do MDB, acho que o que tem que haver, principalmente, é o povo do Paraná, o benefício geral, o bem estar geral. Então se a Arena liberando os seus mistérios buscar e encontrar o sucesso, acredito que isso também só traria condições de sucesso ao MDB que vive cobrando do Governo e não só por cobrar do Governo porque ao engrandecer a Arena o MDB também se valoriza. Também é necessário, e eu faço essa afirmação, nós

temos a maior satisfação que a Arena cresça cada vez mais ou a Situação nem vamos chamar de Arena, que se cresça e frutifique esta Situação, porque aí estará a Oposição fazendo, cobrando e estará também ensejando a sua própria valorização, porque medidas que correm na altura do crescimento da parte contrária, ela se valoriza e cresce também. Era este o reparo que me permito fazer.

O SR. IVO THOMAZONI – V. Exa. permite um aparte, só para justificar? Deputado Deni Schwartz. V. Exa. veja como o Governador do Estado entrou em detalhes. Se V. Exa. lembra, o DER em 76 contará, no Orçamento para projeto e obras, com um bilhão de cruzeiros, sendo 600 milhões de auxílio de Estado e 108 milhões obtidos através de convênio. Aliás, 108 milhões através do fundo rodoviário nacional e o restante a ser obtido através de convênios, empréstimos próprios e do próprio programa de vias expressas, que é o Progress.

Mas veja V. Exa. o DER tem um contrato até o montante de 1 bilhão e 200 milhões de cruzeiros e há um compromisso em torno de 720 milhões de cruzeiros de obras já em andamento e isso deverá ser coberto com recursos do próprio exercício para o outro, senão haveria uma estagnação de obras. Veja V. Exa. que segundo a própria mensagem, as flagrantes deficiências neste setor vem exercendo um freio indesejável ao desenvolvimento do Estado do Paraná. As regiões de produção ainda atendidas por precários sistemas de escoamento, sofrem efeitos negativos tanto na pauta de suprimento e escoamento regular, como na sobrecarga da rede de armazém, face à perda pura e simples de perda da produção. V. Exa. verifique aqui que o Governador deu os números, quanto o DER vai contar ano que vem e quanto destes recursos já estão comprometidos.

Então, de nada adiantaria.

O SR. DENI SCHWARTZ – Permita-me Deputado, o que está contido na mensagem, todos nós do MDB reconhecemos e eu estou reconhecendo desta tribuna, o Sr. Governador elegeu as prioridades realmente prioritárias. Nós já tivemos tempo e a prioridade foi fazer a Central do Paraná...

O SR. IVO THOMAZONI – Apraza a Deus que nunca mais isto aconteça, senão nós ficaremos 20 anos sem ferrovia.

O SR. DENI SCHWARTZ – Apraza a Deus que nunca mais aconteça. Mas se tivesse sido discutido com mais consciência pela Assembléia, na época, não se permitisse o empréstimo e hoje tivéssemos estradas asfaltadas e o Governo Federal, é missão do Governo Federal, estivesse fazendo a Central do Paraná.

O SR. IVO THOMAZONI – Deputado...

O SR. DENI SCHWARTZ – Nós não estamos entrando no mérito desta questão.

O SR. IVO THOMAZONI – O que eu estava significando, é que o Governador disse onde pretendia aplicar, porque ele disse que pretendia implantar 430 quilômetros das rodovias alimentadoras, que serão construídas nos próximos meses, tal como 400 quilômetros de rodovias asfaltadas. V. Exa. veja que o Governador deu para conhecimento dos Srs. Deputados as informações que eu quero crer possam satisfazer.

O SR. DENI SCHWARTZ – O Sr. usa a metodologia para apresentar o seu encaminhamento de votação, a sua discussão. Eu gostaria de discutir por itens, porque também tenho meus dados aqui a esse respeito. Permita-me chegar lá. Concedo o aparte ao nobre líder do Partido que havia me solicitado.

O SR. MUGGIATI FILHO – V. Exa. tem se revelado sempre, Deputado Deni Schwartz, um estudioso dos assuntos econômicos e financeiros do Estado, principalmente. Por isso, nós vimos V. Exa. na tribuna interpretando, querendo acreditar, o pensamento de nossa bancada.

Daí pedir a V. Exa. que transforme o trabalho de V. Exa. num trabalho em nome da liderança do MDB nesta Casa. prosseguindo na matéria como vem procedendo. Acredito que realmente as observações de V. Exa. têm sido apropriadas como foram as observações levantadas pelo Deputado Fidelcino Tolentino, de vez que, dentro daquilo que o Governo pretende, na sua importância, constatamos que, se uma parte realmente pertence à administração, à chamada administração indireta, a grande parte irá duplicar a dívida da administração indireta, somente em relação à COPEL que, se não me engano, está a dever atualmente 2 bilhões e 900 milhões. E só a COPEL passará a dever perto de 5 bilhões.

De modo que realmente estas parcelas devem ser discutidas e esclarecidas e principalmente a Oposição tem o dever de alinhar o sentido de sua ampliação e, mais do que isto, de acompanhar a execução dos planos que V. Exa. e os demais companheiros estão cobrando do Governo do Estado.

E da nossa parte, especialmente das regiões que representamos, esperamos que o Norte do Paraná e as demais regiões do Estado não sejam esquecidas neste plano e que não fique o plano apenas em relação ao oeste e ao sudoeste. De modo que a banda de música deverá tocar no sudoeste do Estado, no Norte e no Centro.

O SR. ENEAS FARIAS – V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento). Deputado Deni Schwartz, como sempre nos é muito grato ouvir V. Exa. da tribuna, com a atenção e o respeito, que merecem os pronunciamentos que V. Exa. tem feito. Alinhavo, nas conjecturas que faço, dois pontos importantes lembrados por V. Exa. O Primeiro no que diz respeito à total ausência de planificação no Paraná, ou pelo menos de informação pública de que exista uma planificação.

O segundo já também abordado por V. Exa., que a Lei de Meios, que nosso Orçamento que deveria substanciar a própria planificação global do Estado, acabou por ser uma decepção neste sentido e há ali exemplos e mais exemplos a configurar o que V. Exa., em outra oportunidade, já havia anunciado.

Caro Deputado, com o pronunciamento que faz V. Exa. eu passo a reestudar a questão, eu passo a repensar no assunto e parece que a V. Exa. a mim e a todos os homens da Oposição nesta Casa, deve caber uma posição um pouco mais distante do que uma simples aprovação da solicitação governamental.

Entendo que deve existir por parte do Executivo, pelo menos senso. Ninguém toma dinheiro emprestado sem saber no que vai aplicar. Ninguém toma dinheiro emprestado, pagando o ônus sobre este dinheiro, sem ter a certeza de que pode aplicá-lo e bem aplicado. Portanto, acreditando neste bom senso, parece-me que seria de bom alvitre que esta Casa conhecesse em detalhes, o que pretende o Governo do Estado com o dinheiro que vai emprestar. Não vale aqui explanação feita por S. Exa. o Governador quando visitou esta Casa, porque em verdade S. Exa. pode e deve ter tido o brilho da retórica, mas não ofereceu aos deputados que presenciaram a sua palestra os detalhes e as informações que eram solicitados. Eu mesmo sou testemunho disso, fiz várias perguntas a S. Exa. e acabei por não ter a resposta desejadas. Parece, nobre Deputado, e também deve convir V. Exa. que deve vir a esta Casa, uma explanação promenorizada deste plano do Governo do Estado. Mesmo porque, entre a mensagem e a razões que acompanham a mensagem, e o projeto de lei, vai uma larga diferença, porque a obrigação de fazê-lo, está contida no projeto e não nas razões que o acompanha.

Agradeço a V. Exa. a oportunidade do aparte.

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ – Agradeço a oportunidade que dá o líder do MDB em falar em nome da bancada, e agradeço ao Deputado Enéas Faria, suas bondosas palavras.

Prossigo fazendo uma análise de um ponto de vista que

talvez não tenha sido feito ainda nesta Casa.

Creio, Srs. Deputados, que a preocupação maior deste que vos fala, é que o Paraná não seja marginalizado como tem sido até agora, não nos vangloriamos em ser este o único Estado a construir uma Estrada de Ferro, nos vangloriamos de ter tido a TELEPAR, como pioneira neste País. Mas, também, temos até vergonha de vermos Secretários admitirem a impossibilidade de remunerarem os órgãos oficiais, secretários dizerem que não podem remunerar melhor os professores, enfim uma série de impossibilidades que estão a peiar este Estado, e levam talvez no desespero, a pedido de empréstimos como estes, por parte do Sr. Governador.

Reconheço que o Sr. Governador está fazendo um esforço, para colocar este Estado no conjunto dos demais Estados. Somos um Estado que temos a menor renda per capita do sul do País, e somos um Estado rico.

Vejam os Srs. que os jornais desta semana publicam que o Governo Federal resolveu encampar as dívidas dos Estados do Nordeste. E o Estado do Paraná pede à Assembléia para que permita ao Executivo, conceder avais para construção da Foz do Areia.

Num Estado em que se está a construir Itaipu, num Estado em que se constrói, ou está praticamente pronta, a usina Osório; num Estado em que se faz Santiago, nós como se a União, como se o Paraná não fosse Brasil, nos colocamos a construir também as nossas usinas. E o líder do Governo vê, toda vez que vai para a sua região, a torre de alta tensão levando energia para Santa Catarina e Passo Fundo no Rio Grande do Sul. É o Brasil, mas o Rio Grande, gasta 1 bilhão, 200 milhões de cruzeiros, só no Ensino de 2º grau. E o Paraná, com um esforço, pode gastar 600 e poucos.

Vejam os Srs., a diferença.

Nós mandamos energia do Paraná e não recebemos aqui. Eu não sou contra a construção de Areias, sou favorável, porque a COPEL tem geração própria, isso foi explicado aqui.

Mas que vantagem nós temos em sacrificar nosso povo? E a COPEL está sacrificando nosso povo, cobrando das Prefeituras qualquer extensão da rede; cobrando, de nossas indústrias, qualquer cabine de transformação, alegando que precisa de dinheiro para fazer Salto Areia. E isso está na Mensagem trazida a esta Casa, em março, pelo então Governador Emílio Gomes.

Será que não estamos, com este empréstimo, fazendo o mesmo que fizemos com o empréstimo para implantação da Estrada de Ferro Central do Paraná?

Foi bem analisado este empréstimo?

Será que não estamos fazendo com este empréstimo, o que se fez com as universidades? Este é o único Estado que têm três universidades. São Paulo, somente agora, constituiu a terceira universidade, a Júlio Mesquita.

Será que, nesse afã de progredir — e nisso o Sr. Governador merece nossos parabéns — não estamos fazendo com que o Governo Federal nos deixe para trás?

Essas as perguntas que não ousou responder, porque não tenho capacidade para tal. Mas, acho que nós, Legislativo e Executivo, deveríamos discutir com mais detalhes.

Vejam V. Exas. como há falta de planejamento: acerca de dois anos, eu recebia, em meu escritório, um folheto da COPEL, muito bem ilustrado, dizendo das facilidades de colocar-se um condicionador de ar. Presumindo-se, então, que a COPEL tinha excesso de energia e precisava vender.

Mas, essa mesma COPEL já vem, agora, à televisão, pedir que se faça economia de energia.

Há dois anos a COPEL estava certa, ou está agora?

Infelizmente, não possui, aqui, o folheto que fazia propaganda dos condicionadores de ar nos escritórios.

Mas, com a honradez que possuem os homens que dirigem a COPEL, poderiam nos esclarecer numa palestra aqui.

O caso da SANEPAR. Há muito se discutiu, nesta Assembléia, da falta de planejamento da SANEPAR. Aqui já estiveram representantes de diversos municípios, cobrando promessas, não deste Governo — é verdade — mas de um governo do qual este é a continuidade.

Acaba-se chegando à conclusão que os diretores, os presidentes da SANEPAR na euforia, não afã de dotar determinadas cidades de água e esgoto, prometeu dotar as cidades desses serviços. Mas, depois não cumpre com suas promessas, não haveria inconveniente. Mas, pergunto ao Líder do Governo, um dos municípios que V. Exa. citou há pouco, Marmeleiro, o Prefeito, no afã de gastar as verbas do Fundo de Participação, depositou esse dinheiro na SANEPAR. E a SANEPAR até hoje, não fez a sua participação. O dinheiro desvalorizou.

No município de Verê, foi pior. O prefeito confiou naqueles que eram o governo então. Fez um orçamento, 280 mil cruzeiros para abastecer Verê de água e esgoto e depositou um quarto, 25 por cento do valor, mas a SANEPAR não fez o serviço. E agora, para ser executado o projeto, precisa de 800 mil cruzeiros, o Prefeito precisa participar com 200, ou seja, suplementar com 130. Estas as perguntas que ficam no ar quanto ao fato de nós não sabermos quais os municípios. A Assembléia está aqui, para a qualquer momento o Sr. Governador mandar uma mensagem pedindo autorização para mudar de um município para outro. Não há necessidade de esconder onde serão instalados.

O SR. OSVALDO MACEDO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Inicialmente, queria cumprimentá-lo. Realmente a análise que V. Exa. faz da mensagem do Governador levanta uma série de dúvidas e faz com que passemos a exigir os esclarecimentos e as informações que esta Casa, mais do que merece, tem o direito.

V. Exa. sabe a minha opinião sobre a atual estrutura administrativa e financeira deste país em que todos os recursos são carreados para o poder central, deixando os estados e os municípios à mingua ou na dependência de financiamentos de órgãos federais. Tanto isso é verdade que eu sou favorável, sempre fui, na situação atual em que os municípios e estados obtenham os recursos, onde os recursos existirem, porque somente com as disponibilidades orçamentárias, eles nunca terão condições de cumprir com sua obrigação, ou responder pela necessidade de sua comunidade. Acho que se pudesse, o Governo do Estado e os municípios paranaenses deveriam obter muito mais recursos do que estão pretendendo e pedindo. Então analisando a mensagem enviada a esta Casa, observo que realmente falta a prestação de informações que nós merecemos.

V. Exa. agora, quando analisa o caso da SANEPAR vai me permitir que analise a mensagem neste aspecto, quando a justificativa diz que 450 milhões de cruzeiros serão garantia de obrigações assumidas pela SANEPAR, dentro do PLANASA, que irá beneficiar 115 municípios paranaenses. Quais os municípios? Que obras serão realizadas pela SANEPAR nesses 115 municípios? Como o governo sabe que são 115 municípios? Sabe o nome deles. Se sabe que são 115, sabe o que deve ser feito em cada um deles, tem o orçamento da obra. Por que esta Casa não pode saber? Por que na mensagem não veio a planificação para aplicação desses recursos, ou o governo não aplicará nos 115 municípios, dependerá de sua conveniência política ou das necessidades de cada município?

A mensagem fala em 340 milhões que serão destinados à construção, ampliação e melhoria no Estado da rede escolar estadual, juntamente com os municípios do Paraná. Quais são os municípios que serão beneficiados?

Lembro-me que quando aqui estive o Governador do Estado, falou na construção de 8 mil salas. O Governador deve

ter dados planejados, planejados. Não nos informou quais as obras que precisam ser realizadas. Da mesma forma, 90 milhões de cruzeiros para construção de hospitais; isto é o que diz na justificativa, mas o governo sabe, porque não diz? Tenho impressão de que genericamente, como se pretende que aprovemos, o Governo do Estado não está tendo para com esta Casa a consideração que Assembléia merece e não sei, por isso, se ele deve ter, por isso, desta Assembléia, a consideração que ele quer que esta Assembléia tenha pra ele.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço o aparte do Deputado Osvaldo Macedo, e parece que o seu aparte esclarece, perfeitamente, nosso ponto de vista, o nosso problema não é, até certo ponto, com respeito ao QUANTO que o Governo está a pedir empréstimo e autorização para avais, e sim como vai aplicar.

Não recriminamos o Governo por querer fazer progredir o Paraná, mas nos preocupamos que, na ânsia de progresso, não venhamos aplicar bem os recursos postos à disposição.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Prezado Deputado Deni Schwartz, V. Exa. mostra da tribuna a preocupação que tem com a aplicação dos recursos constantes da mensagem que esta Casa está votando.

Os valores não são pequenos, concordo com o nobre Deputado.

O SR. DENI SCHWARTZ — É outro orçamento.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — V. Exa. traz consigo a experiência que tem como administrador municipal, como engenheiro que é e de quem conhece, realmente, na vida prática, a necessidade de um planejamento para a aplicação destes recursos. Quero cumprimentá-lo por isto, como o fizeram outros Deputados em apartes solicitados a V. Exa.

Entendi, até agora, em um seu discurso que alteia esta Casa que, através da análise, da pesquisa e do estudo, V. Exa. pôde inteirar-se de tudo que consta da mensagem, da sua relevante importância, que o eminente Deputado é favorável à construção da usina de Foz do Areia, que V. Exa. concorda e também acha necessária a construção das inúmeras centenas de salas de aula da rede escolar, e a própria SANEPAR V. Exa. conhece bem a necessidade da injeção de recursos, enfim V. Exa. concorda com todos os setores apontados constantemente na mensagem.

Queria dizer a V. Exa., apenas para tranquilizá-lo sob o ponto de vista político que se levantou há poucos instantes e para conhecimento desta Casa, que participei recentemente de uma reunião dos Srs. Prefeitos pertencentes da região-micro de Maringá-Nova Esperança, na cidade de Maringá, mais especificamente na Universidade de Maringá e me parece que quase todos os Prefeitos dos 26 municípios estavam presentes ou representados. Nessa reunião discutiu-se como encontrar a formar ou a forma ou a possibilidade de cada município participar da construção do futuro Hospital preconizado por S. Exa. os Sr. Governador do Estado dentro deste recursos constantes do projeto que era discutido e que ora discutimos. Para informação de V. Exa. sabe que ou onde será construído o Hospital Regional? Em Maringá, cidade administrada pelo Prefeito ilustre Silvio Barros, pertencente ao seu Partido.

Ainda mais, dia 14 próximo, Se V. Exa. me permite a oportunidade, domingo próximo, dia 14 de dezembro, ocasião em que Nova Esperança completará 23 anos de emancipação política, lá estarão o Sr. Governador do Estado, o Sr. Secretário dos Transportes e outras autoridades estaduais. Nesta ocasião será anunciada a construção da estrada, e parece-me até haverá assinatura por parte do Sr. Governador do Edital de Concorrência pública para a pavimentação da estrada Nova Esperança-Paraná City-Colorado-Santo Inácio. Esta é uma

aspiração antiga, de mais de quinze anos, de toda aquela vastíssima região que diretamente beneficiará todo o noroeste do Paraná.

Nesta oportunidade, me permita neste aparte, gostaria de fazer um convite a V. Exa. que estendo a todo os Srs. Deputados desta Casa, para comparecerem na nossa cidade de Nova Esperança, dia 14 de dezembro, para este grande acontecimento tão esperado por todos nós paranaenses, e, lá, V. Exa. haverá de ver e sentir que Deputados da Arena e do MDB lá se encontrarão, como Prefeitos e Vereadores de ambos os partidos, para festejarem este acontecimento, como tantos outros haverão de acontecer no ano que vem, graças ao recursos solicitados por Sua Excelência o Sr. Governador do Estado.

V. Exa. ainda me permita mais alguns minutos, dada a concordância de V. Exa. em aceitar que ache da iniciativa do Governador do Estado, no encaminhamento desta mensagem, quando o Paraná, agredido na sua economia, por chuvas, por geadas, por granizos, por neve, que vem o Sr. Governador do Estado de maneira corajosa, encaminhando a esta Casa, solicitando autorização para contrair estes empréstimos para que não tenha paradeiro na vida administrativa do Estado.

Ao agradecer o aparte que V. Exa. me concedera, quero cumprimentar, repito, por V. Exa., argumentando tanto tempo sobre todos os aspectos que aborda o projeto de lei, constantes da mensagem, e, parabeneizar-me com V. Exa., por concordar com as necessidades da votação — que se dê, ao Executivo, esta condição de contrair este empréstimo para a realização das obras imprescindíveis e necessárias ao desenvolvimento do Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio). A Mesa comunica ao Deputado Deni Schwartz, que dispõe de mais 5 minutos, prazo este improrrogável, para concluir seu raciocínio.

O SR. DENI SCHWARTZ — Deputado Basílio Zanusso, para ficar bem claro e para evitar má interpretação que poderia ser dada à afirmação de V. Exa., no sentido de que o Sr. Governador já irá assinar documento para a construção da estrada Santo Inácio-Colorado, se não me engano, Nova Esperança-Santo Inácio, eu creio que o Sr. Governador não está abusando de suas atribuições, já assinando tais editais, baseado nestas verbas e nestes empréstimos. Apenas para esclarecer.

Mas, Senhores Deputados, a preocupação dos ilustres Deputados que me apartearam, da ARENA, parece ter sido no sentido de que nós estivéssemos preocupados em ceder, ou não, tal autorização ao Sr. Governador, por motivos políticos. Queremos deixar bem claro que não são os motivos políticos que nos fazem pensar mais a respeito deste projeto de lei, desta autorização, e sim, estamos a discutir para vermos se nos próximos orçamentos-programas, se nos próximos orçamentos anuais exista, neste Paraná, realmente um planejamento.

E queremos, quando devermos concluir nosso pronunciamento, deixar bem claro que sentimos e lastimamos: que o Estado do Paraná, que o Sr. Governador do Estado, talvez desconhecendo, ou talvez não tendo recebido um real plano de desenvolvimento deste Estado, tenha de colocar nos orçamentos, como constou no orçamento de 1976, as célebres palavras "E", ou "OUTRAS", porque assim fazendo melhor seria não estarmos aqui a discutir, não estarmos aqui neste momento convocados extraordinariamente, pois o Sr. Governador tem em mão tudo o que ele tem a fazer, sem audiência da Assembléia.

Estamos falando, neste momento, não como homem de oposição mas como legislador que tem obrigação de, antes de fiscalizar, exigir que os fins do Governo, os fins a serem atingidos pelo Governo sejam o que realmente interessa ao povo. Podemos confiar na palavra do atual Governador, mas se

porventura ocorrer o que ocorreu a menos de cinco anos atrás, poderemos confiar no Governador, que talvez não conheçamos, vamos admitir que uma desgraça qualquer nos tire do convívio o atual Governador, por isso nos pareceu que, ao mesmo tempo que definimos uma posição, dizendo que não somos contra empréstimos, que queremos que o Estado se desenvolva, que admitimos que para se desenvolver há necessidade de arranjarmos dinheiro do povo; mas há necessidade de saber o que será feito com o dinheiro do orçamento, pequenas verbas, 200 mil, 100 mil, 50 mil cruzeiros, constam aqui que são bilhões, nós não sabemos na realidade o que será feito.

Concordamos que em certas áreas se discute se deveria ou não o Estado fazer na atual circunstância, não queremos que conste a quantidade de areia ou de cimento, mas gostaríamos de saber qual a obra, 1 bilhão e 98 milhões de cruzeiros que constam no orçamento de 76, e quais as estradas que serão feitas com este empréstimo.

Era isto que queríamos nesta tarde deixar claro, em meu nome e se da bancada, se estiver em consonância, com a mesma. —(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão, em votação, o projeto, ressalvada a emenda. APROVADO O PROJETO. Em votação a emenda. APROVADA A EMENDA.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 134/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 168/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e a Prefeitura Municipal de Paranavaí, objetivando construção do aeroporto do referido município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 134/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 21 de julho de 1975, entre o Governo do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e a Prefeitura Municipal de Paranavaí, objetivando a construção do aeroporto do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões (Comissões) em 05/11/1975.

a) WALDENICIO BARBALHO — Presidente  
a) EZEQUIAS LOSSO — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 168/75

Acompanhado da Mensagem Governamental nº 50/75, de 28 de agosto de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo de Convênio celebrado em 21 de julho de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e a Prefeitura Municipal de Paranavaí, objetivando a construção do aeroporto do referido município.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 1975.

a) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente  
a) EZEQUIAS LOSSO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 135/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 182/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o município de Marechal Cândido Rondon, objetivando execução de reparos no prédio do Ginásio Estadual daquele município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 135/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 28 de julho de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Marechal Cândido Rondon, objetivando-se a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual, da sede daquele município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 1975.

a) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente  
a) EZEQUIAS LOSSO — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 182/75

Através da Mensagem 49/75, o Senhor Governador do Estado, encaminha a esta Casa, para os fins constitucionais, o Termo de Convênio celebrado em 28 de julho de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Marechal Cândido Rondon, visando a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual, da sede daquele município.

Segundo preceito constitucional, é de competência do Senhor Governador do Estado, a celebração de Convênios, ad referendum, deste Poder Legislativo.

Analizando-se os Termos do Convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado e do município citado.

Isto exposto, nos manifestamos favorável a Proposição em tela, opinando-se pela sua aprovação, na forma do projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 1975.

a) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente  
a) EZEQUIAS LOSSO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 136/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 191/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e a Prefeitura Municipal de Kaloré, objetivando reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Abrahan Lincoln, daquele município. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 136/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 28 de julho de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Kaloré, objetivando-se a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Abrahan Lincoln, da sede daquele município.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 1975.

- a) WALDENÍCIO BARBALHO – Presidente  
a) EZEQUIAS LOSSO – Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 191/75

Através da Mensagem 49/75, o Senhor Governador do Estado, encaminha a esta Casa, para os fins constitucionais, o Termo de Convênio celebrado em 28 de julho de 1975, entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Administração, com o município de Kaloré, visando a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Abrahan Lincoln, da sede daquele município.

Segundo preceito constitucional, é de competência do Senhor Governador do Estado, a celebração de convênios, ad referendum deste Poder Legislativo.

Analisando-se os Termos do Convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado e do município citado.

Isto exposto, nos manifestamos favorável a Proposição em tela, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 1975.

- a) WALDENÍCIO BARBALHO – Presidente  
a) EZEQUIAS LOSSO – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 137/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 208/75, que aprova Termo de convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Congoinhas, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual da sede daquele município. Parecer favorável da CCJ. – APROVADO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 137/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º – Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 22 de julho de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Congoinhas, objetivando-se a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual, da sede daquele município.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 06 de novembro de 1975.

- a) WALDENÍCIO BARBALHO – Presidente  
a) EZEQUIAS LOSSO – Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 208/75

Através da Mensagem 49/75, o Senhor Governador do Estado, encaminha a esta Casa, para os fins constitucionais, o Termo de Convênio celebrado em 22 de julho de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Congoinhas, visando a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual, da sede daquele município.

Segundo preceito constitucional, é de competência do Senhor Governador do Estado, a celebração de convênios, ad referendum deste Poder Legislativo.

Analisando-se os Termos do Convênio, temos que o

mesmo atende aos interesses do Estado e do município citado.

Isto exposto, nos manifestamos favorável à Proposição em tela, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 1975.

- a) WALDENÍCIO BARBALHO – Presidente  
a) EZEQUIAS LOSSO – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 138/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 210/75, que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior com o município de Kaloré, objetivando construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, daquela comuna. Parecer favorável da CCJ. – APROVADO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 138/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º – Fica aprovado o Termo Aditivo datado de 20 de agosto de 1975, ao Convênio celebrado em 28 de dezembro de 1973, entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Kaloré, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Cadeia Pública, na sede do referido município.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1975.

- a) WALDENÍCIO BARBALHO – Presidente  
a) IVAN RUPPEL – Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 210/75

I – Em obediência a dispositivos constitucionais, o Senhor Governador encaminha a esta Assembléia Legislativa, cópia autêntica do Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Kaloré, objetivando a construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

II – Conforme dispõe o artigo 47, item IX, da Constituição do Estado, celebrar convênio é de exclusiva competência do Senhor Governador, ad referendum da Assembléia Legislativa.

III – Em assim sendo, opinamos favoravelmente ao plano de lei em estudo, obedecido os termos do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 1975.

- a) WALDENÍCIO BARBALHO – Presidente  
a) IVAN RUPPEL – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 139/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 213/75, que aprova Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Apucarana, objetivando execução de melhorias no prédio onde funciona o Grupo Escolar Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. – APROVADO.



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 139/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 19 de agosto de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Apucarana, objetivando a execução de melhorias no prédio onde funciona o Grupo Escolar Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 1975.

- a) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente  
a) EZEQUIAS LOSSO — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 213/75

Acompanhado da Mensagem Governamental nº 62/75, de 12 de setembro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado em 19 de agosto de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Apucarana, objetivando a execução de melhorias no prédio onde funciona o Grupo Escolar Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, da sede do referido município.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 1975.

- a) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente  
a) EZEQUIAS LOSSO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 140/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 217/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Florai, objetivando construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 140/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 29 de agosto de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e da Secretaria do Interior, com o município de Florai, objetivando a construção, na sede daquele município, de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 1975.

- a) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente  
a) EZEQUIAS LOSSO — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 217/75

Acompanhado da Mensagem Governamental nº 66/75,

de 22 de setembro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo de Convênio celebrado em 29 de agosto de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e da Secretaria do Interior, com o município de Florai, objetivando a construção, na sede daquele município, de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 1975.

- a) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente  
a) EZEQUIAS LOSSO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 177/75, de autoria do Poder Executivo, mensagem nº 145/75, encaminhando anteprojeto de Lei que dispõe sobre a remuneração dos dirigentes de autarquias e dos cargos de Diretor do Departamento de Trânsito e de Diretor da Polícia Civil do Estado. Pareceres favoráveis da CCJ e CF.

PROJETO DE LEI Nº 177/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — Os vencimentos dos cargos em comissão abaixo especificados, não pertencentes à simbologia geral nos termos da Lei nº 6461, de 25 de setembro de 1973, ficam fixados em:

Departamento de Estradas de Rodagem:

Diretor Geral — Cr\$ 7.150,00

Diretor Técnico — Cr\$ 6.500,00

Diretor Administrativo — Cr\$ 6.500,00.

Departamento de Imprensa Oficial do Estado:

Diretor Geral — Cr\$ 7.150,00

Instituto de Assistência ao Menor:

Diretor — Cr\$ 7.150,00

Instituto de Previdência aos Servidores do Estado:

Superintendente — Cr\$ 7.150,00

Diretor do Departamento de Aplicação de Capital — Cr\$ 5.700,00

Diretor do Departamento Médico — Cr\$ 5.700,00

Diretor do Departamento de Administração Geral — Cr\$ 5.700,00

Diretor do Departamento de Previdência — Cr\$ 5.700,00

Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas:

Diretor — Cr\$ 7.150,00

Departamento Estadual de Administração de Material:

Diretor Geral — Cr\$ 7.150,00.

Art. 2º — Os vencimentos mensais dos cargos em comissão abaixo especificados, deixam de pertencer à simbologia geral e ficam fixados em:

Diretor da Polícia Civil (Sec. de Seg. Pública) Cr\$ 7.150,00

Diretor do DETRAN (Sec. de Seg. Pública) Cr\$ 7.150,00.

Art. 3º — A gratificação de representação de gabinete dos ocupantes dos cargos abrangidos por esta lei será fixado em valor não superior ao da atribuída aos Diretores Gerais das Secretarias de Estado.

Art. 4º — Os ocupantes dos cargos abrangidos por esta lei não farão jus ao pagamento de gratificação pelo regime de tempo integral e dedicação exclusiva, ressalvada no entanto a prestação de serviços extraordinários quando a necessidade de serviço assim o exigir, e sempre na base de 33,33 por cento dos vencimentos fixados.

Art. 5º — As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de verbas próprias do vigente Orçamento Geral do Estado.

Art. 6º — A extinção da simbologia dos cargos atingidos por esta lei não determinará, em nenhuma hipótese, modificação de proventos de inatividade, os quais continuam tendo por base de cálculo o símbolo que era atribuído ao cargo na data da respectiva aposentadoria.

Art. 7º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1975.

(a.) Poder Executivo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 177/75  
PARECER À MENSAGEM DO PODER EXECUTIVO

Encaminha o Senhor Governador a esta Casa o anteprojeto de lei que dispõe sobre a remuneração dos dirigentes de autarquias e dos cargos de Diretor do Departamento de Trânsito e de Diretor da Polícia Civil do Estado.

Encarece que tal medida consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, pois virá nivelar de forma justa e adequada o vencimento dos ocupantes dos referidos cargos, propiciando-lhes uma retribuição salarial igual à atribuída aos que exercem funções idênticas ou similares, reportando-se à situação dos Diretores Gerais das Secretarias de Estado.

Justifica-se da mesma forma a inclusão na mensagem dos cargos de Diretor do Departamento de Trânsito e da Diretoria da Polícia Civil.

Entendemos que a matéria está constitucionalmente bem posta, da mesma forma que tem grande alcance quanto ao seu mérito.

Desta forma, opinamos ao plenário-pela-sua-aprovação.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente  
a) DÁCIO LEONEL — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 177/75

Oriundo da Mensagem Governamental nº 145/75, de 26 de novembro de 1975, dispõe o presente Projeto de Lei sobre a remuneração dos dirigentes de autarquias e dos cargos de Diretor do Departamento de Trânsito e de Diretor da Polícia Civil do Estado.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, já emitiu parecer favorável à matéria.

No âmbito desta Comissão de Finanças, nada existe que possa impedir a tramitação normal deste plano de lei por esta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é pela aprovação do projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 04 de dezembro de 1975.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente e Relator.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Para discutir). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Este Projeto de autoria do Sr. Governador, através da Mensagem 145/75, pretende: "Dispor sobre a remuneração dos dirigentes de autarquias e dos cargos de Diretor do Departamento de Trânsito e de Diretor da Polícia Civil do Estado". E no seu artigo 4º:

"Os ocupantes dos cargos abrangidos por esta Lei, não farão jus ao pagamento de gratificações por tempo integral e dedicação exclusiva".

No entanto, a prestação de serviços extraordinários,

quanto à necessidade de serviço está a exigir sempre na base de 33,33 por cento dos vencimentos fixados.

Entendo, data vênua, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que este Projeto de Lei pretende fazer disciplina em um setor de administração do Estado, em relação aos vencimentos de diretores. E há aqui uma espécie de diminuição que descarta da Lei geral, que é o Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado, onde este percentual é igual a 50 por cento dos vencimentos. Entendo que este dispositivo, este instituto deste projeto, conflita flagrantemente com o Estatuto dos Funcionários Públicos, civis do Estado, referente à Lei nº 71/75. Por esta razão, devo apresentar com a devida justificativa, amanhã, em plenário, uma emenda que substitua este Instituto, onde entendo que há uma discrepância, um tratamento discricionário, com relação a este percentual. Desde que a Lei geral estabelece que seja 50 por cento. Uma Lei específica, não poderá destoar da Lei maior, ou da Lei Geral. E eu não poderia deixar passar sem esta apreciação e sem esta sugestão ao plenário.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para discutir). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sem pretender polemizar. O que pretendo através desta Lei, é dotar os diretores do DER, o Departamento de Imprensa Oficial do Estado e o Instituto de Assistência ao Menor, do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado. Porque a Lei do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, concede vencimentos equiparados aos vencimentos de outros diretores de departamento, que têm na hierarquia da administração, a mesma responsabilidade.

Vi, e ouvi as argumentações feitas pelo Deputado Fidelcino Tolentino, e quero crer, Sr. Presidente, que o contido no Artigo 4º deste anteprojeto de Lei, o que pretende é disciplinar uma matéria.

Absolutamente, não pretende restringir. O que se pretende no caso, por exemplo, do Diretor da Polícia Civil? Sabe-se que o organismo da Polícia Civil, não percebe, a exemplo dos outros organismos do Estado como gratificação de serviço extraordinário, o valor de 33,33 por cento, porque lá os servidores possuem os seus serviços extraordinários fixados entre 50 e 100 por cento.

Se admitíssemos àquele Diretor, por estar vinculado à Polícia Civil, ao Estatuto da Polícia Civil do Estado, a possibilidade de perceber entre 50 e 100 por cento estaria ele percebendo acima dos valores fixados a outros Diretores.

Esta é a razão, Sr. Presidente, e Srs. Deputados, pela qual se pretendeu, no artigo 4º, fixar em 33,33 por cento o valor referente a serviços extraordinários a estes Diretores, para impedir que o Diretor da Polícia Civil se beneficie do que contém o Estatuto da Polícia Civil que defere aos membros daquele organismo o serviço extraordinário num percentual que vai de 50 a 100 por cento. Pretendeu-se uniformizar os vencimentos dos Diretores.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Quero me referir ao seguinte. É que se está procurando disciplinar de uma forma única este percentual. O Estatuto do Funcionário Público estabelece que vão até 50 por cento. O que quero expor é que estes serviços extraordinários que vão até 50 por cento ou cheguem até 50 por cento para uniformizar justamente com a Lei Geral que é o Estatuto dos Funcionários Públicos. Não quero dizer que eles estejam vinculados ao Estatuto. Mas o Estatuto estabelece isto e V. Exa. sabe que em nosso Poder, no Legislativo, paga-se 50 por cento aos serviços extraordinários.

O SR. IVO THOMAZONI — No Poder Legislativo realmente...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — E no Judiciário.

O SR. IVO THOMAZONI — ... e no Judiciário, para pagamento de serviços extraordinários se defere até 50 por cento. Na Polícia Civil de 50 a 100 por cento. E no Poder Executivo 33,33 por cento, ou seja, um terço, é tradicional. Sempre existiu.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Cargos em Comissão?

O SR. IVO THOMAZONI — Mesmo por serviços extraordinários para aqueles que pretendem trabalhar em dois períodos.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Há um tratamento não consentâneo com a realidade. Porque Diretores, ainda mais com esta qualificação, são homens que dedicam no mínimo doze horas de seu tempo ao seu serviço.

O SR. IVO THOMAZONI — Os demais Diretores também dedicam e só recebem na base de 33,33 por cento.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Se temos a oportunidade de fazer justiça nocaço, porque deixar "a posteriori"? Quero que entenda, nobre Deputado, que não falo em nome da bancada, falo em meu nome apenas.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. encontrará objeções da própria Constituição do Estado, que V. Exa. altera valores e aumenta despesas. Nossa bancada irá votar pela inconstitucionalidade da emenda.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Vou apresentar um substitutivo a este artigo. E pediria que V. Exa. consultasse, ou solicitasse à Vice-licença para que examine com mais cuidado, inclusive até com o Palácio, para ver se há um entendimento com relação a esse aspecto.

É um pensamento pessoal, não falo em nome da bancada.

O SR. IVO THOMAZONI — Fatalmente, a emenda de V. Exa. apresentada em 2ª Discussão, essa emenda terá que ser encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça. E votaremos com o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça que tem tido uniformidade nos seus pareceres. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação. — APROVADO.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Ricardo Borel Du Vernay, ocorrido na cidade de Ponta Grossa. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Plínio Salgado, ocorrido em São Paulo. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado ao Sr. Governador do Estado, voto de agradecimentos, pelo imediato atendimento que foi prestado pelos órgãos da administração, aos municípios atingidos recentemente por violento vendaval, seguido de tromba d'água, ou seja Barbosa Ferraz e São João do Ivaí. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet constante do expediente, solicitando a transcrição nos anais da Casa, da Declaração universal dos Direitos Humanos, cujo documento foi firmado em 10 de dezembro de 1948, por Resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas, e que, portanto, completa amanhã seu 28º aniversário. Aprovado. — (A matéria a ser transcrita, acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, lido da tribuna, solicitando seja enviado aos jornais credenciados nesta Casa, cópia fiel do Projeto do Estado do Magistério, a fim de que seja estudada a viabilidade de publicação para conhecimento do Magistério Paranaense. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 10. quarta-feira, a hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 164/75, 173/75.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 134/75, 135/75, 136/75, 137/75, 139/75, 140/75 e de Lei nº 177/75.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 141/75, 142/75, 143/75, 144/75, 146/75, 145/75, 147/75, 148/75, 149/75, 150/75, 151/75, 152/75, 153/75 e de Lei nº 165/75.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO MAURÍCIO FRUET, EM SESSÃO REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 1975.

#### "DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Art. 1º — Todos os homens nascem livres, e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Art. 2º — a) Todo homem tem capacidade de gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião pública, política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição;

b) não será, também, feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.

Art. 3º — Todo homem tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Art. 4º — Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.

Art. 5º — Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

Art. 6º — Todo homem tem direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei.

Art. 7º — Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Art. 8º — Todo homem tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes, remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição e pela lei.

Art. 9º — Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.

Art. 10 — Todo homem tem direito em plena igualdade a uma justa e pública audiência, por parte do tribunal independente e imparcial, para decidir de seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.

Art. 11 — a) Todo homem acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público, no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa;

b) ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento não constituam delito perante o direito nacional ou internacional. Também não será imposta pena mais forte de que aquela que, no momento da prática, era aplicada ao ato delituoso.

Art. 12 — Ninguém será sujeito a interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataques à sua honra ou reputação. Todo homem tem direito à proteção da lei contra tais interferências, ou ataques.

Art. 13 — a) Todo homem tem direito à liberdade de locomover-se e residência dentro das fronteiras de cada um;

b) todo homem tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio e a este regressar.

Art. 14 — a) Todo homem, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e gozar asilo em outros países;

b) este direito não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

Art. 15 — a) Todo homem tem direito a uma nacionalidade;

b) ninguém será, arbitrariamente, privado de sua nacionalidade, e nem o direito de mudar de nacionalidade.

Art. 16 — a) Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, têm o direito de contrair matrimônio e constituir uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e sua dissolução;

b) o casamento é núcleo natural e fundamental da sociedade e do Estado.

Art. 17 — a) Todo homem tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros;

b) ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade.

Art. 18 — Todo homem tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião, este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar esta religião ou crença pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou particular.

Art. 19 — Todo homem tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, se interferência, ter opiniões e de procurar receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios, e independente de fronteiras.

Art. 20 — a) Todo homem tem direito à liberdade de reunião e associações pacíficas;

b) ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

Art. 21 — a) Todo homem tem o direito de tomar parte no governo de seu país, diretamente ou por intermédio de representantes, livremente escolhidos;

b) todo homem tem igual direito de acesso ao serviço público de seu país;

c) a vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto.

Art. 22 — Todo homem, como membro da sociedade, tem direito à segurança social, e à realização pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento de sua personalidade.

Art. 23 — a) Todo homem tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego;

b) todo homem sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho;

c) todo homem que trabalha tem o direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário outros meios de proteção social;

d) todo homem tem direito a organizar sindicatos e a eles interessar para proteção de seus interesses.

Art. 24 — Todo homem tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias remuneradas periódicas.

Art. 25 — Todo homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença ou invalidez, viuvez, velhice e outros casos de perda dos meios de subsistência, em circunstâncias fora de seu controle;

b) a maternidade e a infância tem direito a cuidados e assistências especiais. Todas as crianças nascidas fora ou dentro do matrimônio, gozarão da mesma proteção social.

Art. 26 — a) Todo homem tem direito à instrução.

A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito;

b) a instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e no fortalecimento ao respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas, em prol da manutenção da paz;

c) os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.

Art. 27 — a) Todo homem tem o direito de participar, livremente, da vida cultural da comunidade, de fluir as artes e de participar de progresso científico e de seus benefícios;

b) todo homem tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística da qual sej autor.

Art. 28 — Todo homem tem direito a uma ordem internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados.

Art. 29 — a) Todo homem tem deveres para com a comunidade, na qual o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível;

b) no exercício de seus direitos e liberdades, todo homem estará sujeito, apenas, às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem e do bem-estar de uma sociedade democrática;

c) esses direitos e liberdades não podem, em hipóteses alguma, ser exercidos contrariamente aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

Art. 30 — Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada como o reconhecimento a qualquer Estado, grupo ou pessoa do direito de exercer qualquer atividade ou praticar qualquer ato destinado à destruição dos quaisquer dos direitos e liberdades aqui estabelecidos.